

GOVERNO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

**RELATÓRIO DE
AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL
2013**

CHAPECÓ/SC - MARÇO DE 2014



UFFS - Relatório de Autoavaliação Institucional 2013

Equipe de elaboração do Relatório

Alexandre Luis Fassina
Amélia Dreyer Machado
Elaine Burey
Humberto Tonani Tosta
Priscila Ribeiro Ferreira
Sandra Vidal Nogueira

CIP – Catalogação na Publicação

U58 Universidade Federal da Fronteira Sul. Comissão Própria
de Avaliação.
Relatório de autoavaliação institucional: 2013 / Comissão Própria
de Avaliação UFFS. – Chapecó, 2014.
188p.

1. Autoavaliação – Ensino superior. 2. SINAES. 3. Ensino superior -
Gestão. II. Título.

CDD:

378.816

Bibliotecária responsável Sabrina Vaz da Silva - CRB 14/1197

Índice de Ilustrações

Figura 1 – Mesorregiões Brasil/Grande Fronteira do MERCOSUL	77
Figura 2 - Organograma da UFFS.	107
Figura 3 - Evolução do acervo no período de 29/03/2010 a 31/12/2013.....	144
Figura 4 - Estrutura do Plano Plurianual da UFFS 2012-2015	155
Figura 5 - Cartaz de divulgação do seminário com a comunidade externa.....	170

Índice de Quadros

Quadro 1 - Cursos de graduação e pós-graduação.....	33
Quadro 2 - Número de estudantes ativos	34
Quadro 3 - Número de monitores	39
Quadro 4 - Projetos do PIBID	42
Quadro 5 - Cursos de graduação, com visita das Comissões do MEC/INEP	45
Quadro 6 – Renovação de Bolsas de Iniciação Científica dos projetos aprovados no âmbito do Edital 168/UFFS	59
Quadro 7 - Apoio aos projetos dos Grupos de Pesquisa	59
Quadro 8 – Projetos de extensão com financiamento interno.....	62
Quadro 9 – Projetos de extensão com financiamento externo.....	63
Quadro 10 – Projetos contemplados com bolsa de cultura.....	63
Quadro 11 - Resultado da pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Políticas de Ensino.....	66
Quadro 12 - Resultado da pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Políticas de Ensino.....	66
Quadro 13 - Resultado da pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Políticas de pesquisa.....	67
Quadro 14 - Resultado da pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Políticas de Pesquisa.....	67
Quadro 15 - Resultado da pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Políticas de Pós-Graduação	68
Quadro 16 - Resultado da pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Políticas de Pós-Graduação	69
Quadro 17 - Resultado da pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Políticas de Extensão.....	69
Quadro 18 - Resultado da pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Políticas de Extensão.....	70
Quadro 19 - Resultado da pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Comunicação com a Sociedade.....	87
Quadro 20 - Resultado da pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Comunicação com a Sociedade.....	87
Quadro 21 - Resultado da pesquisa junto aos técnicos administrativos da Dimensão: Comunicação com a Sociedade.....	88
Quadro 22 – Composição do perfil docente.....	92
Quadro 23 - Resultado Geral da pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Políticas de Pessoal.....	92
Quadro 24 - Resultado da pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Políticas de Pessoal.....	93

Quadro 25 – Composição do perfil dos STAEs	95
Quadro 26 - Resultado da pesquisa junto aos STAEs da Dimensão: Políticas de Pessoal.....	98
Quadro 27 – Composição do perfil dos trabalhadores terceirizados por cargo.....	99
Quadro 28 - Composição e atribuições dos órgãos colegiados	103
Quadro 29 - Composição e atribuições das comissões permanentes da UFFS.....	110
Quadro 30 - Resultado da Pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Organização e Gestão da Instituição.....	115
Quadro 31 - Resultado da Pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Organização e Gestão da Instituição.....	116
Quadro 32 - Resultado da Pesquisa junto aos técnicos administrativos da Dimensão: Organização e Gestão da Instituição.....	117
Quadro 33 - Laboratórios por Curso.....	126
Quadro 34 – Notebooks disponíveis para empréstimo nas bibliotecas	135
Quadro 35 - Acervo por campi.....	138
Quadro 36 – Circulação de materiais	139
Quadro 37 - Empréstimos realizados nas bibliotecas por campus e áreas	139
Quadro 38 - Estimativa de crescimento do acervo da UFFS	142
Quadro 39 - Resultado da Pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Infraestrutura Física.....	144
Quadro 40 - Resultado da Pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Infraestrutura Física.....	145
Quadro 41 - Resultado da Pesquisa junto aos Técnicos Administrativos da Dimensão: Infraestrutura Física.....	147
Quadro 42 – Desafios e objetivos da UFFS no âmbito da gestão.....	152
Quadro 43 – Etapas do trabalho do PROAVALIAÇÃO.....	165
Quadro 44 – Acompanhamento Físico da Ação 4002	178
Quadro 45 - Resultado da Pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Políticas de Atendimento aos Estudantes.....	179
Quadro 46 – Dados do Orçamento da UFFS.....	182

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Quanto ao site institucional – percepção dos docentes.....	88
Gráfico 2 - Quanto ao site institucional – percepção dos técnicos administrativos.....	89
Gráfico 3 - Quanto ao site institucional – percepção dos discentes.....	89

Lista de Siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCRs – Componentes Curriculares
CES – Conselho Estratégico Social
CGRAD – Câmara de Graduação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
I COEPE – Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão
COMUT – Comutação Bibliográfica
CONAES – Conferência Nacional de Educação
CONCUR – Conselho Curador
CONSUNI – Conselho Universitário
DAP - Departamento de Administração de Pessoal
DCO – Diretoria de Comunicação
DGI – Diretoria de Gestão da Informação
DIES – Divisão de Estágios
DOP – Diretoria de Organização Pedagógica
DP – Diretoria de Projetos
DPGRAD - Diretoria de Políticas de Graduação
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FORPROEX – Fórum de Pró-reitores de Extensão
IBICT – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IVS – Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica
IN - Instrução Normativa
LabSA – Laboratório Superior de Aprendizagem
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MCTI – Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico
NED – Núcleo de Estudos em Docência
PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PET – Programa de Educação Tutorial
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNE - Plano Nacional de Educação

PPC – Projeto Pedagógico dos Cursos
PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
PPA - Plano Plurianual
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PROAVALIAÇÃO – Programa de Autoavaliação Institucional
PRODOCÊNCIA – Programa de Consolidação das Licenciaturas
PROEC – Pró-reitoria de Extensão e Cultura
PROGRAD – Pró-reitoria de Graduação
PROPEPG – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROPLAN – Pró-reitoria de Planejamento
RI – Repositório Institucional
SAEMA – Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável
SEAE – Secretaria Especial de Assuntos Estudantis
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SEO – Secretaria Especial de Obras
SESu – Secretaria de Educação Superior
SETI – Secretaria Especial de Tecnologia e Informação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIEXBRASIL – Sistema de Informações e de Dados da Extensão
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SOAC – Sistema Online de Acompanhamento de Conferências
STAEs – Servidores Técnico-Administrativos em Educação
STIDB – Setor de Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento de Produtos
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Índice de Gráficos

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	12
1.1 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA.....	14
2. APRESENTAÇÃO.....	17
3. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	19
4. DIMENSÕES DO SINAES.....	24
4.1 MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	24
4.2 POLÍTICAS PARA O ENSINO, A PESQUISA E EXTENSÃO	29
4.2.1 GRADUAÇÃO.....	30
4.2.1.1 Política de ingresso na graduação.....	37
4.2.1.2 Programas para a Graduação.....	41
4.2.1.2 processos de Autoavaliação Dos cursos de graduação.....	46
4.2.2 Pós-Graduação.....	48
4.2.2.1 POLÍTICAS, PROGRAMAS E CURSOS DE Pós-graduação.....	48
4.2.2.1.1 PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU.....	49
4.2.2.1.2 PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.....	49
4.2.2.2 Pesquisa.....	51
4.2.2.2.1 Diretrizes para Organização da Pesquisa.....	57
4.2.2.2.2 configuração dos Grupos de Pesquisa.....	57
4.2.2.2.3 regulamentação dos Projetos de Pesquisa.....	60
4.2.3 Extensão.....	61
4.2.4 Pesquisa junto a comunidade interna da UFFS (políticas de ensino).....	66
4.2.5 Pesquisa junto a comunidade interna da UFFS (políticas de pesquisa).....	67
4.2.6 Pesquisa junto a comunidade interna da UFFS (políticas de pós-graduação).....	70
4.2.7 Pesquisa junto a comunidade interna da UFFS (políticas de extensão).....	71
4.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	72
4.4 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	83
4.4.1 Pesquisa junto à comunidade interna da UFFS.....	88
4.5 POLÍTICAS DE PESSOAL E CARREIRA	92
4.5.1 Perfil do Corpo docente.....	92
4.5.1.1 Pesquisa junto a comunidade interna da UFFS.....	94
4.5.2 Perfil do corpo técnico administrativo.....	97

4.5.2.1 Pesquisa junto a comunidade interna da UFFS.....	98
4.5.3 Perfil dos Trabalhadores Terceirizados.....	101
4.6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO.....	104
4.6.1 Estrutura e funcionamento dos órgãos colegiados.....	104
4.6.2 Pesquisa junto a comunidade interna da UFFS.....	116
4.7 INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	120
4.7.1 Infraestrutura predial dos campi.....	120
4.7.2 Infraestrutura de laboratórios e informática para ensino.....	126
4.7.3.1 Espaço físico, mobiliário e equipamentos.....	136
4.7.3.2 Horário de funcionamento padrão.....	137
4.7.3.3 Serviços oferecidos.....	137
4.7.3.4 Ações desenvolvidas pelas Bibliotecas no ano de 2013.....	139
4.7.3.5 Acervo.....	140
4.7.3.5.1 Evolução do Acervo.....	141
4.7.3.5.2 Circulação de Material.....	141
4.7.3.5.3 Equipe da Área de Gestão da Informação	142
4.7.3.5.4 Formas de atualização e cronograma de expansão do acervo.....	143
4.7.3.6 SERVIÇOS EM IMPLANTAÇÃO.....	144
4.7.4 Pesquisa junto a comunidade interna da UFFS.....	145
4.8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO.....	151
4.8.1. Planejamento.....	151
4.8.2. Avaliação	159
4.8.2.1 Comissão Própria de Avaliação - CPA.....	159
4.9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES.....	172
4.9.1 Programas de apoio pedagógico e financeiro.....	172
4.9.2 Estrutura Física.....	174
4.9.3. Apoio psicopedagógico.....	175
4.9.4 Núcleo de acessibilidade.....	175
4.9.5. Estágios e Monitorias.....	176
4.9.6 Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil.....	177
4.9.7 Organização Estudantil.....	178
4.9.8 Acompanhamento dos Egressos.....	178
4.9.9 Estímulos à permanência.....	178
4.9.10 Pesquisa junto a comunidade interna da UFFS.....	181

4.10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	183
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
6. REFERÊNCIAS.....	188

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

IES: Universidade Federal da Fronteira Sul

MANTENEDORA: Ministério da Educação

CÓDIGO NO INEP: 15121

INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL

UNIVERSIDADE: ESTRUTURA MULTICAMPI

ESTADOS: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

CIDADES: Chapecó, Laranjeiras do Sul, Realeza, Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo.

ENDEREÇO DA REITORIA: Avenida Getúlio Vargas, nº. 609, 2º andar/ Edifício Engemed - Bairro Centro - CEP 89812-000 - Chapecó/SC.

Reitor: Jaime Giolo

Vice-Reitor: Antônio Inácio Andriolli

Pró-Reitor de Graduação: João Alfredo Braida

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vitório Trevisol

Pró-Reitor de Planejamento: Vicente de Paula Almeida Junior

Pró-Reitor de Administração: Péricles Luiz Brustolin

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Geraldo Ceni Coelho

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de Campus: Edemar Rotta

Coordenador Administrativo: Sandro Adriano Schneider

Coordenador Acadêmico: Ivann Carlos Lago

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de Campus: Ilton Benoni da Silva

Coordenador Administrativo: Laucir Gerson Breikreitz

Coordenador Acadêmico: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretor de Campus: Paulo Henrique Mayer

Coordenador Administrativo: Fernando Zatt Schardosin

Coordenador Acadêmico: Cladir Teresinha Zanotelli

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de Campus: Vanderlei de Oliveira Farias

Coordenador Administrativo: Fábio Bulegon

Coordenadora Acadêmica: Alessandra Regina Muller Germani

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de Campus: José Oto Konzen

Coordenador Administrativo: Maikel Douglas Florintino

Coordenador Acadêmico: Clovis Alencar Butzge

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretor de Campus: Juliano Paccos Caram

Coordenador Administrativo: Fábio Bulegon

Coordenador Acadêmico: Claunir Pavan

1.1 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

CAMPUS CERRO LARGO/RS

I - Representante Docente

Titular: Sandra Vidal Nogueira - Siape 1123321 (Presidência)

Suplente: Carlos Eduardo Ruschel Anes - Siape 1848282

II - Representante Técnico Administrativo

Titular: João Timóteo de Los Santos - Siape 1940503

Suplente: Jerusa Valquiria Welter Kiwel - Siape 1769762

III - Representante Discente

Titular: Jonas Both de Melo - CPF 022.988.260-99

Suplente: Daniela Silva de Lourenço – CPF 85288284091

IV - Representante da Comunidade Externa

Titular: Marlene Catarina Stochero - CPF 218.781.960-49

Suplente: Canisio Roque Schmidt - CPF 286.548.700-87

CAMPUS CHAPECÓ/SC

I - Representante Docente

Titular: Evandro Bilibio - Siape 1931137

Suplente: Enise Barth Teixeira - Siape 1972885

II - Representante Docente

Titular: Odair Neitzel - Siape 1983663

Suplente: Rogério Vaz Trapp - Siape 1929330

III - Representante Técnico Administrativo

Titular: Luciano Adílio Alves - Siape 1940716

Suplente: Silvano Dresch - Siape 1792327

IV - Representante Discente

Titular: Adriana Bilini - CPF 022.662.650-40

Suplente: Fabiola Feltrin - CPF 088.459.549-86

V - Representante da Comunidade Externa

Titular: Terezinha Pagoto - CPF 923.795.599-53 (reconduzida)

CAMPUS ERECHIM/RS

I - Representante Docente

Titular: Aníbal Lopes Guedes - Siape 1836907

II - Representante Técnico Administrativo

Titular: Jaqueline Berdian de Oliveira - Siape 1757667

Suplente: Ricardo da Conceição - Siape 1797029

III - Representante Discente

Titular: Andre Ricardo Furlan - CPF 023.005.900-77

Suplente: Anderson Luan da Silva Dambroz - CPF 023.643.420-90

IV - Representante da Comunidade Externa

Titular: Eliseu Vicenzi - CPF 326.389.650-49

Suplente: Adilso Luis Baroni - CPF 640.999.380-34

CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR

I - Representante Docente

Titular: Priscila Ribeiro Ferreira - Siape 1192374 (reconduzida) (Vice-Presidência)

II - Representante Técnico Administrativo

Titular: Elaine Burey - Siape 1794063

Suplente: Ricardo dos Santos Piveta - Siape 1880480

III - Representante Discente

Titular: Márcia Freddo Oleias - CPF 065.521.869-67 (reconduzida)

CAMPUS REALEZA/PR

I - Representante Docente

Titular: Amélia Dreyer Machado - Siape 1731369 (reconduzida)

II - Representante Técnico Administrativo

Titular: Fabio Biasi Pavão, Siape 2024073

III - Representante Discente

Titular: Raquel de Mello - CPF 081.335.289-41

IV - Representante da Comunidade Externa

Titular: Luiz Perin - CPF 280.962.698- 79

Titular: Gerson Luiz Boldrini - CPF 434.886.339-34

1.1.1 PERÍODO DE MANDATO DA CPA: 02 (dois) anos

1.1.2 ATO DE DESIGNAÇÃO DA CPA: Portaria Nº 941/GR/UFGS/2013, de 15 de Julho de 2013.

2. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Relatório da Autoavaliação Institucional - 2013 – construído na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - e tem por finalidade subsidiar o processo de diagnóstico, análise e tomada de decisões sobre os rumos da Universidade, a partir do movimento de autoavaliação efetivado institucionalmente e Coordenado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, desde 2011.

A Universidade Federal da Fronteira Sul apresenta uma estrutura multicampi, com inserção nos três Estados da Região Sul do Brasil. As atividades concernentes à avaliação institucional começaram a emergir, tornar relevantes e integrar o cotidiano da Universidade, recentemente, visto que a UFFS, inicia os trabalhos acadêmicos em 2009, intensificando-se a cada período letivo, principalmente em decorrência dos trâmites concernentes aos processos de reconhecimento de seus cursos.

Nessa perspectiva, este Relatório, elaborado e conduzido pelo coletivo da segunda gestão da Comissão Própria de Avaliação - CPA¹, tem um papel importante na consolidação da cultura institucional sobre a autoavaliação, revelando o andamento dos trabalhos e das atividades executadas no ano de 2013. Ele é parte integrante das ações do Programa de Autoavaliação Institucional – PROAVALIAÇÃO: 2013-2015². Afora isso, há de pontuar o movimento crescente e progressivo que está sendo desenvolvido, dando continuidade ao esforço concentrado que foi desencadeado pela primeira gestão da CPA, constituída até julho de 2013³, no sentido de alinhar dados e qualificar informações para a elaboração de relatórios.

Convém ressaltar, ainda, que, pelo seu caráter público, democrático e popular todo esse processo, que articula planejamento e avaliação, demandou a abertura do debate público sobre as ações previstas e realizadas pela Universidade. A coleta de dados efetivou-se por meio de múltiplos instrumentos, com destaque ao(s):

¹ Eleita para o período compreendido entre julho de 2013 e julho de 2015 é, pois, formada por 34 membros, sendo 21 titulares e 13 suplentes, conforme detalhamento feito no item 1, deste Relatório.

² O PROAVALIAÇÃO (2013, p. 13) tem por objetivo geral: criar e consolidar uma cultura de auto avaliação na UFFS com viés emancipatório, a partir da análise detalhada das condições do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, tendo em vista subsidiar os processos de planejamento interno e avaliações externas, assim como contribuir para a tomada de decisão coletiva mais qualificada sobre a Instituição.

³ Responsável pelos Relatórios de Auto Avaliação Institucional postados no Sistema EMEC nos anos de 2012 e 2013.

- a) Documentos públicos da universidade: I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão - I COEPE⁴; Projeto Pedagógico Institucional –PPI, Projeto Pedagógico dos Cursos -PPC's, e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, que está em processo de elaboração);
- b) Relatórios dos setores responsáveis pelas áreas/dimensões de avaliação;
- c) Relatórios de Autoavaliação dos cursos;
- d) Questionários aplicados à comunidade acadêmica;
- e) Registros das audiências públicas e atividades congêneres com a comunidade externa, nos seis campi que compõem a Universidade, incluindo as vozes de representantes de movimentos sociais, órgãos públicos, entidades representativas de trabalhadores do campo e da cidade, enfim da sociedade da Mesorregião da grande fronteira do MERCOSUL.

Do ponto de vista da configuração do texto, julga-se importante iniciar o relato, com um breve histórico da instituição, no qual são evidenciados os principais eventos desenvolvidos no processo de consolidação da universidade. Em seguida ganham relevo às 10 dimensões do SINAES⁵, por meio dos resultados da pesquisa de campo junto aos órgãos da instituição e nos documentos oficiais, as tabelas referentes às respostas ao questionário de satisfação com as respectivas análises.

Em síntese, ao assumir a AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, como essencial nas dinâmicas processuais administrativas e acadêmicas, a UFFS reconhece a relevância e a premência dos processos avaliativos, sob a ótica de sua responsabilidade geopolítica perante o poder público e a sociedade (local, regional e nacional) na constituição de um trabalho de registro com viés analítico e cartográfico.

Igualmente, reitera o reconhecimento, de que este ambiente *sine qua non* para a promoção de iniciativas, com tal abrangência é, pois, resultado do valor e do entendimento que se está construindo institucionalmente, ou seja, de que se deve garantir um espaço privilegiado para o crescimento de cultura de avaliação, de natureza eminentemente dialógica, formativa e participativa, alicerçada nos fundamentos de uma dialética da ação-reflexão-ação.

⁴Para maiores esclarecimentos, consultar: TREVISOL, J. V.; CORDEIRO, M.H.; HASS, M. **Construindo agendas e definindo Rumos**: I conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS. Chapecó: UFFS, 2011.

⁵BRASIL/MEC. **Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 27 dez. 2013.

3. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A UFFS é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia didática científica, administrativa, de gestão patrimonial e financeira, nos termos da Lei e de seu Estatuto⁶. O processo de implantação da Universidade iniciou oficialmente em 2005 e culmina no ano de 2009 com a criação da instituição. Em março de 2010 são iniciadas as atividades letivas.

Voltada para os 3.700.000 habitantes dos 385 municípios que compõem a Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL – região historicamente desassistida pelo poder público no tocante ao acesso à educação superior – a UFFS desenha o seu perfil como universidade *multicampi*, interestadual, pública, democrática, popular e interiorana.

Ao retomar seu histórico de criação, pode-se constar que, o objetivo de criar uma universidade federal na Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL foi pauta nos meios de comunicação, nas instituições de ensino e nas mais diversas esferas sociais durante anos. O ano de 2005 foi o período em que entidades, Organizações Não Governamentais (ONGs), igrejas e movimentos sociais se organizaram em torno da criação do Movimento Pró-Universidade Federal com a proposta de criar universidades distintas nos três Estados do Sul. Como a proposta não obteve adesão dos órgãos oficiais, em 2006 iniciou-se à elaboração, por meio de um grupo de trabalho, de um projeto único de universidade multicampista, abrangendo os três estados do sul, compreendendo o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná.

Em 13 de junho de 2006, em audiência no Ministério da Educação, identificou-se que a demanda do Movimento era a Universidade do MERCOSUL, com foco na integração que já estava em processo de criação. Sensibilizado com a diversidade produtiva e a identidade cultural da Região, o Ministro aprovou a ideia de uma universidade federal para o Sul do Brasil (abrangendo o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná) e assumiu o compromisso de realizar um estudo para projetar a nova universidade.

Em 2007, várias ações foram desencadeadas. A realização de audiência pública, a designação da Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e da Comissão de Projetos da Universidade⁷, a participação de integrantes do Movimento Pró-Universidade,

⁶ O Estatuto da UFFS encontra-se disponível em <http://www.uffs.edu.br> - Boletim Oficial - Estatuto.

⁷ A Portaria MEC Nº. 948, de 22 de novembro de 2007, oficializou a Comissão de Elaboração do Projeto, formada por 22 membros, sendo eles: 11 indicados pelo Movimento Pró Implantação da universidade; e 11 indicados pelo

técnicos do MEC, representantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criaram as condições objetivas para o sinal positivo para a criação da universidade para a região. Isso resultou, mais tarde, em 12 de dezembro de 2007 na aprovação do Projeto de Lei Nº 2.199/2007, que instituiu a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Em 2008, a Comissão designada para implantar a Universidade organizou inúmeras atividades (oficinas e seminários) que culminaram na definição dos cursos a serem ofertados inicialmente. No mesmo ano, o Projeto de Lei de Criação da Universidade foi assinado pelo Presidente da República e enviado ao Congresso Nacional.

No ano seguinte, 2009, a UFSC foi designada como Tutora da UFFS, contribuindo para a definição dos locais provisórios para o funcionamento da instituição, para a elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e também contribuindo para a decisão sobre as formas de ingresso na UFFS, tendo como base a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). No dia 15 de setembro, por meio da Lei nº 12.029/2009, foi oficializada a criação da UFFS, abrangendo 396 municípios que formam a Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, localizados no sudoeste do Paraná – Realeza e Laranjeiras do Sul, Oeste de Santa Catarina – Chapecó – sede da instituição, e Noroeste do Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo.

No dia 4 de dezembro foi publicada a portaria, que criou o Conselho Estratégico Social⁸ da UFFS, definindo seus objetivos, competências e sua composição, bem como o prazo para indicação dos seus integrantes.

Desde, então, um conjunto de outras iniciativas foram realizadas em todas as esferas internas da UFFS, nos diferentes *campi* e externas, junto aos órgãos competentes para dar materialidade aos trabalhos e atividades, das quais se destacam: posse do reitor *pro tempore*⁹; lançamento de editais para a realização de concurso público para professores e técnico-administrativos; publicação do edital de tomada de preço para construção dos primeiros pavilhões da universidade; recursos liberados para a aquisição de livros; anúncio dos primeiros cargos de

Ministério da Educação, dentre eles, representantes da SESu, SECADI INEP, FINEP/MCTI, UFSM e UFSC.

⁸ Órgão consultivo da UFFS que tem como objetivo contribuir para a construção de uma instituição de educação superior comprometida com a inclusão social e com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

⁹ Após a criação da universidade no dia 21 de setembro de 2009, o professor Dilvo Ilvo Ristoff é designado para o cargo de reitor *pro-tempore* da UFFS. Na sequência, no ano de 2011, Jaime Giolo, Vice-Reitor, até então, assume o cargo de Reitor *pro-tempore*, tendo Antonio Inácio Andrioli, como Vice-Reitor.

confiança; elaboração e entrega ao MEC, do plano de compra de móveis e equipamentos; e, por fim, a abertura das inscrições para o Processo Seletivo de ingresso na UFFS.

No decorrer do ano, de junho a dezembro de 2010, a UFFS continua em intensa atividade, organizando: primeira I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão - COEPE com os objetivos de mobilizar a comunidade acadêmica da UFFS, nos seus diferentes *campi* e áreas de conhecimento, para a definição das políticas norteadoras do Ensino, da Pesquisa e da Extensão; e de aprofundar a interlocução com a comunidade regional, visando eleger as agendas prioritárias da UFFS nos campos da Pesquisa e da Extensão, e as suas articulações com o Ensino. Utilizando uma metodologia inovadora e participativa, a COEPE envolveu cerca de 4000 participantes em 11 fóruns temáticos cujas proposições foram traduzidas em ações prioritárias para as três áreas acadêmicas. Todo o trabalho realizado na COEPE foi sistematizado em um documento, aprovado na Conferência Final por delegados dos cinco campi, o qual constitui a base do Projeto Pedagógico Institucional e do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS.

Ainda em 2010, foi aberto o segundo Processo Seletivo para ingresso na instituição e foi realizada a primeira Reunião de Planejamento e Avaliação envolvendo a equipe diretiva da instituição, objetivando a organização e avaliação sobre as principais políticas e ações desencadeadas no processo de implantação da universidade. No decorrer do mesmo ano também teve início um processo de debate, nos colegiados de curso, sobre a necessidade de ajustes e adequações nos Projetos Político-Pedagógicos - PPC's dos cursos de graduação, os quais haviam sido elaborados pela comissão de implantação, que não contava, na época, com profissionais de todas as áreas.

Como resultado, alguns cursos tiveram seus projetos reajustados em 2010, especialmente no que diz respeito às grades curriculares, as quais foram reformuladas, contando com a participação de um número maior de professores e, conseqüentemente, com maior amplitude de percepções acerca das necessidades formativas de cada curso, tendo em vista o perfil do egresso que se pretende formar.

Ficou estabelecido, ainda, que no futuro se daria um novo e mais amplo movimento de debate e reformulação dos PPC's, o qual teve início, através de amplo envolvimento da comunidade acadêmica, em 2012, tendo sido concluído no mesmo ano para a maioria dos cursos. Em alguns casos mais específicos, como dos cursos de “*Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial*”, oferecidos nos *campi* de Cerro Largo e Laranjeiras do Sul, foram identificadas

dificuldades de ordem jurídica e de reconhecimento profissional dos egressos, o que levou a alterações mais significativas, inclusive no nome dos cursos. Assim, como resultado da reformulação, o *campus* Cerro Largo passou a ofertar o curso de Administração, e o *campus* Laranjeiras do Sul passou a ofertar o curso de Ciências Econômicas.

Em 2011, a UFFS lançou os primeiros editais de pesquisa e de extensão, com recursos próprios, que promoveram o desenvolvimento de projetos pelos docentes e deram início aos programas de Iniciação Científica e Iniciação às Atividades de Extensão. Nesse ano a UFFS obteve as primeiras bolsas do CNPq e da FAPERGS, para a pesquisa, e do PROEXT, para a extensão cursos *lato sensu*, em nível de especialização. Durante o ano foram ofertados 07 (sete) cursos de especialização. Dando continuidade às atividades nessa área, em 2012, além da oferta de novos cursos de especialização, iniciou-se a oferta dos programas *stricto sensu*, com o mestrado em Estudos Linguísticos e, no final de 2012, foi aprovado o curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação. Entre o início de 2011 e o final de 2012 foram criados 60 grupos de pesquisa e 14 Programas de Programas de Extensão.

Em 2011 a UFFS iniciou as atividades na área da pós-graduação com a oferta de cursos *lato sensu*, em nível de especialização. Durante o ano foram ofertados 07 (sete) cursos de especialização. Dando continuidade as atividades nessa área, em 2012 iniciou-se a oferta dos programas *stricto sensu*, com o mestrado em estudos linguísticos.

Em 2013 já são registrados quatro cursos aprovados pela CAPES. São eles: Mestrado em Educação, Mestrado em Estudos Linguísticos, Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental e Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Nesse mesmo ano, a UFFS contabilizou um contingente de 542 docentes, 540 servidores técnico-administrativos e 6447 acadêmicos/as. No processo seletivo de 2013 foram ofertadas 2025 vagas para os 37 cursos de graduação onde participaram da seleção 13.377 candidatos.

O Movimento Pró-Universidade Federal, iniciado em 2005, se configura como sendo uma força viva dentro e fora da Universidade. Com presença marcante na História da UFFS, tem atuado nos debates e ações políticas de mobilização para expansão da universidade em regiões de abrangência da UFFS ainda não contemplados na etapa inicial de sua criação.

O conjunto de atores públicos, sociais, políticos, populares, empresariais tem se mobilizado durante o processo de construção da UFFS. Participaram e ainda vem participando

desta mobilização, diversas entidades, Organizações Não Governamentais (ONGs), igrejas e movimentos sociais, em um movimento que foi conquistando adesão cada vez maior e expansão territorial, configurando um movimento social na fronteira sul do Brasil. A conquista de criar uma Universidade Federal na Mesorregião Grande Fronteira SUL foi pauta nos movimentos sociais, meios de comunicação, nas instituições de ensino e nas mais diversas esferas durante anos.

O grande objetivo de criação da Universidade é o atendimento das demandas do desenvolvimento Regional, discutindo democraticamente as propostas de expansão sempre conectadas com as políticas nacionais e tendo a capacidade de avaliar concretamente aquilo que a região suporta e que seja capaz de absorver.

Nesse sentido, a fim de avançar na implantação da expansão do ensino superior na região norte do RS, no segundo semestre letivo e 2013, houve a instalação de mais um Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul, desta feita na Cidade de Passo Fundo¹⁰, na Área das Ciências da Saúde, com a criação do Curso de Medicina¹¹.

¹⁰ A Região a ser coberta pelas atividades e programas de ensino, pesquisa e extensão da UFFS compõe-se de 1.321 municípios, ocupando uma área de 33.096 km². Sua população totaliza 1.079.810 habitantes (dados do Censo 2010). A maior parte dos municípios é de pequeno porte; apenas o município de Passo Fundo tem 184.869 mil habitantes (Censo 2010) e com as dificuldades e potencialidades específicas de municípios desta natureza.

¹¹ De uma população de 190.732.694 habitantes no Brasil, pelo Censo 2010, a região Sul tem 27.384.815 habitantes e tem 31 Escolas de Medicina e oferta 2.423 vagas. O RS tem 11 Escolas Médicas para 10.695.532 habitantes, uma média de 1 escola por 972.321 habitantes, 952 vagas, sendo 1 vaga para cada 11.235 habitantes e sua localização se encontra em Porto Alegre (com 3), Canoas (1), Caxias do Sul (1), Pelotas (2), Rio Grande (1), Santa Cruz do Sul (1), Santa Maria (1) e Passo Fundo (1).

4. DIMENSÕES DO SINAES

4.1 MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A UFFS, universidade pública, popular, gratuita e democrática e, de acordo com seu histórico e contexto de implantação, uma instituição multicampi, interestadual e interiorana, tem como Missão contribuir para que a produção do conhecimento científico e a inovação tecnológica façam parte de um projeto de desenvolvimento que priorize a formação humana, a inclusão social e a preservação das riquezas naturais, combatendo as desigualdades regionais e garantindo o acesso à formação superior na própria região.

A competência institucional da UFFS corresponde às principais responsabilidades ou atribuições a serem executadas para atender às demandas dos seus beneficiários diretos e indiretos. Essas estão contempladas pela Lei de Criação da instituição e ainda pelo seu Estatuto. Considerando este cenário, o objetivo deste tópico é explicitar as finalidades, objetivos e compromissos assumidos pela UFFS. Trata-se de uma visão panorâmica da missão institucional e dos marcos regulatórios presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional.

As finalidades, objetivos e compromissos da UFFS emergiram dos movimentos sociais que reivindicaram, durante muito tempo, uma universidade federal para a Mesorregião. Evidentemente, os propósitos destes movimentos sociais foram incorporados aos documentos oficiais, dentre os quais se podem destacar:

- a) Plano Plurianual UFFS 2012-2015;
- b) I Conferência de Ensino Pesquisa e Extensão - COEPE;
- c) Projeto Pedagógico Institucional - PPI, Projeto Pedagógico dos Cursos - PPC's;
- d) Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2012-2016, deste período avaliativo, que se encontra em processo de elaboração, incluindo o Projeto Pedagógico Institucional – PPI.

As principais responsabilidades da UFFS aparecem, em essência, no âmbito de suas atividades fins, a saber, **o ensino**, cujo foco é a formação de excelência acadêmica e profissional, inicial e continuada, nos diferentes campos do saber, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, **a pesquisa** e atividades criadoras em to-

dos os campos do saber, de modo especial em temas ligados à problemática científico-tecnológica, social, econômica, ética, estética, cultural e ambiental, empreendendo ações que busquem alternativas e soluções e a **extensão** universitária, visando ao aperfeiçoamento da organização social e o desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência, da tecnologia, da economia e da política.

Para gerenciamento e atendimento dessas grandes responsabilidades, traduzidas em linhas de atuação que, no planejamento da UFFS, sintetizam-se nos desafios apresentados no Plano Plurianual - PPA¹². Os desafios representam as ações para concretização das políticas públicas elaboradas em âmbito ministerial, cabendo à UFFS, em período de implantação, o trabalho em termos de gerenciamento e execução. Ou seja, desenvolver ações para assegurar a manutenção, adequação física e funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação da UFFS a fim de formar profissionais de alta qualificação técnica com compromisso social para atuar em diferentes setores da sociedade, contribuindo para o processo de desenvolvimento regional e nacional do país.

Toda essa tarefa é coordenada pela Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN, que realiza semestralmente reuniões setoriais, com os diferentes coletivos da instituição, e reuniões com a equipe diretiva para elaboração e consolidação do Plano. No primeiro semestre de cada ano a reunião setorial visa orientar o monitoramento do planejamento realizado para o ano. Na reunião com a equipe dirigente, apresenta-se o monitoramento realizado e trabalha-se o encaminhamento para as dificuldades encontradas para a execução das ações planejadas. Já no segundo semestre, a reunião setorial visa orientar os setores na elaboração do planejamento para o ano seguinte. Cada setor apresenta seu planejamento por meio de um Plano de Ação para cada ação planejada. Posteriormente, a reunião com a equipe diretiva toma conhecimento do planejamento proposto pelos setores e faz os ajustes necessários.

Retomando os dados apresentados ainda na I COEPE e também no PDI: 2012-2016, seria oportuno reforçar, que a Universidade Federal da Fronteira Sul tem alguns objetivos, traduzidos como sendo seu compromisso histórico.

1. Oferecer qualificação profissional e cidadã de qualidade que proporcione a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população;

¹²O PPA da UFFS é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma unificada, as diretrizes, objetivos e metas da: Administração Pública Federal e do Plano Nacional de Educação - PNE 2011-2020.

2. Produzir e compartilhar com as populações locais conhecimentos e tecnologias que contribuam para a permanência dos jovens graduados na região, revertendo o processo de litoralização;
3. Contribuir para o desenvolvimento regional integrado, sustentável e solidário, buscando a interação e a integração das cidades e Estados que compõem a grande fronteira do MERCOSUL e seu entorno, respeitando a diversidade econômica, política e sociocultural das microrregiões.
4. Buscar a excelência na realização das atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão.

Além da missão e dos objetivos, a UFFS estabeleceu também seus princípios norteadores, amplamente difundidos em seus documentos oficiais – com destaque ao PPI e ao documento final da I COEPE, os quais indicam os pressupostos filosóficos, políticos e acadêmicos que devem orientar a Universidade:

1. Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento concomitante do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
2. Integração orgânica das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão desde a origem da Instituição;
3. Atendimento às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, cujo principal objetivo é coordenar os esforços de todos os entes federados no sentido de assegurar a formação de docentes para a Educação Básica em número suficiente e com qualidade adequada;
4. Universidade de qualidade, comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do país;
5. Universidade democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos social;

6. Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no Ensino Superior, especialmente das populações mais excluídas do campo e da cidade;
7. Uma Universidade que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento;
8. Uma Universidade que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente;
9. Uma Universidade pública e popular;
10. Uma Universidade comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos.

Os dez princípios norteadores expressam o lugar de origem (contexto) da UFFS, assim como apontam o seu lugar de destino (finalidades). Evidencia-se, pelo conjunto da missão e dos princípios da Universidade, uma formulação explícita e clara dos objetivos e finalidades da instituição.

Para o ano de 2013 foram estabelecidos no PPA seis principais desafios, que pautaram as agendas de trabalho na UFFS. São eles:

1. Funcionamento da Universidade Federal da Fronteira Sul;
2. Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul;
3. Assistência ao estudante do Ensino Superior;
4. Fomento às ações de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação;
5. Auxílios e assistência aos servidores;
6. Capacitação dos servidores públicos federais da UFFS em processo de qualificação e requalificação;
7. Capacitação e treinamento de profissionais, professores, gestores para a Educação Básica.

A partir desses desafios existe um elenco de objetivos.

1. Desenvolver ações para assegurar a manutenção, adequação física e funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação da UFFS a fim de formar profissionais de alta qualificação técnica com compromisso social para atuar em diferentes setores da

- sociedade, contribuindo para o processo de desenvolvimento regional e nacional do país;
2. Manter, atualizar e ampliar o acervo bibliográfico destinado à Instituição, contribuindo para os estudos, pesquisas e publicações científicas;
 3. Implantar a estrutura física da UFFS consolidando as instalações para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas da instituição;
 4. Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior;
 5. Implantar a estrutura física da UFFS consolidando as instalações para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas da instituição;
 6. Implantar serviços de infraestrutura de Tecnologia da Informação necessária para o funcionamento das atividades meio e fim da UFFS (comunicação, segurança, infraestrutura, recursos tecnológicos, armazenamento);
 7. Promover a Políticas de acesso de estudantes de baixa renda na UFFS;
 8. Promover a permanência do estudante no ensino de graduação, evitando a evasão e a retenção na universidade;
 9. Fomentar o desenvolvimento de projetos pedagógicos de cursos de graduação, Programas de Pós-Graduação e Projetos de Extensão na UFFS, articulando-os com as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional da Educação;
 10. Desenvolvimento de Políticas de Graduação, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação que promovam ações educativas e culturais junto a comunidade acadêmica e a sociedade civil tendo como referência as diretrizes da Primeira Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão – COEPE;
 11. Proporcionar aos servidores, seus dependentes e pensionistas, condições para a qualidade da saúde física, intelectual e profissional;
 12. Promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho dos índices de satisfação pelos serviços prestados a sociedade e do crescimento profissional;
 13. Criação de programa integrado das licenciaturas para divulgar e esclarecer aos alunos da Educação Básica sobre as possibilidades da carreira docente.

No que diz respeito especificamente ao PDI: 2012-2016 cabe uma referência ao seu estágio de construção¹³. Em 2013, Após a discussão com todos os campi e formatação das contribuições, o documento final do PDI foi encaminhado pela Pró-Reitoria de Planejamento, em 03 de maio de 2013, para a Secretaria dos Órgãos Colegiados para que essa incluísse na pauta de discussão do Conselho Universitário. Neste órgão, o documento foi apreciado por um relator designado, contudo seu parecer foi encaminhado a uma Comissão que está responsável por uma nova análise. Dessa maneira, o PDI da UFFS encontra-se em fase de discussão e aguardando a aprovação do Conselho Universitário¹⁴.

Deve-se destacar que, atenta aos procedimentos democráticos e de transparência essenciais aos agentes públicos, a PROPLAN tem envolvido os diversos segmentos, da universidade e da sociedade civil organizada, na elaboração do PDI: 2012-2016. Audiências públicas foram realizadas ao longo do ano desde 2012, nos seis *campi* da UFFS, como forma de nortear as discussões e solidificar o PDI da Universidade a partir das demandas sociais, sem descuidar dos aspectos regulatórios.

4.2 POLÍTICAS PARA O ENSINO, A PESQUISA E EXTENSÃO

Esta dimensão tem como propósito avaliar as políticas institucionais relacionadas às atividades essenciais da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão, consideradas significativas para o momento da instituição, uma vez que nela estão contempladas a concepção de currículo e a organização didático-pedagógica.

A definição das áreas de atuação acadêmica é orientada pela Missão e pelos Objetivos Gerais da UFFS, os quais colocam claramente a prioridade de investir tanto na formação de

¹³O processo de elaboração do PDI: 2012-2016 foi iniciado em 2011 e tem sido coordenado pela Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN, em consonância à sistemática de planejamento indicada pelos órgãos reguladores da Educação Superior para as instituições de educação superior - IES brasileiras. Sua origem está associada ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído por meio da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

¹⁴O que pode ser justificado pela própria história de concepção da Universidade, uma vez que a UFFS não teve seu projeto iniciado por documentos de planejamento impostos pelo Governo, mas sim por demandas sociais que culminaram na criação da universidade, por meio da Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Ou seja, instituiu-se a Universidade sem existir a estrutura física e de pessoal, nem discentes. Mas havia o que se considerou essencial na ocasião: a urgência da demanda de uma mesorregião, que foi correspondida pelo Governo Federal. Segundo o documento final da I COEPE, esta é “*uma Universidade que nasce da sociedade, para ser um bem público ao seu serviço. Significa concebê-la e realizá-la tendo como ideia-força o princípio da democratização, cuja processualidade precisa se dar a partir de [...] movimentos [...] da democratização*”.

atores que promovam a mudança social, como na produção de conhecimentos que atendam às necessidades da região e, ao mesmo tempo, projetem a universidade no cenário acadêmico e científico mundial.

A integração orgânica das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão é condição indispensável para que haja uma convergência entre as atividades de formação e as de produção de conhecimento, na concretização desses objetivos. Dessa forma, é indispensável garantir a equidade das três áreas-fim da universidade, o que deve estar presente tanto na gestão dos recursos como na delimitação das áreas de inserção.

A delimitação das áreas de inserção, bem como do perfil dos cursos e de seus egressos, são sempre feitos a partir de leitura sistemática das demandas regionais, da conjuntura nacional e mundial, assim como do diálogo com os diversos setores da instituição e da sociedade, diálogo esse que se concretiza, sobretudo, nas atividades de Extensão, mas que também deve estar presente nas instâncias democráticas de gestão da universidade.

Por um lado, procura-se assegurar a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, assim como de atividades de pesquisa e de extensão que estejam em sintonia com as necessidades, anseios e possibilidades da região e que possam viabilizar o seu desenvolvimento econômico, social e cultural, contribuindo para a permanência dos jovens, com qualidade de vida e alternativas profissionais. Por outro lado, busca-se apoiar e fomentar atividades de pesquisa que não apenas tragam soluções para os problemas locais como também coloquem a UFFS como protagonista na apresentação de soluções inovadoras para os grandes problemas que afetam a humanidade, sobretudo no que se refere às questões ambientais e à superação da injustiça social.

Nesse sentido, a qualidade do ensino é primordial para que os estudantes e os egressos se tornem sujeitos ativos na construção dessas soluções.

4.2.1 GRADUAÇÃO

Com o programa de Expansão das Universidades Federais, a UFFS nasce com um forte potencial de desenvolvimento agregado as Regiões Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná e Noroeste do Rio Grande do Sul, oferecendo oportunidades de profissionalização, desenvolvimento tecnológico e científico consolidando e garantindo a toda sociedade meios de acesso à educação superior. Esse compromisso com o ensino público, gratuito e de qualidade se traduz,

prioritariamente, na criação e consolidação dos cursos de graduação e pós-graduação, para que possam atingir a qualidade e excelência na formação dos acadêmicos.

A criação da UFFS insere-se nesse programa estabelecido pelo MEC que prevê a descentralização, expansão e ampliação da oferta de cursos superiores e de vagas para estudantes em instituições públicas. Neste sentido, os cursos já oferecidos e os próximos a serem ofertados pela UFFS deverão, estrategicamente, buscar o equilíbrio e a organização curricular interdisciplinar das áreas do saber, possibilitando o desenvolvimento das Regiões de abrangência da Instituição e seu entorno, para que essa se consolide como polo de referência acadêmica e comprometida com o desenvolvimento humano e social.

Para tanto, é indispensável uma postura de autocrítica de permanente autoavaliação por parte da instituição. Tal movimento, mais do que refletir limites e necessidade de alteração dos documentos existentes, consolida o caráter autocrítico da UFFS, o qual deverá ser característica marcante de todo o seu fazer acadêmico. Além de refletir sobre o mundo à sua volta, a universidade deve também ser capaz de, e estar disposta a pensar de forma crítica e responsável sobre si mesma e sobre seu papel diante desse mundo.

A organização didático-pedagógica objetiva contribuir com o ensino nas seguintes dimensões: nos trabalhos técnico-pedagógicos; na organização curricular dos cursos; na articulação entre a formação teórica e prática do docente; na promoção do ensino de qualidade que viabilize a formação integral do educando como cidadão consciente, atuante e criativo e como profissional responsável e competente para desempenhar de forma plena seu papel social, político e econômico na sociedade.

As linhas gerais da organização didático-pedagógica da UFFS apresentam-se na I COEPE, Este documento referência princípios de um trabalho didático-pedagógico voltado para a democratização do ensino e a produção de conhecimento, pressupondo a articulação com objetivos coesos e coerentes, que tenham como base processos de democratização do país.

A definição de diretrizes organizacionais da graduação e da pós-graduação, em articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais e dos Programa/Cursos, objetiva assegurar que o ensino da Graduação se estruture de forma a viabilizar a realização de seus objetivos. São três as diretrizes gerais do Ensino da UFFS, articuladas entre si, a saber: (1) a democratização do acesso e da

permanência, com qualidade; (2) a flexibilização curricular; (3) a construção coletiva e democrática dos Projetos Pedagógicos dos cursos.

Nesse sentido, três conceituações ganham relevo na definição dos programas/cursos. São elas:

Concepção de Conhecimento - Trata-se de preparar o indivíduo para o desenvolvimento de uma postura investigativa nas atividades de ensino, na graduação e pós-graduação, articuladas entre si e amparadas na pesquisa e na extensão. O conhecimento decorre do cultivo permanente da interrogação e da problematização, da autonomia intelectual. Nesse sentido, precisa ser compreendido como resultado e como fomentador de uma postura investigativa diante do mundo, voltada à análise sistematizada, teórica e metodologicamente orientada, acerca dos mais diversos fenômenos. O processo de construção do conhecimento que, por meio do diálogo e da integração entre diferentes saberes e disciplinas, possibilita a composição de interpretações mais abrangentes e complexas e, por conseguinte, uma intervenção mais qualificada na realidade.

Concepção de Processo de Ensino-Aprendizagem - O processo ensino-aprendizagem pressupõe a articulação do saber acadêmico com o saber popular, para mobilizar a construção do conhecimento científico, o desenvolvimento de habilidades e o compromisso social. Não se trata de assumir o conhecimento popular, dito de “senso comum” como possuindo qualquer status acadêmico-científico, mas de reconhecê-lo como elemento organizador da vida cotidiana e, portanto, ponto de partida das investigações científicas. É preciso dialogar com os saberes socialmente constituídos e legitimados, não para negá-los pelo seu caráter não científico, nem para elevá-los ao nível da superioridade pelo fato de serem populares, mas para estabelecer com ele uma relação de aprendizado pautada pelos critérios científicos de produção e validação do conhecimento. Assim, é preciso buscar constantemente o desenvolvimento de uma postura dialógica, mobilizadora da investigação nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, processo primordial para a autonomia intelectual. Com isso, consolidar a organização e desenvolvimento das atividades acadêmicas com base na participação coletiva, na crítica dialógica e na ação solidária.

Concepção de Avaliação - Ao invés de uma avaliação enquanto medição, quantificação, classificação e punição, adota-se o paradigma de avaliação processual e diagnóstica, pois o que importa é que professor e aluno possam acompanhar, avaliando, as atividades em realização, diagnosticando permanentemente o desenvolvimento do acadêmico e tomando as medidas necessárias à correção da atividade no próprio processo, se assim necessário. A avaliação é entendida

como reflexão sobre as práticas individuais e sociais com vistas a uma nova ação, e tem por função a modificação de comportamentos tendo em vista as modificações da realidade circundante a partir da adequação das ações de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. É o processo, portanto, que precisa ser avaliado enquanto tal, não apenas os sujeitos que participam dele. Por isso, o foco central da avaliação deve ser a melhoria dos processos de construção e socialização do conhecimento desde uma perspectiva futura, ou seja, de continuidade, e não pautado apenas na punição ou recompensa dos sujeitos a partir de desempenhos relativos às ações e estratégias passadas. Enquanto diagnóstica e mediadora, a avaliação constitui-se num contributo fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo na busca do saber científico, tornando-se instrumento que tem por objetivo diagnosticar o estágio de desenvolvimento do aluno e subsidiar a ação do professor no sentido de sanar as dificuldades apresentadas, garantindo, assim, a organização, (re)elaboração, sistematização e construção das estruturas mentais necessárias ao conhecimento.

Em relação ao quesito de flexibilização dos currículos, os cursos de graduação constituem-se de um corpo de conhecimentos organizado em três eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento.

Entende-se por Domínio Comum o conjunto de componentes curriculares comuns a todos os cursos de graduação da UFFS, organizado em dois eixos de formação:

1. Contextualização Acadêmica, com o objetivo de desenvolver habilidade/competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional;
2. Formação Crítico Social, cujo objetivo é desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito aos valores sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sócio, político e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos.

Entende-se por Domínio Conexo o conjunto de componentes curriculares que se situam em espaço de interface interdisciplinar entre áreas do conhecimento e/ou conjunto de cursos de graduação da UFFS. Entende-se por Domínio Específico o conjunto de componentes curriculares

identificadas como próprias de um determinado curso e fortemente voltadas à sua dimensão profissionalizante. Os estudantes da UFFS têm, em seus cursos, possibilidades de integralização curricular diferenciadas, sendo a eles permitido cursar componentes curriculares optativos ao longo do curso.

A política do ensino de graduação da UFFS estuda e propõem atividades complementares, como forma de promover a flexibilidade curricular, representadas por seminários de atualização, colóquios de discussões, projetos de extensão, programas de iniciação científica, semanas acadêmicas, monitoria de ensino, participação em atividades do grupo Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Consolidação das Licenciaturas - PRODOCÊNCIA e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, além de congressos e outros eventos que assegurem a interdisciplinaridade e a articulação do mundo acadêmico com o mundo do trabalho.

As atividades práticas e de estágio estão previstas ao longo dos cursos de graduação da instituição e vão se efetivando de diferentes maneiras, segundo as normas específicas de cada curso. Os estudantes poderão vivenciar atividades práticas na medida em que cumprem as horas de Atividades Curriculares Complementares (ACCs), participação em eventos científicos, viagens de estudo, congressos, simpósios, grupos de estudo, minicursos, disciplinas isoladas, dentre outras situações. O estágio, de acordo com normativa construída coletivamente na instituição, é concebido como um tempo-espço de formação teórica e prática orientada e supervisionada que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa e de redimensionamento dos projetos de formação.

A partir deste universo conceitual, a Universidade Federal da Fronteira Sul, em seus seis *campi* conta, em 2013, com 41 cursos de graduação distribuídos em 19 bacharelados e 22 licenciaturas; 19 cursos de Pós-Graduação, sendo 15 Cursos *Lato Sensu* e 04 Programa/Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Quadro 1 - Cursos de graduação e pós-graduação

CAMPUS	CURSOS			
	GRADUAÇÃO		PÓS-GRADUAÇÃO	
	BACHARELADO	LICENCIATURA	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO
CERRO LARGO	ADMINISTRAÇÃO AGRONOMIA - ÊNFASE EM AGROECOLOGIA ENGENHARIA AMBIENTAL	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS FÍSICA QUÍMICA LETRAS – PORTUGUÊS E ESPANHOL	ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR INTERD. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	
CHAPECÓ	ADMINISTRAÇÃO AGRONOMIA - ÊNFASE EM AGROECOLOGIA CIÊNCIAS DAS COMPUTAÇÃO ENFERMAGEM ENGENHARIA AMBIENTAL	FILOSOFIA HISTÓRIA GEOGRAFIA CIÊNCIAS SOCIAIS PEDAGOGIA LETRAS – PORTUGUÊS E ESPANHOL	EDUCAÇÃO INTEGRAL LITERATURAS DO CONE SUL HISTÓRIA REGIONAL SAÚDE COLETIVA	EDUCAÇÃO ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
ERECHIM	ARQUITETURA E URBANISMO AGRONOMIA - ÊNFASE EM Agroecologia ENGENHARIA AMBIENTAL	FILOSOFIA HISTÓRIA GEOGRAFIA CIÊNCIAS SOCIAIS PEDAGOGIA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO NO CAMPO	EDUCAÇÃO INTEGRAL EPISTEMOLOGIA E METAFÍSICA HISTÓRIA DA CIÊNCIA TEORIAS LINGÜÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS	CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL

LARANJEIRAS DO SUL	AGRONOMIA - ÊNFASE EM AGROECOLOGIA CIÊNCIAS ECONÔMICAS ENGENHARIA DE ALIMENTOS ENGENHARIA DA AQUICULTURA	INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO NO CAMPO	EDUCAÇÃO INTEGRAL PRODUÇÃO DO LEITE AGROECOLÓGICO	AGROECOLOGIA E DESENV. RURAL
PASSO FUNDO	MEDICINA			
REALEZA	NUTRIÇÃO MEDICINA VETERINÁRIA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS CIÊNCIAS NATURAIS FÍSICA QUÍMICA LETRAS – PORTUGUÊS E ESPANHOL	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA	

Fonte: Site da UFFS

No quadro abaixo são apresentados o número de alunos matriculados por campus em 2013

Quadro 2 - Número de estudantes ativos

CAMPUS	ATIVOS
Cerro Largo	961
Chapecó	2545
Erechim	1287
Laranjeiras do Sul	797
Passo fundo	42
Realeza	815
TOTAL	6447

Fonte: Diretoria de Registro Acadêmico - 2013

4.2.1.1 POLÍTICA DE INGRESSO NA GRADUAÇÃO

A UFFS, em obediência ao marco legal do Estado Brasileiro (especialmente a Lei nº 12.711/2012, o Decreto nº 7.824/2012 e a Portaria Normativa MEC nº 18/2012) e a seus princípios institucionais, formulou o modelo de ingresso explicitado a seguir, o qual será implantado integralmente em 2013, contemplando todos os cursos de graduação, em todos os turnos de oferta.

a) Da Distribuição percentual de Vagas

A legislação exige a reserva de, no mínimo, 50% das vagas nos cursos de graduação para candidatos oriundos do ensino médio público, permitindo às instituições o estabelecimento da porcentagem a ser praticada. A UFFS, com base no Censo Escolar (Inep/MEC/2011), observou a distribuição das matrículas no ensino médio, por categoria administrativa, e obteve os seguintes percentuais para os estados de sua abrangência (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul):

ESTADO	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PRIVADA
Paraná	87%	13%
Santa Catarina	86%	14%
Rio Grande do Sul	89%	11%

A distribuição das matrículas no ensino médio, por categoria administrativa, é a referência geral para o modelo do processo seletivo da UFFS. A Lei, entretanto, não contempla o aluno que cursou parcialmente o ensino médio em escola pública ou frequentou instituições privadas porém mantidas, em parte, por recursos públicos. Os processos seletivos anteriores da UFFS demonstraram que há um percentual de candidatos próximo a 5% que está nessa condição e cujo perfil não lhe dá chances reais de participar, com sucesso, da ampla concorrência. Por isso, no âmbito de sua autonomia, a UFFS reserva 5% de suas vagas para alunos que cursaram pelo menos um ano do ensino médio, com aprovação, em escola pública ou que frequentaram escolas privadas cujo orçamento institucional seja, no mínimo, 50% composto por recursos públicos. O segmento de 5% das vagas reservado para os alunos que cursaram parcialmente o ensino médio público está inserido, proporcionalmente, entre o segmento do integralmente público e o da ampla concorrência, isto é, são deduzidos 4 (quatro) pontos percentuais do quantitativo referente à escola pública

em cada unidade da Federação e 1 (um) ponto percentual do quantitativo correspondente à ampla concorrência.

A legislação estabelece que, das vagas destinadas a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública, a metade seja destinada a alunos oriundos de famílias com renda bruta *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio.

A reserva de vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas deve ser realizada, conforme legislação, levando em conta o percentual identificado pelo IBGE (censo mais recente) para cada estado da Federação. De acordo com o Censo de 2010, os percentuais, arredondados para cima, nos estados de abrangência da UFFS são os seguintes: Paraná, 29%; Santa Catarina, 16%; e Rio Grande do Sul, 17%. Essa reserva é para candidatos que cursaram integralmente a escola pública e será inserida, nessa porcentagem, em cada um dos seguintes segmentos:

- Renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio;
- Renda familiar bruta *per capita* superior a um salário mínimo e meio.

b) Das Vagas Suplementares

A UFFS entende que a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas poderá sofrer distorções no formato dado pela legislação, ou seja, compondo um segmento único somando os índices de pretos, pardos e indígenas de cada unidade da Federação. As condições socioeconômicas, culturais e escolares desses três segmentos nem sempre se aproxima, sendo possível que o estrato dos pardos monopolize as vagas ofertadas.

Se isso acontecer, o modelo da UFFS apresentará um dispositivo de correção, criando uma vaga suplementar para estrato autodeclarado indígena e uma vaga suplementar para o autodeclarado preto. Para que esse mecanismo seja acionado, é necessário que, entre os inscritos e classificados de determinado curso, haja pretos e/ou indígenas e nenhum deles tenha sido selecionado para a matrícula. Esse dispositivo só entrará em funcionamento por ocasião do fechamento da última chamada para matrícula. Com isso, A UFFS garante a presença em seus cursos de graduação dos segmentos sociais de acordo com a trajetória escolar, as condições econômicas das famílias e o perfil étnico da população.

c) Dos Grupos de Vagas

Cada candidato aos cursos da UFFS optará por um dos seguintes grupos de vagas ofertadas:

Grupo I: vagas reservadas a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública(*), que tenham renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* e que o autodeclarem pretos, pardos ou indígenas;

Grupo II: vagas destinadas a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública (*), que tenham renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*;

Grupo III: vagas reservadas a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública (*), que tenham renda familiar bruta superior a um salário mínimo e meio *per capita*, que tenham renda familiar bruta superior a um salário mínimo e meio *per capita* e que se autodeclarem pretos, pardos ou indígenas;

Grupo IV: vagas destinadas a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública (*), que tenham renda familiar bruta superior a um salário mínimo e meio *per capita*;

Grupo V: vagas reservadas a candidatos que tenham cursado parcialmente o ensino médio em escola pública (pelo menos um ano com aprovação) ou em instituições de direito privado sem fins lucrativos cujo orçamento seja proveniente do poder público em, pelo menos, 50%;

Grupo VI: vagas de ampla concorrência, destinadas a todos os candidatos, independentemente da procedência escolar, renda familiar e etnia.

(*). Inclui também egressos do EJA, candidatos certificados pelo ENEM e Enceja ou outras formas de certificação pelos sistemas estaduais, conforme Art. 4º do Dec. nº 7.824/2012.

d) Do Sistema de Seleção

Em cada chamada, serão primeiramente preenchidas as vagas destinadas à ampla concorrência (grupo VI), segundo ordem decrescente geral de classificação, independentemente do grupo selecionado pelo candidato por ocasião da inscrição.

O preenchimento das vagas reservadas por Lei dar-se-á na seguinte ordem: Grupo I, Grupo II, Grupo III e Grupo IV. Conforme ações afirmativas da UFFS, na sequência serão ocupadas às vagas reservadas ao Grupo V. Os inscritos em cada um desses grupos concorrerão entre si e ocuparão apenas as vagas reservadas ao respectivo grupo.

A possibilidade de inscritos em um determinado grupo ocuparem vagas destinadas a outro está condicionada à existência de vagas remanescentes, que serão preenchidas na seguinte sistemática:

- Vagas remanescentes do grupo I serão preenchidas por candidatos inscritos nos grupos II, III e IV, nessa ordem;
- Vagas remanescentes do grupo II: serão preenchidas por candidatos inscritos nos grupos I, III e IV, nessa ordem;
- Vagas remanescentes do grupo III: serão preenchidas por candidatos inscritos nos grupos IV, I e II, nessa ordem;
- Vagas remanescentes do grupo IV: serão preenchidas por candidatos inscritos nos grupos III, I e II, nessa ordem.
- As vagas remanescentes do grupo V: serão preenchidas pela ordem decrescente geral de classificação.

e) Do Enem

Do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, o candidato ao ingresso na UFFS será avaliado, unicamente, de acordo com seu desempenho. Em cada processo seletivo serão aceitas as notas obtidas nas duas provas do ENEM mais recentes. Caso o candidato tenha participado das últimas edições do exame, deverá indicar, na inscrição, com qual delas deseja participar do processo seletivo da UFFS.

4.2.1.2 PROGRAMAS PARA A GRADUAÇÃO

a) Monitoria

O Programa de Monitoria (RESOLUÇÃO Nº 001/2012-CONSUNI/CGRAD) caracteriza-se como uma modalidade de ensino e aprendizagem, vinculada às contribuições de formação do acadêmico e integrada às atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação. O programa abrange duas modalidades, monitoria remunerada e monitoria não remunerada.

O monitor desempenha suas atividades, durante 12 horas semanais, acompanhado pelo docente responsável pelo projeto, bem como pelo colegiado do curso ao qual está vinculada a proposta. As atividades de monitorias são orientadas mediante edital institucional que organiza e regulamenta as atividades dos monitores juntos aos cursos de graduação.

Quadro 3 - Número de monitores

CAMPUS	MONITORES REMUNERADOS	MONITORES NÃO REMUNERADOS
Cerro Largo	13	4
Chapecó	28	6
Erechim	11	10
Laranjeiras do Sul	9	5
Passo Fundo	0	0
Realeza	9	11

Fonte: DPGRAD - 2013

b) Estágios

A Universidade Federal da Fronteira Sul entende o estágio como uma formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa e de redimensionamento dos projetos de formação.

São oferecidos estágios obrigatórios e não-obrigatórios. O estágio obrigatório constitui-se num componente integrante da matriz curricular dos Projetos Pedagógicos dos cursos, com carga horária própria, cujo cumprimento é requisito para a integralização da matriz curricular. O estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional complementar, acrescida

à carga horária regular e obrigatória. Ambos têm como objetivo a formação acadêmico-profissional do aluno e sua aproximação com a realidade e o mercado de trabalho.

A UFFS compreende a importância dos estágios na formação de todas as áreas de conhecimento e procura contribuir nesse processo colocando-se a disposição, mediante análise, para receber alunos de outras instituições de ensino para a realização de estágios não obrigatórios e, eventualmente, disponibilizando vagas, para estágios obrigatórios.

c) Programa de Educação Tutorial – PET

O Programa de Educação Tutorial – PET foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O estudante e o professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica.

Na UFFS, foram aprovados através do Edital nº 9 – PET 2010/MEC/SESu/SECAD, os seguintes Grupos PET:

- Projeto PET/Ciências - Campus Cerro Largo

Tutora: Profa. Dra. Érica do Espírito Santo Hermel

É composto de 12 bolsistas (recebem bolsa de R\$ 400,00 mensais).

- PET Medicina Veterinária e Agricultura Familiar - Campus Realeza

Tutor: Prof. Dr. Adolfo Firmino da Silva Neto

É composto de 8 bolsistas (recebem bolsa de R\$ 400,00 mensais) e de 3 voluntários (sem recebimento de bolsa).

- Políticas Públicas e Agroecologia - Campus Laranjeiras do Sul

Tutor: Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli

É composto de 11 bolsistas (recebem bolsa de R\$ 400,00 mensais).

- Assessoria Linguística e Literária da UFFS - Campus Chapecó

Tutora: Profa. Me. Mary Stela Surdi

É composto de 11 bolsistas (recebem bolsa de R\$ 400,00 mensais).

- Práxis - Campus Erechim

Tutor: Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira

É composto de 4 bolsistas (recebem bolsa de R\$ 400,00 mensais) e de 2 voluntários (sem recebimento de bolsa).

d) PIBID/UFFS

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O PIBID-UFFS foi aprovado no ano de 2011, por meio do Edital Capes n. 001/2011, de 15 de dezembro de 2010. Ampliado por meio de aprovação de novos subprojetos pela Capes por meio do Edital n. 001/2011, de 19 de março de 2012, com vigência até o mês de dezembro de 2013.

Esse programa nacional tem como objetivo promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início de sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas, sob a orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

Na Universidade Federal da Fronteira Sul, o PIBID pretende inserir os alunos bolsistas nas escolas da rede pública municipal e estadual; contribuir para despertar o gosto pela docência; elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação dos professores; inserir os alunos bolsistas no cotidiano das escolas e promover a integração entre a educação superior e básica.

Esse foi o primeiro PIBID da UFFS. O Programa foi iniciado com 14 projetos, 97 estudantes, 14 professores supervisores e 12 professores coordenadores de subprojetos. Em 2012, um edital da Capes permitiu a expansão de vagas e a ampliação de subprojetos, então, em 2013, passamos a abranger todas as licenciaturas da UFFS, com 16 projetos, 16 coordenadores de subprojetos, 29 supervisores e 205 estudantes bolsistas, acrescido de 2 coordenadores e 03 voluntários. São atendidas 05 escolas em Cerro Largo, 03 escolas em Erechim, 03 escolas em Laranjeiras do Sul, 03 escolas em Realeza e 03 em Chapecó. No quadro abaixo são apresentados os projetos do PIBID por *campus*.

Quadro 4 - Projetos do PIBID

CAMPUS	ESCOLAS	SUBPROJETOS	BOLSISTAS	COORDENADORES	SUPERVISORES
Cerro Largo	05	Letras	12	01	02
		Ciências: Física, Química e Biologia	25	01	04
		Pedagogia	11	01	02
Chapecó	03	Letras	10	01	01
		História	12	01	02
		Ciências Sociais	10	01	01
Erechim	03	Filosofia	10	01	01
		Geografia	10	01	01
		História	10	01	01
		Ciências Sociais	10	01	01
		Pedagogia	15	01	03
Laranjeiras do Sul	03	Interdisciplinar em educação do campo	18	01	03
Realeza	03	Letras	12	01	02
		Ciências:Física Química e Biologia	20	01	02

Fonte: Coordenação Institucional do PIBID

e) Núcleo de Estudos em Docência – NED

Este é um Projeto Institucional da UFFS vinculado ao Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência/CAPES). Tem como objetivo geral: fomentar a qualidade dos cursos de licenciatura a partir da criação do Núcleo de Estudos em Docência (NED) da UFFS como espaço de articulação entre professores formadores, professores em formação inicial e professores em exercício na educação básica.

Participam do NED, as licenciaturas de Sociologia, História, Ciências (Química, Física e Biologia), Letras, Educação no Campo, Geografia, Pedagogia e Filosofia, cuja equipe responsável foi constituída pela portaria nº 442/GR/UFFS/2012, de 03 de maio de 2012.

Dentre as políticas e práticas formativas do NED, baseado em seus objetivos, elencou as seguintes ações:

- a) Eventos anuais e seminários com a participação de um palestrante que abordou assuntos pertinentes à prática docente, bem como, fóruns de discussão com o objetivo

de aproximar professores formadores, professores em formação inicial e professores em exercício na educação básica.

- b) Publicações de relatórios que sistematizam as discussões realizadas no âmbito do NED, com destaque à Revista de Estudos em Docência.
- c) O NED conta com um site que disponibiliza materiais, tais como: resultados de pesquisas, divulgação de eventos e publicação de artigos.
- d) Criação dos Laboratórios de docência nos *campi*.
- e) Atividades de extensão.
- f) Atividades de pesquisa.
- g) Grupos de estudos.

O grupo possui um site, <http://www.neduffs.org>, em que mantém atualizadas as atividades, eventos, produções e o trabalho realizado neste período de existência do Núcleo.

f) Núcleo de Apoio Pedagógico - NAP

O Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP foi criado na UFFS a partir de uma ampla discussão com as coordenações acadêmicas de todos os *campi*. O NAP tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos docentes da UFFS e de articulação para a formação docente. São objetivos do NAP conforme Art. 3º da RESOLUÇÃO Nº 013/2013 – CONSUNI/CGRAD:

- I. assessorar as Coordenações Acadêmicas, Coordenações e Colegiados de Cursos nas questões pedagógicas;
- II. fomentar o debate político-pedagógico na UFFS;
- III. fortalecer a comunicação e a interdisciplinaridade entre os professores, entre as áreas do conhecimento e entre os componentes curriculares;
- IV. promover a formação continuada dos professores;
- V. proporcionar apoio pedagógico a docentes a partir de necessidades apontadas;
- VI. promover o aperfeiçoamento didático-pedagógico por meio de cursos e eventos para refletir sobre e a partir da prática docente.

As justificativas de criação do NAP são detalhadas no Art. 4º da mesma resolução, o qual descreve que o Núcleo surgiu a partir da identificação das necessidades de: se constituir um espaço de apoio pedagógico; da formação continuada dos docentes; construção de diagnósticos acerca do perfil do ensino da UFFS; promover o conhecimento da natureza e da especificidade da

UFFS; socialização da organização curricular e do perfil de formação da UFFS; inserir os/as docentes na vida institucional e a necessidade de apropriação dos projetos dos cursos e de planejamento das atividades de ensino.

O NAP é uma instância ligada à PROGRAD e sua composição em cada *campus*, será pelos seguintes profissionais: um pedagogo e quatro docentes eleitos pelos seus pares e nomeados por portaria. A seguir são elencadas atividades realizadas pelo NAP, conforme a Resolução nº 13/2013/CONSUNI/CGRAD:

- I. apresentação dos principais documentos da Universidade e a introdução no ambiente universitário para os docentes iniciantes, e quando necessário, aos demais docentes da UFFS;
- II. apoio didático-pedagógico aos docentes;
- III. articulação de ações para promover Formação Continuada na Universidade;
- IV. realizar reuniões com outros setores do Campus em articulação com a Coordenação Acadêmica.

4.2.1.2 PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Sob a orientação da PROGRAD, tendo em vista os processos de reconhecimento dos cursos, foi realizada a autoavaliação dos cursos em andamento nos cinco *campi* da UFFS.

A escolha da forma de avaliar foi dos próprios cursos, através de seus colegiados. As opções foram majoritariamente a aplicação de questionários e seminários. Frequentemente as duas opções estavam conjugadas: uma primeira tomada de dados através de questionários e um seminário na apreciação, análise e tomada de decisões.

A CPA, em acordo com a DOP/PROGRAD, decidiu incorporar em seu relatório geral, as atas/relatórios de avaliação encaminhados pelos cursos. Abaixo a lista dos 20 cursos que receberam Comissões de Visita do MEC/INEP no decorrer do ano de 2013.

Quadro 5 - Cursos de graduação, com visita das Comissões do MEC/INEP

CAMPUS	GRADUAÇÃO			
	BACHARELADO	Portaria Reconhecimento*	LICENCIATURA	Portaria Reconhecimento*
CERRO LARGO	ADMINISTRAÇÃO	**	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Nº 736 de 27 de dezembro de 2013
			FÍSICA	Nº 728 de 19 de dezembro de 2013
			QUÍMICA	**
			LETRAS–PORTUGUÊS E ESPANHOL	**
CHAPECÓ	ADMINISTRAÇÃO	**	FILOSOFIA	Nº 428 de 30 de agosto de 2013
			HISTÓRIA	Nº 428 de 30 de agosto de 2013
	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	Nº 729 de 19 de dezembro de 2013	GEOGRAFIA	Nº 649 de 10 de dezembro de 2013
			CIÊNCIAS SOCIAIS	Nº 428 de 30 de agosto de 2013
	ENFERMAGEM	**	PEDAGOGIA	Nº 428 de 30 de agosto de 2013
			LETRAS – PORTUGUÊS E ESPANHOL	Nº 736 de 27 de dezembro de 2013
ERECHIM	ARQUITETURA E URBANISMO	**	FILOSOFIA	**
			GEOGRAFIA	**
			CIÊNCIAS SOCIAIS	Nº 729 de 19 de dezembro de 2013
			PEDAGOGIA	
LARAN- JEIRAS DO SUL	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Nº 728 de 19 de dezembro de 2013		

* Publicadas até 31/12/2013

** Aguardando publicação para 2014

Fonte: PROGRAD - 2013

4.2.2 PÓS-GRADUAÇÃO

Atenta à sua missão, à sua história de implantação e aos anseios que estão postos na região de sua influência, a Universidade Federal da Fronteira Sul tem especial atenção às ações de pesquisa e pós-graduação. A política de pesquisa e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul cumpre a missão de buscar a excelência acadêmica de forma a potencializar o desenvolvimento humano, científico e tecnológico e qualificar a presença da UFFS na sua região de abrangência. São objetivos dessa política:

- a) Planejar, coordenar e avaliar as atividades de pesquisa e de pós-graduação;
- b) Promover a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;
- c) Elaborar, coordenar e avaliar as políticas de capacitação docente;
- d) Elaborar e coordenar as políticas de produção e divulgação científica;
- e) Promover a representação da UFFS nos eventos e fóruns oficiais das áreas de pesquisa e de pós-graduação.

4.2.2.1 POLÍTICAS, PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Figurando entre as mais novas universidades públicas federais, a UFFS é parte integrante de uma estratégia governamental de enfrentamento da histórica dívida para com a região. Seu surgimento, nesse contexto, evidencia o papel primordial que lhe é atribuído na expansão da educação superior, e de modo particular no desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.

A política de pós-graduação da UFFS ancora-se, portanto, nas políticas e diretrizes nacionais que orientam e organizam a pós-graduação, busca consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (2011-2020) e com a Política Nacional de Pós-Graduação - PNPG (2011-2020). Também considera os objetivos, as diretrizes e os princípios estabelecidos no documento final da I COEPE.

A partir desse escopo, merecem destaque as seguintes ações realizadas em 2013:

- a) Desenvolvimento de ações articuladoras entre os docentes da Graduação e da Pós-Graduação;
- b) Organização de atividades de formação nos espaços internos e externos à UFFS;
- c) Definição das áreas prioritárias a partir das quais foram implantados os primeiros Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;

- d) Aprovação da Política de Pós-Graduação da UFFS (RESOLUÇÃO Nº 7/2013 – CONSUNI/CPPG);
- e) Criação da regulamentação necessária aos cursos e Programas de Pós Graduação, *Stricto e Lato Sensu*, em andamento na UFFS, a exemplo da Publicação da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003, DE 29 DE JULHO DE 2013, que disciplina a concessão, manutenção e suspensão de bolsas de estudos aos alunos de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus Chapecó*, e INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013, que Institui o *Estágio de Docência* dos alunos do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos (PPGEL) nos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS);
- f) Definição de diretrizes à distribuição dos recursos financeiros provindos do *Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP)*, programa financiado pela *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)* e gerenciado pela *Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEPG)* (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/PROPEPG, DE 25 DE ABRIL DE 2013).

4.2.2.1.1 PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Em consonância com os princípios da universidade pública, a UFFS tem se esforçado para oferecer cursos de especialização gratuitos, conforme as demandas da região.

4.2.2.1.2 PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

O desafio colocado é o de efetivamente contribuir, tanto no enfrentamento dos problemas regionais/nacionais, quanto nos de natureza global. Destarte, conceber a pós-graduação na UFFS, especialmente o *stricto sensu*, implica em considerar as condições históricas referidas, principalmente a situação evidenciada nas assimetrias da pós-graduação brasileira, as quais também refletem as desigualdades socioeconômicas entre as regiões do país.

O mapa das assimetrias da pós-graduação no Brasil demonstra que a região de abrangência da UFFS está quase que totalmente a descoberto quanto à oferta de programas *stricto sensu*. Tais disparidades, em relação a outras regiões do país, são consideradas e se constituem no grande desafio para a universidade. A oferta de cursos e programas de pós-graduação se constituirá em

resposta aos históricos problemas, em particular das baixas taxas de acesso à educação superior e à formação continuada no âmbito da pós-graduação.

Os indicadores recentemente publicados pelo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) - 2011-2020, elaborados por mesorregiões geográficas, evidenciam que as regiões metropolitanas e litorâneas concentram a grande maioria dos programas, assim como a excelência da pós-graduação nacional. A título de exemplificação na região oeste de Santa Catarina são ofertados apenas quatro programas de Mestrado, os quais têm nota 3 na avaliação da Capes. A mesma tendência se aplica a toda a região de abrangência da UFFS.

O desafio que se coloca à UFFS, enquanto instituição pública é o de somar esforços para promover a criação de programas de pós-graduação em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional/nacional, na formação de profissionais para atuação no ensino superior e para atender o que determinam as políticas e diretrizes nacionais, como as diretrizes do Conselho Nacional de Educação - CNE, que definem com clareza as exigências para que uma instituição seja credenciada como universidade, e a o que dispõe o Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020).

Por sua vez o PNPG (2011-2020) reforça a necessidade de expansão do sistema de pós-graduação, especialmente por meio de programas, cujas áreas tenham estreita relação com as de interesse nacional e regional. Propõe que as políticas com vistas à redução dessas assimetrias devem contemplar a análise dos indicadores nacionais por mesorregião. Também apresenta a perspectiva de que, no período, o Brasil possa estar entre os dez maiores produtores de ciência no mundo. Para isso coloca como eixos a necessidade de manter o crescimento padronizado e a qualidade das universidades brasileiras e de ampliar os centros de excelência, independente da região onde estejam inseridos.

Nesse contexto, em 2013, a UFFS aprovou junto aos órgãos competentes dois cursos de pós-graduação *stricto sensu*. São eles: Mestrado em Ciências e Tecnologia Ambiental e Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

No esforço de expansão da pós-graduação *stricto sensu* 09 grupos de trabalhos têm elaborado seus projetos de mestrado. Os grupos de trabalho são constituídos de forma inter *campi*. Exceção feita ao grupo de trabalho Saúde Animal, com docentes de Realeza, único *campus* a oferecer a graduação em Veterinária. Abaixo os grupos de trabalhos e suas portarias de instalação.

- a) Ciência de Alimentos – Portaria nº037/GR/UFGS/2013
- b) Ciência da Computação – Portaria nº435/GR/UFGS/2012
- c) Educação - Portaria nº739/GR/UFGS/2013
- d) Desenvolvimento – Portaria nº738/GR/UFGS/2013
- e) História – Portaria nº1099/GR/UFGS/2012
- f) Saúde Animal – Portaria nº436/GR/UFGS/2012
- g) Filosofia – Portaria nº437/GR/UFGS/2012
- h) Ciências: Sustentabilidade Ambiental – Portaria nº1060/GR/UFGS/2012
- i) Ciências Sociais – Portaria nº 137/GR/UFGS/2013

A UFGS participa, ainda, do Programa Professor Visitante Nacional Sênior – PVNS da CAPES, com o objetivo de buscar ajuda qualificada e experiente para seus projetos de pós-graduação *stricto sensu*. Em 2013, conta com a contribuição de 06 PVNS nas seguintes áreas: Agroecologia, Ciência Agrárias, Estudos Linguísticos História e Ciências Sociais. Três deles atuam nos Grupos de Trabalho de história e ciências sociais, em Chapecó, e de agroecologia, em Erechim. Outros dois professores atuam junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, no Campus Chapecó.

4.2.2.2 PESQUISA

A criação da UFGS se deu em um momento histórico em que as contradições do modelo de desenvolvimento econômico do país criaram condições para que os movimentos sociais incluíssem o desenvolvimento social como uma estratégia prioritária das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação. A evolução dessas políticas pode ser percebida nos temas e discussões das Conferências de Ciência e Tecnologia realizadas neste milênio.

Em 2001, a 2ª Conferência de Ciência e Tecnologia, ao fazer um balanço do desempenho na área na década de 1990, alertou para o pequeno impacto, em termos de desenvolvimento econômico e social, do grande avanço científico e tecnológico do país registrado no período. Com base nesses resultados, foram elaboradas políticas e diretrizes orientadas para o incentivo à colaboração entre os setores público e privado, em um esforço para consolidar um sistema de Ciência

e Tecnologia que apoiasse o desenvolvimento de inovações tecnológicas, visando melhorar a competitividade do setor produtivo em termos internacionais.

A 3ª Conferência, realizada em 2005, incluiu a Inovação em seu próprio título: 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Procurou analisar as políticas já implantadas, seus objetivos e consequências. Nesta Conferência, foram introduzidas algumas questões e conceitos importantes, como desenvolvimento sustentável e inclusão social. A ampla participação de diversos setores propiciou o debate em torno da distribuição das riquezas e dos benefícios proporcionados pelos avanços científicos e tecnológicos, problematizando o próprio conceito de desenvolvimento.

A partir de um amplo diagnóstico da situação nacional, foram apontadas as quatro prioridades estratégicas, contempladas posteriormente no Plano Nacional de Ciência e Tecnologia (2007-2010)¹⁵: 1) Expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia; 2) Promoção da expansão tecnológica nas empresas; 3) Pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas; 4) Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento social.

No último ano de execução do plano nacional, a IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em todas as regiões do país no primeiro semestre de 2010, mostrou que o 4º eixo prioritário, ou seja, a Capacitação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento social teve poucos avanços e requer esforços de toda a sociedade para que sejam atingidos os resultados desejados: superação das desigualdades e da exclusão social¹⁶.

Com base nessa avaliação, a 4ª Conferência propôs como objetivo estratégico para o País um desenvolvimento científico e tecnológico inovador, calcado em uma política de redução de desigualdades regionais e sociais, de exploração sustentável das riquezas do território nacional e de fortalecimento da indústria, agregando valor à produção e à exportação através da inovação e reforçando o protagonismo internacional em ciência e tecnologia¹⁷. Esse objetivo reafirma as prioridades estratégicas que já tinham sido definidas na terceira conferência e reitera a preocupação em “*construir um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que respeite a natureza e os se-*

¹⁵BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plano de ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento nacional - Investir e inovar para crescer**. Brasília: MCT, 2010.

¹⁶ Os documentos das conferências estão disponíveis em: http://www.cgee.org.br/cncti4/index.php?option=com_docman&Itemid=78

¹⁷BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável** – Brasília: MCT/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

res humanos. Um modelo que necessariamente deverá se apoiar na ciência, na tecnologia e na educação de qualidade para todos os brasileiros”¹⁸.

Essa preocupação foi traduzida no relatório final da Conferência, que passou a incluir em seu título a expressão “*para o Desenvolvimento Sustentável*”. Temos, portanto, uma evolução na orientação das políticas de Ciência e Tecnologia que se expressa na sucessiva inclusão das expressões “*Inovação*” (3ª Conferência) e “*para o Desenvolvimento Social*” (4ª conferência), nos próprios títulos das Conferências.

Para atingir o objetivo proposto, a 4ª Conferência definiu uma agenda de longo prazo que prevê, além do estabelecimento de metas para a consolidação e otimização do próprio Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a adoção de medidas que garantam o desenvolvimento científico e tecnológico voltado para o uso sustentável dos biomas nacionais; a redução das desigualdades regionais, tanto no que se refere à exclusão social como à realização de atividades científicas e tecnológicas; e a melhoria na qualidade da educação, com a preocupação de qualificar profissionais de nível médio e superior e aumentar o número de pesquisadores nas empresas, nas universidades e nos institutos de pesquisa.

Desta forma, sendo resultado de uma ampla mobilização e participação nacional, as orientações para as políticas de pesquisa, tecnologia e inovação, convergem em larga medida com os princípios da UFFS, o que não é surpreendente, na medida em que ela própria resultou de um longo processo de lutas da sociedade regional e dos movimentos sociais. Nesse sentido, a história, a missão e os princípios da UFFS colocam às atividades de Pesquisa alguns desafios que devem estar presentes na elaboração das políticas institucionais. Esses desafios se apresentam para as diferentes áreas do conhecimento como problemas a serem enfrentados e, portanto, a serem traduzidos em questões de pesquisa sintonizadas com os interesses e necessidades da região e do país.

Assim, em seu primeiro ano, a UFFS procurou definir diretrizes para a Pesquisa que lhe permitissem equacionar a necessidade de investimentos na produção de conhecimentos científicos e inovações tecnológicas de que o país carece, bem como democratização do acesso às populações tradicionalmente excluídas. Para tanto, realizou a I COEPE, na qual a comunidade acadêmica e representantes de várias instituições e movimentos sociais reafirmaram a missão da UFFS

¹⁸ DAVIDOVICH, Luís. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. – Brasília: MCT/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. (Epígrafe)

de “contribuir para que a construção do conhecimento científico e a inovação tecnológica façam parte de um projeto de desenvolvimento que priorize a formação humana, a inclusão social e a preservação das riquezas naturais, combatendo as desigualdades regionais e garantindo o acesso à formação superior na própria região”.

A I COEPE assumiu as posições que fundamentaram a própria construção da UFFS, defendendo que o desenvolvimento social requer a participação cultural e política e exige que o controle e a tomada de decisões sobre os rumos da sociedade seja garantido às populações historicamente excluídas de quaisquer instâncias de poder. Com isso, a I COEPE desafiou as áreas acadêmicas da UFFS a assumirem a responsabilidade de contribuir para que estas populações se apropriem do conhecimento necessário para controlar os sistemas básicos que garantem o funcionamento do país e conquistem a liberdade e o poder de preservar sua cultura e identidade.

Em outras palavras, a UFFS contribuir para que as populações, sobretudo as da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, sejam protagonistas do processo de desenvolvimento econômico, promovendo a geração e distribuição de riquezas para seu próprio benefício, superando o modelo tradicional que visa à mera qualificação de uns poucos para um mercado formal de trabalho que não dá conta de absorver a maioria dessas populações.

Nesse contexto, a UFFS é instada a organizar as atividades de Pesquisa de forma a dialogar com a sociedade, reafirmando seu compromisso com a construção de uma instituição pública, popular e de qualidade e desempenhando seu papel de *locus* de problematização da realidade social.

Assim, a Pesquisa se compromete a observar, na definição das suas finalidades, no uso das metodologias, na divulgação dos resultados e na utilização das verbas públicas, os princípios da ética científica e os princípios éticos e epistemológicos que orientam as atividades-fim da UFFS,

Para garantir o cumprimento desses princípios, as atividades de pesquisa devem obedecer às normas e diretrizes constantes do Regulamento da Pesquisa e serão reguladas e acompanhadas pelas seguintes instâncias: Comitê Assessor de Pesquisa (CAP); Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP); Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA); Comissão Interna de Biossegurança (CIBio).

Os princípios éticos e epistemológicos citados acima orientaram a formulação dos dois objetivos gerais da Pesquisa na UFFS:

- I. Promover o avanço do conhecimento, da tecnologia e da inovação, nas diferentes áreas de conhecimento, visando ao desenvolvimento social, cultural e econômico de forma sustentável e solidária.
- II. Contribuir com a qualificação permanente de todas as atividades-fim da UFFS e aprofundar a integração entre elas.

O ano de 2013 foi importante para a Pesquisa pois foram aprovados a Política e o Regulamento da Pesquisa da UFFS e Regulamentada as atividades de pesquisa desenvolvidas pelos servidores docentes da UFFS, por meio da institucionalização de projetos de pesquisa (RESOLUÇÕES Nº 6/2013–CONSUNI/CPPG, Nº 1/2013 – CONSUNI/CPPG e Nº 5/2013 – CONSUNI/CPPG, respectivamente).

A Política da Pesquisa enfatiza que seus princípios, diretrizes e objetivos serão implementados na instituição por meio de alguns programas e ações prioritárias, a saber:

- a) Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PRO-ICT) - voltado aos estudantes de Ensino Médio e de graduação
- b) Programa de Apoio aos Grupos de Pesquisa (PRO-AGP) - visa articular as iniciativas relacionadas ao fortalecimento da produção científica e tecnológica, a qual se concretiza no desenvolvimento de projetos de pesquisa que envolvem o trabalho coletivo e a colaboração entre pesquisadores, organizados em Grupos, Núcleos e/ou Laboratórios de pesquisa.
- c) Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos (PRO-APEC) - estímulo à apresentação dos resultados dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos docentes, assim como pelos estudantes de graduação e de pós-graduação em eventos científicos.
- d) Programa de Apoio à Internacionalização (PRO-INTER) - apoio à internacionalização, marca da atualidade e dos mecanismos globais de relações entre as universidades.
- e) Programa de Apoio à Publicação (PRO-EDITAR) - contribuição com o esforço de firmar o país entre os principais produtores da ciência mundial, assim como a produzir conhecimento socialmente relevante, em condições de contribuir com a sociedade no seu permanente movimento de encontrar soluções para os problemas que enfrenta.
- f) Programa de Desenvolvimento Tecnológico e da Inovação (PRO-INOVAR) inserção nas ações de busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento e adoção de novos produtos, processos e técnicas organizacionais. A inovação, como ato de identificar oportuni-

dades e alavancar mudanças, também é um ato de transformação, que implica em mudar as condições vigentes em um determinado ambiente, mediante a utilização de novos recursos, ou mediante a utilização, de novas maneiras, dos recursos disponíveis.

- g) Programa de Formação em Pesquisa e Pós-Graduação (PRO-FORMAR) - materialização do compromisso da universidade pública com a formação permanente de alto nível.

Os Programas encontram-se em andamento, normatizados pelo Regulamento da Pesquisa da UFFS, bem como por Portarias, Editais ou Instruções Normativas específicas à cada ação.

Em 2013, ainda, a PROPEPG iniciou o Programa de Formação em Pesquisa e Pós-Graduação que visa estimular o espírito crítico e a cultura investigativa na comunidade acadêmica da UFFS, com o propósito de desenvolver competências teóricas, metodológicas e práticas, essenciais ao desenvolvimento e qualificação permanente da Pesquisa e da Pós-Graduação, na sua relação orgânica com a Graduação e a Extensão.

O Programa aborda os mais diversos temas relacionados à Pesquisa e Pós-Graduação e é desenvolvido por meio de conferências, palestras, cursos e treinamentos, presenciais e/ou por videoconferência e tem como público alvo:

- a) Docentes e discentes da Pós-Graduação;
- b) Discentes da Graduação que atuam na Iniciação Científica;
- c) Integrantes dos Grupos de Pesquisa;
- d) Integrantes dos Grupos de Trabalho da Pós-Graduação.

De setembro/2013 a janeiro/2014 ocorreram três módulos conforme segue:

Módulo	Ministrante	Data	Local
Módulo I: Desafios teóricos e metodológicos da prática interdisciplinar	Prof. Dr. Arlindo Philippi Jr.	26/09/2013	<i>Campus</i> Chapecó: Auditório Seminário (por videoconferência aos demais <i>campi</i>)
Módulo II: Abordagem sistêmica: desafios teóricos e práticos na Pesquisa e Pós-Graduação	Prof. Dr. Sandro Luis Schindwein	30/10/2013	<i>Campus</i> Chapecó: Auditório Seminário (por videoconferência aos demais <i>campi</i>)
Módulo III: Produção do conhecimento, diálogo de saberes e responsabilidade social.	Prof. Pós-Doutor Attico Chassot	07/01/2014	<i>Campus</i> Chapecó: Auditório Seminário (por videoconferência aos demais <i>campi</i>)

4.2.2.2.1 DIRETRIZES PARA ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

O desenvolvimento das atividades de Pesquisa na UFFS toma como referência as políticas institucionais e as nacionais. As atividades de Pesquisa serão desenvolvidas por Grupos de Pesquisa, os quais definem suas Linhas em função dos objetos pesquisados. Cada Linha de Pesquisa agrega os projetos de pesquisa desenvolvidos pelos pesquisadores, estudantes e técnicos que participam do Grupo. A Pesquisa será organizada, portanto, a partir de três instâncias fundamentais: (1) Grupos de Pesquisa; (2) Linhas de Pesquisa; e (3) Projetos de Pesquisa.

4.2.2.2.2 CONFIGURAÇÃO DOS GRUPOS DE PESQUISA

Segundo os registros da I COEPE (2010) as diretrizes para a formação e a consolidação dos Grupos de Pesquisa na UFFS obedecem ao que o Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq estabelece em seu Diretório dos Grupos de Pesquisa. No referido Diretório, o CNPq define Grupo de Pesquisa como um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças que demonstram envolvimento permanente, experiência e destaque no terreno científico ou tecnológico.

Nessa direção cabe à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, aos Coordenadores Acadêmicos dos *campi* e aos coordenadores dos Cursos de Graduação e de Pós-graduação promover e apoiar a interlocução entre os pesquisadores para que estes se organizem em Grupos de Pesquisa. A proposta de criação de um Grupo de Pesquisa deve levar em consideração os critérios estabelecidos pelo CNPq, os interesses e as prioridades institucionais, a perspectiva da pós-graduação *stricto sensu*, e os interesses comuns entre os pesquisadores.

Segundo o Regulamento da Pesquisa da UFFS a formação e consolidação dos Grupos de Pesquisa obedecem ao que o Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq estabelece em seu Diretório dos Grupos de Pesquisa. No referido Diretório, o CNPq define Grupo de Pesquisa como um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças que demonstram envolvimento permanente, experiência e destaque no terreno científico ou tecnológico.

Conforme consta do Regulamento da Pesquisa na UFFS os grupos devem ser estruturados em torno de linhas de pesquisa, as quais expressam as temáticas comuns de investigação que orientam os projetos de pesquisa e demais atividades dos pesquisadores membros.

Em relação a constituição das linhas de pesquisa a I COEPE (2010) registrou que os Grupos delimite um ou mais objetos de pesquisa. Considerando que o objeto de Pesquisa é uma

construção conceitual, pressupõe-se que seja caracterizada também pela semelhança das orientações teórico-metodológicas dos Projetos de Pesquisa vinculados a essa linha.

Segue a relação dos 69 Grupos de Pesquisa da UFFS certificados junto ao Diretório de Pesquisa do CNPq no ano de 2013:

- 1 [\(Trans\)formação inicial, permanente e contínua de professores: processos teóricos metodológicos da ensinagem - TRIPEC](#)
- 2 [Agricultura e Biodiversidade](#)
- 3 [Agricultura familiar e transição agroecológica](#)
- 4 [Agroecologia](#)
- 5 [Agroenergia](#)
- 6 [Anticapitalismo e Sociabilidades Emergentes - GPASE](#)
- 7 [Aquisição, aprendizagem e processamento de primeira e segundas línguas](#)
- 8 [Biodiversidade e conservação da fauna](#)
- 9 [Biotecnologia](#)
- 10 [Cooperativismo Popular, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional](#)
- 11 [Cultura, política e diversidade](#)
- 12 [Desenvolvimento humano, cultura e educação](#)
- 13 [Direitos humanos, justiça e cidadania](#)
- 14 [Ecologia e Monitoramento Ambiental](#)
- 15 [Economia, desenvolvimento e políticas públicas \(GEDePP\)](#)
- 16 [Educação em Ciências Naturais - GPECieN](#)
- 17 [Educação Popular na Universidade - GRUPEPU](#)
- 18 [Educação, culturas e políticas contemporâneas – GPECC](#)
- 19 [Educação, formação docente e processos educativos](#)
- 20 [Energias renováveis e sustentabilidade](#)
- 21 [Ensino de língua e literatura](#)
- 22 [Estados, Sociedade e Políticas Públicas](#)
- 23 [Estudos biológicos e clínicos em patologias humanas](#)

- 24 [Estudos em epistemologia e metafísica](#)
- 25 [Estudos geosociolinguísticos](#)
- 26 [Estudos gramaticais e lexicais](#)
- 27 [Ética e Política](#)
- 28 [Etnopesquisa em gênero, etnia, geração e classe social](#)
- 29 [Física da baixa atmosfera](#)
- 30 [GABBI - Grupo de Aquicultura e Biologia da Bacia do Iguaçu](#)
- 31 [GEHDEB - Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira](#)
- 32 [GEPAD - Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração](#)
- 33 [Gestão Estratégica e Desenvolvimento Regional \(GEDR\)](#)
- 34 [GPFRUFSul - GP em Fruticultura na Fronteira Sul](#)
- 35 [GPHSol - Grupo de Pesquisa em Hardware e Software Livre](#)
- 36 [Grupo de estudos e pesquisa em educação matemática e tecnologias](#)
- 37 [Grupo de estudos e pesquisa em ensino de ciências e matemática – GEPECIEM](#)
- 38 [Grupo de estudos e pesquisa em gestão, cuidado e educação em saúde e enfermagem - GEPEGECE](#)
- 39 [Grupo de estudos e pesquisas em saneamento ambiental \(GEPESA\)](#)
- 40 [Grupo de pesquisa em Educação Matemática – GPEMAT](#)
- 41 [Grupo de pesquisa em História Oral e Memória Regional](#)
- 42 [Grupo de pesquisa em inteligência artificial – GIA](#)
- 43 [Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Ensino de Ciências Naturais e Matemática](#)
- 44 [Grupo interdisciplinar em políticas públicas e práticas de educação](#)
- 45 [Grupo Interinstitucional de pesquisa de práticas sustentáveis para melhoria da qualidade de vida da população e do meio ambiente](#)
- 46 [Historiografia, linguagem e memória](#)
- 47 [Inovação e desenvolvimento tecnológico](#)
- 48 [Lingua\(gem\), discurso e subjetividade](#)
- 49 [Linguagem e contexto social](#)
- 50 [Manejo sustentável dos sistemas agrícolas](#)

- 51 [Marxismos, política e sociedade \(GEMA\)](#)
- 52 [Matemática aplicada e computacional – GPMAC](#)
- 53 [Métodos numéricos e modelagem computacional](#)
- 54 [Monitoramento e qualidade ambiental](#)
- 55 [Núcleo de Estudos em Historiografia das Américas](#)
- 56 [Núcleo de estudos território, ambiente e paisagem \(NETAP\)](#)
- 57 [Patógenos e pragas de importância agrícola e veterinária](#)
- 58 [Pesquisas em filosofia moderna e contemporânea](#)
- 59 [Políticas públicas, democracia e estudos urbanos](#)
- 60 [Projeto e tecnologia da arquitetura](#)
- 61 [Qualidade em alimentos](#)
- 62 [Sanidade animal](#)
- 63 [Segurança alimentar e nutricional – SAN](#)
- 64 [Sociedade, movimentos migratórios e história ambiental \(Fronteira Sul do Brasil, séc XVI a XXI\)](#)
- 65 [Tecnologia de alimentos e segurança alimentar](#)
- 66 [Teoria do conhecimento e educação](#)
- 67 [Teorias e processos de desenvolvimento](#)
- 68 [Toxicologia comparada](#)
- 69 [Trânsitos literários](#)

4.2.2.2.3 REGULAMENTAÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA

O Regulamento da Pesquisa na UFFS deixa claro em seu Capítulo III que as atividades de produção do conhecimento científico e de inovação tecnológica se efetivam por meio do desenvolvimento de projetos, em suas diversas modalidades.

Os projetos de pesquisa devem, preferencialmente, estar vinculados a linhas de pesquisa, constituídas no âmbito dos Grupos de Pesquisa ou da Instituição. Excepcionalmente, os projetos

cujas temáticas e/ou objetos não cabem nas linhas institucionais de pesquisa podem ser desenvolvidos na forma de projetos isolados. Merecem destaque, em 2003, duas iniciativas identificadas abaixo.

Quadro 6 – Renovação de Bolsas de Iniciação de Iniciação Científica dos projetos aprovados no âmbito do Edital 168/UFFS

EDITAL Nº 085/UFFS/2013 - RENOVAÇÃO DAS BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DOS PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DO EDITAL 168/UFFS/2011 - RESULTADO DO EDITAL Nº 014/UFFS/2013 -						
	Cerro Largo	Chapecó	Erechim	Laranjeiras do Sul	Realeza	Passo Fundo
Nº de aprovados por campus	07	18	12	05	03	_____

Fonte: site da UFFS:

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=553&Itemid=899

Quadro 7 - Apoio aos projetos dos Grupos de Pesquisa

EDITAL Nº 093/UFFS/2013 - RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO - EDITAL Nº262/UFFS/2012 – APOIO AOS PROJETOS DOS GRUPOS DE PESQUISA						
	Cerro Largo	Chapecó	Erechim	Laranjeiras do Sul	Realeza	Passo Fundo
Nº de aprovados por campus	37	38	40	15	38	_____
Nº de bolsas por campus	12	15	12	05	11	_____

Fonte: site da UFFS:

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=553&Itemid=899

4.2.3 EXTENSÃO

Segundo o relatório da I COEPE (2010) nos últimos anos, a Extensão Universitária tem se credenciado cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção de conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes e para a formação profissional cidadã.

Em prosseguimento relata-se que a Extensão Universitária é imprescindível para a democratização do acesso aos conhecimentos produzidos na universidade, assim como para o

redimensionamento da função social da Instituição. As atividades de Extensão permitem conhecer de perto os problemas sociais, apontando questões que requerem investigações científicas. Dessa forma, a Extensão ganha relevância social, não só pelo enraizamento das questões levantadas na vida social, mas também pela possibilidade de construir junto com a população as respostas para essas questões. Assim esse movimento de crescente inserção na realidade social permite que a universidade cumpra um de seus papéis mais importantes, que é o de contribuir para a formulação de políticas públicas participativas emancipatórias, que resultem em uma maior justiça social

De acordo com os registros da I COEPE (2010) a organização e a operacionalização das atividades de Extensão da UFFS seguem as políticas institucionais, as orientações do Plano Nacional de Extensão e do Sistema de Informações e de Dados da Extensão – SIEXBRASIL - definidas nacionalmente pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão - FORPROEX para serem executadas no âmbito nacional, estadual e regional. O SIEXBRASIL está integrado ao Censo da Educação Superior – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação (INEP/MEC) –, que, a partir do ano-base 2003, passou a solicitar, em planilhas específicas, informações sobre a Extensão Universitária.

É a partir desta perspectiva que se coloca a política de Extensão da UFFS, priorizando a Extensão como prática acadêmica que interliga a Universidade, nas suas atividades de Ensino e de Pesquisa, com as demandas da região da Fronteira Sul, concebida:

1. A partir das diretrizes e dos princípios institucionais e acadêmicos da Política Nacional de Extensão, constituindo-se num elo entre as demandas regionais e as atividades de Ensino e de Pesquisa. A Extensão coloca-se na perspectiva de colaborar, por meio de ações voltadas à cidadania e à inclusão social, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
2. Visa garantir a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, promova uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, fomentando o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção da Universidade, bem como a participação da Universidade no desenvolvimento regional.

3. Objetiva ainda o desenvolvimento de programas e projetos comprometidos com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a formação do profissional cidadão.

Ainda na esteira desse documento, em acordo com o Plano Nacional de Extensão, define como diretrizes para a Extensão Universitária

1. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão
2. Compromisso com a transformação social
3. Interação dialógica
4. Interdisciplinaridade

No sentido da organização e da operacionalização da extensão, esse documento (2011) apresenta que as **ÁREAS DO CONHECIMENTO** deverão contemplar atividades de extensão que devem ser classificadas em Áreas do Conhecimento, definidas pelo CNPq, que são: I - Ciências Exatas e da Terra; II - Ciências Biológicas; III – Engenharia\Tecnologia; IV - Ciências da Saúde; V - Ciências Agrárias; VI - Ciências Sociais Aplicadas; VII - Ciências Humanas e, VIII - Linguística, Letras e Artes

As linhas de Extensão são classificadas, de acordo com o Plano Nacional de Extensão, sendo que cada linha, no referido plano, possui uma descrição que auxilia nas ações a serem executadas, (FORPROEX, 2001/2002).

Os objetivos gerais da extensão na UFFS, que foram produzidos na I COEPE (2010, p. 5-54) são:

- a) Garantir a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, visa promover uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade;
- b) Estimular o diálogo de saberes entre a Universidade e a Sociedade visando à democratização do conhecimento acadêmico e à participação efetiva da comunidade na construção da Universidade;
- c) Desenvolver Programas e Projetos voltados para toda a sociedade, comprometidos com a inclusão social e com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;

- d) Difundir resultados e benefícios oriundos da criação cultural e artística e da Pesquisa científica e tecnológica;
- e) Manter a Universidade aberta à participação da população, promovendo amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos organizados da sociedade;
- f) Proporcionar ambiência acadêmica que favoreça, a partir da Extensão, a construção do conhecimento emancipatório, a capacitação para a atuação profissional do acadêmico e a sua formação cidadã.
- g) Promover o respeito à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.
- h) Fomentar o desenvolvimento de programas e projetos a partir de métodos participativos e de pesquisa-ação objetivando promover a cidadania e os valores democráticos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos nas ações.

Em acordo com as indicações da I COEPE (2010, p. 55-56) as ações de Extensão serão classificadas em Programa, Projeto, Curso, Evento e Prestação de Serviço, seguindo as definições do FORPROEX.

As ações prioritárias da UFFS para atender às demandas e sugestões apresentadas nos dez Fóruns Temáticos da I COEPE e nos Grupos de Discussão no que se refere aos objetivos e ações da extensão.

Nos quadros abaixo são alguns panorama das atividades de extensão realizadas na UFFS, em se tratando de Projetos, Programas, editais e demanda espontânea.

Quadro 8 – Projetos de extensão com financiamento interno

Edital N° 284/UFFS/2012 e resultado no edital N° 005/UFFS/2013 - RESULTADO FINAL						
	Cerro Largo	Chapecó	Erechim	Laranjeiras do Sul	Realeza	Passo Fundo
Submetidos por campus	15	25	19	3	21	-
N° aprovado por campus	15	13	15	03	15	-
Bolsas	25	19	21	05	19	-

Fonte: site da UFFS:

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=553&Itemid=899

Quadro 9 – Projetos de extensão com financiamento externo

Campus	Cerro Largo	Chapecó	Erechim	Laranjeiras	Realeza	Passa Fundo
DEMANDA ESPONTÂNEA COM FINANCIAMENTO EXTERNO 2013						
Multicampi	01 submetido e aprovado incluindo os campi de Realeza, Chapecó e Erechim (Curso de capacitação de jovens em agricultura sustentável, gestão e inovação tecnológica).					
EDITAL EXTERNO MEC/SESU/SECADI - PET 2013						
Nº por campus					1	-
DEMANDA ESPONTÂNEA PROEC/2013						
Nº submetido por campus	17	35	13	7	16	-
Nº aprovado por campus	8	31	7	3	9	-
Concluído por campus	2	8	3	1	1	
EDITAL PROEXT MEC/SESU – nº 2/2012 – 2013						
Nº submetido por campus	4	6	3	6	4	-
Nº aprovados por campus	2	3	1	3	4	-
Total com recursos financeiros	07 projetos					
PROJETOS ANOS ANTERIORES AINDA EM ANDAMENTO NO ANO 2013						
Edital externo –Novos Talentos MEC/MDIC/MCT nº 55/2012-2013		2				
Edital Externo Juventude Rural-Min. Comunicações MC Nº 01/2011 ok	1		1			
NÚMERO DE BOLSISTA						
Nº por campus	44	42	44	21	59	--
DOCENTES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS DE 2013						
Nº docentes	281					

Fonte: Divisão de Projetos de Extensão

Quadro 10 – Projetos contemplados com bolsa de cultura

EDITAL Nº126/UFFS/2013 – BOLSA CULTURA (Recursos provenientes do PINAES)						
	Cerro Largo	Chapecó	Erechim	Laranjeiras do Sul	Realeza	Passo Fundo
Nº aprovado por campus	2	4	4	2	2	-
Nº de Bolsas	7	10	14	9	10	-

Fonte: Divisão de Projetos de Extensão

4.2.4 PESQUISA JUNTO A COMUNIDADE INTERNA DA UFFS (POLÍTICAS DE ENSINO)

Os docentes da UFFS ao analisar as relações entre a concepção de currículo e a organização didático pedagógica frente aos fins da instituição e as diretrizes curriculares apontam em quase 79% a compreensão entre muito bom e satisfatório. Simetria semelhante se mantém com a percepção das atividades pedagógicas serem adequadas à promoção de processos participativos de construção do conhecimento. A análise permite perceber uma dissonância entre as linhas mais gerais do projeto pedagógico da instituição e sua realização quanto às ações pedagógicas e educativas.

O reconhecimento da pertinência dos currículos executados nos cursos em relação aos objetivos institucionais e sua adequação às demandas sociais apresenta um percentual de mais de 80% que vai de excelente a satisfatório.

Os índices considerados satisfatório e insatisfatório sobre os itens que avaliam a ação institucional nas discussões sobre a interdisciplinaridade e movimentos de busca de inovação didático pedagógica chamam a atenção. O percentual é superior a 70% nos dois itens. As respostas que apontam para excelente e muito bom, ficam abaixo dos 30% restantes.

No que concerne à concepção de currículo, organização didático pedagógica e os fins da instituição as respostas dos alunos apresentam uma simetria entre aqueles que a consideram excelente ou muito boa e aqueles que a julgam satisfatória. No conjunto, na zona de satisfação que unifica as três possibilidades estão 75% das respostas.

Quanto às atividades pedagógicas que permitam o desenvolvimento participativo na construção do conhecimento apresenta uma interessante simetria entre aqueles que consideram excelente e insatisfatória entre 14% cada uma. Os que reconhecem como muito bom e satisfatório, mantêm igual equilíbrio entre si.

Sobre a pertinência dos currículos em relação aos objetivos e às demandas sociais os discentes apresentam cerca de 40% entre a percepção excelente e muito boa. Aqueles que a percebem como satisfatória, cerca de 34%.

Sobre as ações institucionais em fomentar as discussões sobre interdisciplinaridade e esforços na renovação didático pedagógica, os discentes apresentam um grau de satisfação entre

o excelente e o muito bom em torno de 35%, aqueles que consideram os esforços satisfatórios ou insuficientes somam, entretanto a maioria das respostas, 51%. Os que dizem inexistir ou desconhecer somam quase 60%.

Acerca da pertinência dos currículos em relação às necessidades individuais dos estudantes chama a atenção a percepção dos discentes de muito bom cerca de 23% e satisfatório aproximadamente 24% marcando um aumento daqueles que consideram satisfatório, cerca de 32%. O que chama a atenção é a semelhança entre aqueles que se consideram contemplados de forma excelente daqueles que dizem não haver qualquer pertinência ou declaram o seu desconhecimento.

4.2.5 PESQUISA JUNTO A COMUNIDADE INTERNA DA UFFS (POLÍTICAS DE PESQUISA)

Na percepção dos docentes, a política de pesquisa institucional está entre satisfatório e insatisfatória na maior parte das questões. Os índices de percepção como muito boa e excelente apresentam os menores índices nesse quesito. Exceção feita ao estímulo institucional de formação de grupos de pesquisa que apresenta cerca de 70% entre muito bom e suficiente. Importante perceber que na questão sobre estímulo à organização de eventos científicos e cooperação com outras instituições nacionais ou internacionais a marca da insatisfação é de cerca de 42%, índice igual ao que considera suficiente a política institucional de investigação e difusão de produções científicas.

Chama a atenção os índices que indicam desconhecimento ou a não existência nas questões sobre a política de pesquisa institucional na UFFS. Cerca de 39% dos respondentes, afirmando desconhecer os procedimentos para aprovação dos projetos de pesquisa junto ao Comitê de Ética.

Os discentes avaliaram de forma mais otimista a pesquisa do que seus professores. O item que classifica como excelente os quesitos perguntados foram mais contemplados.

Nota-se, em especial, a diferença entre os dados docentes e discentes na pergunta sobre a articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas, onde entre excelente e suficiente ficaram em torno de 67% dos pesquisados. Isso chama a atenção porque a articulação deve ser percebida pelos alunos nos seus processos pedagógicos, enquanto parece passar despercebida pelos professores.

É interessante perceber que entre excelente e suficiente estão quase 70% das respostas à

questão da pertinência das pesquisas desenvolvidas para o desenvolvimento regional. Esse é um índice interessante porque a maioria dos alunos é da região onde estuda e conhece as necessidades reais de sua região.

Quanto à divulgação de editais que abrem à participação discente nas pesquisas, percebe-se a atenção dos alunos com pouco mais de 70% de indicações entre excelente e suficiente. As respostas que apontam o desconhecimento e a inexistência do que é perguntado, grande parte das vezes gira em torno de 10%. Índice que se coaduna com a mesma posição entre os docentes. Seguem abaixo os quadros demonstrando os resultados da dimensão referente as políticas de pesquisa. Pode-se perceber isso nos quadros a seguir:

Quadro 11 - Resultado da pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Políticas de Ensino

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
A.2.1.1. A coerência entre a concepção de currículo e a organização didático-pedagógica com os fins da instituição e as diretrizes curriculares.	12	5,80%	84	40,58%	79	38,16%	26	12,56%	4	1,93%	1	0,48%	1	0,48%
A.2.1.2 Adequação das atividades pedagógicas como promotoras de processos participativos de construção do conhecimento.	12	5,80%	81	39,13%	76	36,71%	32	15,46%	5	2,42%		0,00%	1	0,48%
A.2.1.3 A pertinência dos currículos em relação aos objetivos institucionais e às demandas sociais.	24	11,59%	84	40,58%	62	29,95%	33	15,94%	2	0,97%	1	0,48%	1	0,48%

Quadro 12 - Resultado da pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Políticas de Ensino

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
B.2.1.1. A coerência da concepção de currículo e da organização didático-pedagógica com os fins da instituição e com as diretrizes curriculares.	21	9,91%	61	28,77%	77	36,32%	27	12,74%	21	9,91%	0	0,00%	5	2,36%
B.2.1.2 As oportunidades produzidas pelas atividades pedagógicas para o desenvolvimento de processos participativos de construção do conhecimento.	29	13,68%	68	32,08%	71	33,49%	31	14,62%	8	3,77%	0	0,00%	5	2,36%
B.2.1.3 A pertinência dos currículos em relação aos objetivos institucionais e às demandas sociais.	26	12,26%	60	28,30%	73	34,43%	30	14,15%	16	7,55%	2	0,94%	5	2,36%
B.2.1.4 A pertinência dos currículos em relação às necessidades individuais dos estudantes.	19	8,96%	49	23,11%	68	32,08%	52	24,53%	14	6,60%	5	2,36%	5	2,36%
B.2.1.5 A busca da Instituição em fomentar discussão sobre interdisciplinaridade, inovações didático-pedagógicas e o uso das novas	27	12,74%	49	23,11%	64	30,19%	46	21,70%	17	8,02%	4	1,89%	5	2,36%

tecnologias no ensino.														
B.2.2.1 A política institucional para pesquisa.	19	8,96%	57	26,89%	59	27,83%	47	22,17%	24	11,32%	1	0,47%	5	2,36%

Quadro 13 - Resultado da pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Políticas de pesquisa

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
A.2.2.1 A política institucional para pesquisa.	12	5,80%	40	19,32%	77	37,20%	73	35,27%	1	0,48%	3	1,45%	1	0,48%
A.2.2.2 O objetivo institucional de buscar pesquisas com relevância social e científica.	14	6,76%	60	28,99%	71	34,30%	50	24,15%	7	3,38%	4	1,93%	1	0,48%
A.2.2.3 O estímulo institucional à organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais.	12	5,80%	28	13,53%	65	31,40%	87	42,03%	9	4,35%	5	2,42%	1	0,48%
A.2.2.4 O estímulo institucional à formação de grupos de pesquisa.	22	10,63%	66	31,88%	80	38,65%	34	16,43%	2	0,97%	2	0,97%	1	0,48%
A.2.2.5 A política institucional de investigação e difusão das produções científicas.	2	0,97%	22	10,63%	87	42,03%	78	37,68%	11	5,31%	6	2,90%	1	0,48%
A.2.2.6 A pertinência do vínculo e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional.	13	6,28%	54	26,09%	74	35,75%	48	23,19%	14	6,76%	3	1,45%	1	0,48%
A.2.2.7 A articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.	4	1,93%	28	13,53%	86	41,55%	76	36,71%	6	2,90%	6	2,90%	1	0,48%
A.2.2.8 O estímulo institucional à participação discente em atividades de pesquisa.	18	8,70%	60	28,99%	62	29,95%	59	28,50%	2	0,97%	5	2,42%	1	0,48%
A.2.2.9 Os procedimentos para aprovação dos projetos de pesquisa junto ao Comitê de Ética.	5	2,42%	37	17,87%	52	25,12%	31	14,98%	80	38,65%	1	0,48%	1	0,48%

Quadro 14 - Resultado da pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Políticas de Pesquisa

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
B.2.2.2 O objetivo institucional de buscar pesquisas com relevância social e científica.	23	10,85%	72	33,96%	60	28,30%	34	16,04%	16	7,55%	2	0,94%	5	2,36%
B.2.2.3 O estímulo institucional à organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais.	21	9,91%	51	24,06%	47	22,17%	60	28,30%	17	8,02%	11	5,19%	5	2,36%
B.2.2.4 O estímulo institucional à participação discente em atividades de pesquisa.	30	14,15%	49	23,11%	63	29,72%	56	26,42%	8	3,77%	1	0,47%	5	2,36%
B.2.2.5 A política institucional de divulgação dos editais de pesquisa abertos à participação discente.	29	13,68%	61	28,77%	54	25,47%	56	26,42%	4	1,89%	3	1,42%	5	2,36%
B.2.2.6 A transparência e a	27	12,74%	59	27,83%	57	26,89%	40	18,87%	18	8,49%	6	2,83%	5	2,36%

objetividade dos critérios de seleção dos discentes nos editais de pesquisa.														
B.2.2.7 A pertinência das pesquisas desenvolvidas na para o desenvolvimento local/regional.	28	13,21%	49	23,11%	66	31,13%	39	18,40%	25	11,79%	0	0,00%	5	2,36%
B.2.2.8 A articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.	24	11,32%	50	23,58%	69	32,55%	43	20,28%	18	8,49%	3	1,42%	5	2,36%

4.2.6 PESQUISA JUNTO A COMUNIDADE INTERNA DA UFFS (POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO)

A política institucional de pós-graduação contrapõe seu desenvolvimento em números, especialmente na modalidade *lato sensu* com um desequilíbrio de percepção e inclusão sob o ponto de vista dos docentes e discentes. Nessas respostas podem-se observar as menores taxas de aceitabilidade e compreensão da relação entre a pós-graduação e a graduação ou mesmo sobre a adequação das ações como resposta da demanda da comunidade.

Os altos percentuais que apontam para o desconhecimento não parecem corresponder aos esforços empreendidos no sentido de buscar cursos que estendam a ação pedagógica aos anseios da comunidade externa ou que divulguem o esforço didático/pedagógico da comunidade acadêmica. Isso pode ser consequência dos processos de tomada de decisões que, apesar dos esforços, pode estar restrito ao conjunto que mais diretamente estabelece tais políticas sem que haja a visibilidade necessária. Seguem abaixo os quadros evidenciando os resultados dessa dimensão.

Quadro 15 - Resultado da pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Políticas de Pós-Graduação

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
A.2.4.1 A política institucional para pós-graduação.	11	5,31%	53	25,60%	69	33,33%	52	25,12%	16	7,73%	5	2,42%	1	0,48%
A.2.4.2 O esforço das políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação lato e stricto sensu.	16	7,73%	50	24,15%	68	32,85%	52	25,12%	19	9,18%	1	0,48%	1	0,48%
A.2.4.3 O atendimento às demandas do entorno social na criação dos cursos de pós-graduação.	9	4,35%	52	25,12%	76	36,71%	42	20,29%	26	12,56%	1	0,48%	1	0,48%
A.2.4.4 A integração entre graduação e pós-graduação.	3	1,45%	19	9,18%	53	25,60%	58	28,02%	44	21,26%	29	14,01%	1	0,48%

Quadro 16 - Resultado da pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Políticas de Pós-Graduação

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
B.2.4.1 A divulgação da política institucional de pós-graduação	18	8,49%	46	21,70%	51	24,06%	32	15,09%	51	24,06%	9	4,25%	5	2,36%
B.2.4.2 O atendimento as demandas do entorno social na criação dos cursos de pós-graduação.	8	3,77%	36	16,98%	43	20,28%	44	20,75%	65	30,66%	11	5,19%	5	2,36%
B.2.4.3 A integração entre graduação e pós-graduação.	5	2,36%	21	9,91%	35	16,51%	40	18,87%	65	30,66%	41	19,34%	5	2,36%

4.2.7 PESQUISA JUNTO A COMUNIDADE INTERNA DA UFFS (POLÍTICAS DE EXTENSÃO)

Sobre as respostas dos docentes às políticas institucionais de extensão, cerca de 65% entende como uma política muito boa e/ou suficiente, tanto quanto à política propriamente dita como sobre a articulação entre extensão, ensino, pesquisa e as demandas do entorno social. Aqueles que apontaram como excelente essas questões ficaram sempre abaixo dos 10%. Houve, portanto um equilíbrio entre as percepções docentes da política de extensão.

Os índices de apreciação entre os discentes acompanham os apresentados pelos docentes, com pequenas variações. O que chama a atenção é o alto índice de desconhecimento sobre a política institucional de extensão e a articulação com o ensino.

Seguem os quadros demonstrando os resultados dessa dimensão.

Quadro 17 - Resultado da pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Políticas de Extensão

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
A.2.3.1 A política institucional para extensão.	15	7,25%	58	28,02%	82	39,61%	36	17,39%	13	6,28%	2	0,97%	1	0,48%
A.2.3.2 A articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.	12	5,80%	60	28,99%	70	33,82%	43	20,77%	18	8,70%	3	1,45%	1	0,48%
A.2.3.3 O estímulo à participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social com repercussão em sua formação.	20	9,66%	53	25,60%	75	36,23%	38	18,36%	17	8,21%	3	1,45%	1	0,48%

Quadro 18 - Resultado da pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Políticas de Extensão

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
B.2.3.1 A política institucional de estímulo à extensão.	22	10,38%	55	25,94%	57	26,89%	42	19,81%	27	12,74%	4	1,89%	5	2,36%
B.2.3.2 A articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.	14	6,60%	56	26,42%	70	33,02%	39	18,40%	27	12,74%	1	0,47%	5	2,36%
B.2.3.3 O estímulo à participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social com repercussão em sua formação.	28	13,21%	54	25,47%	53	25,00%	52	24,53%	16	7,55%	4	1,89%	5	2,36%

4.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

O termo “*responsabilidade social*” tornou-se uma dimensão obrigatória expressa na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o SINAES. De acordo com o art. 3º da referida lei:

A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

(...) III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Observando a lei em seu conjunto, pode-se compreender que o termo Responsabilidade Social encontra-se atrelado à noção, conforme nos indica o art. 1º, § 1º, de eficácia institucional, efetividade acadêmica e social, especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

De maneira análoga, a Portaria nº 300/2006 do MEC contempla o tema como sinônimo de compromisso social da IES, na qualidade de portadora da educação como bem público e expres-

são da sociedade democrática e multicultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da Instituição de Ensino Superior (IES).

Nessa direção, a responsabilidade social da UFFS se propaga por meio de suas ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento da missão a que a Instituição se propõe, qual seja:

- a) Promover o desenvolvimento regional integrado (condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos na região da fronteira sul e a reversão do processo de litoralização em curso);
- b) Assegurar o acesso ao ensino superior como fator decisivo para o desenvolvimento das capacidades econômicas e sociais da região, a qualificação profissional e o compromisso de inclusão social;
- c) Desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão como condição de existência de um ensino crítico, investigativo e inovador e a interação entre as cidades e estados que compõem a grande fronteira do MERCOSUL e seu entorno.

Concretamente, na área de extensão a responsabilidade social se traduz nos projetos de extensão, os quais possuem o compromisso com a transformação social, com a promoção da interação entre a Universidade e a Sociedade; com a articulação do saber acadêmico com o saber popular, instaurando um processo socializante, democratizante do conhecimento; com a contribuição para a inclusão social; com o respeito aos direitos humanos; com o desenvolvimento regional sustentável; com uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na Universidade.

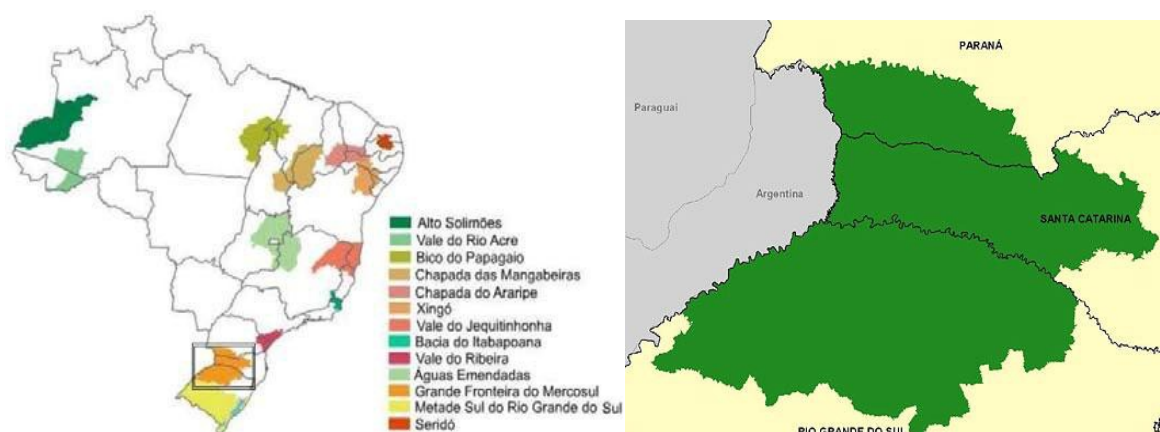
Cabe ressaltar que a responsabilidade social da UFFS está presente desde a sua concepção, expressa no seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), já mencionado anteriormente e foi ampliada e fortalecida por meio das discussões que ocorreram nos seguintes fóruns temáticos da I Conferência sobre Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE):

- α) Conhecimento, cultura e formação humana;
- β) História e memória regional;
- χ) Movimentos Sociais, emancipação e cidadania;

- δ) Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento regional;
- ε) Energias renováveis, meio ambiente e sustentabilidade;
- φ) Desenvolvimento regional, tecnologia e inovação;
- γ) Gestão das cidades, sustentabilidade e qualidade de vida;
- η) Políticas e práticas de promoção da saúde coletiva;
- ι) Educação básica e formação de professores;
- φ) Juventude, cultura e trabalho e
- κ) Linguagem e Sociedade

Esta Mesorregião localiza-se em área de fronteira com a Argentina (ver figura 1) e compreende 396 municípios, com área total de 120,8 mil quilômetros quadrados e população de 3,8 milhões de habitantes.

Figura 1 – Mesorregiões Brasil/Grande Fronteira do MERCOSUL



A Mesorregião tem a agropecuária e a agroindústria como base de sua estrutura produtiva e um grau de urbanização relativamente baixo em relação ao restante do País (em torno de 65%) e mesmo das demais regiões dos três estados, concentrando parcela significativa da população na zona rural. Em relação à região Sul, a Mesorregião representa um quarto do território e da popu-

lação. No entanto, o Produto Interno Bruto (PIB) da Mesorregião representa pouco mais de um décimo e o PIB *per capita* (US\$ 3.285) é 40% menor que o da média da região Sul (US\$ 5.320).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Ministério da Integração Nacional (MI), classifica as microrregiões brasileiras como de “alta renda”, “baixa renda”, “dinâmicas” e “estagnadas”. A maior parte das microrregiões que compreendem a Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL é classificada como estagnada. Os indicadores demonstram que a Mesorregião, em relação à Região Sul e ao Brasil, vem empobrecendo.

A Mesorregião possui uma identidade histórica forjada desde a chegada dos imigrantes europeus. O processo de colonização trouxe consigo novos valores, formas de organização da produção e da vida comunitária, que implicaram na quase exclusão das populações nativas e negras. Ainda hoje a forte presença de imigrantes europeus, juntamente com remanescentes de indígenas e mestiços, é uma característica marcante da região. A religiosidade e o importante papel da igreja na organização popular, com a igreja acumulando, além de sua função eminentemente religiosa, também um papel político de destaque, é outro elemento característico da região.

A Agricultura familiar e camponesa é um elemento estruturador e dinamizador do desenvolvimento da região. O processo de modernização do campo, conhecido como Revolução Verde, trouxe à região um padrão tecnológico danoso ao ambiente e dependente da indústria, impondo máquinas, sementes selecionadas e tratadas, uso intenso de adubos e defensivos agrícolas industrializados. Nesse processo, coube à Agricultura Familiar e Camponesa o suprimento de matéria-prima para indústria, que visa a geração de oferta de alimentos e produtos para exportação, o que ocasionou a transferência de renda para o setor urbano, e a consequente evasão dos camponeses para a cidade.

A parcela das famílias que permaneceu no campo precisou adaptar-se aos novos modelos de produção agrícola, especialmente voltado a produção de grãos para exportação ou carne e leite para as grandes agroindústrias. Os excluídos desse processo migram, tardiamente, para as periferias das cidades onde, em geral, devido a falta de formação profissional para o meio urbano, acabam sobrevivendo através de atividades informais e do subemprego, em geral com baixos salários e consequente precárias condições de vida. Por outro lado, mesmo aqueles que permanecem no meio rural, apesar do crescente processo de “modernização” e tecnificação das atividades agrícolas, tem crescentemente aumentado seus níveis de endividamento e diminuído as margens de lucro e de rentabilidade vinculados às atividades de sua propriedade. Isso porque as novas tec-

nologias e equipamentos, necessários aos “novos tempos” da agricultura (mesmo aquela de tipo familiar) possuem alto custo, tanto de aquisição quanto de manutenção, o qual não é acompanhado de proporcional aumento da rentabilidade vinculada aos produtos vendidos pelos agricultores. Somado a isso, tem-se ainda o frequente insucesso de técnicas de produção “importadas” de outros países e regiões, que sem as adequações necessárias à realidade ambiental, econômica e cultural da região, acabam por se mostrar ineficientes, comprometendo ainda mais as chances de sobrevivência dos agricultores familiares e de seu modo de vida.

Como consequência, o ainda intenso êxodo rural compromete a sobrevivência da agricultura familiar, não apenas como alternativa produtiva, mas também como forma de organização das sociedades e do modo de viver dos indivíduos e populações a ela vinculados. Nesse sentido, surgem os mais diversos problemas sociais como, por exemplo, a falta de filhos dispostos a assumir a direção de propriedades rurais criando um vazio no processo de sucessão que compromete a própria existência das pequenas unidades produtivas como característica da agricultura regional. Tanto o conjunto das causas desses processos como os seus potenciais efeitos ainda carecem de estudos sistemáticos, para os quais a UFFS surge como instituição que pode oferecer grande e valiosa contribuição.

O setor urbano industrial da Mesorregião possui uma profunda interdependência com a agropecuária, a exemplo das empresas agroindustriais. Além do setor agroindustrial, há uma forte presença de micro e pequenas empresas industriais e comerciais, também com intensa relação entre a cidade e o campo. De fato, apesar de, em média, os municípios dessa região apresentarem uma distribuição populacional de cerca de 50% associada ao meio rural, mesmo o meio urbano, em grande medida, sobrevive em função de atividades que dependem da agricultura. É o caso, por exemplo, do comércio nos pequenos municípios, que dependem quase exclusivamente dos recursos financeiros que giram em torno dessa atividade. Por isso, em anos que a agricultura padece, seja por problemas econômicos ou por fatores climáticos, todo o conjunto da economia do município é atingido, refletindo-se em demissões no comércio das cidades (meio urbano), baixa na arrecadação do município, diminuição dos recursos disponíveis para obras e serviços por parte das prefeituras, e assim por diante.

Cabe destacar ainda a importante rede de serviços que se constituiu para viabilizar e dinamizar os processos econômicos, sociais e culturais da Região. Seguindo a dinâmica da concentração populacional em centros regionais, já citados acima, este setor desenvolveu uma significativa

inserção na vida e na dinâmica da população, suprindo as demandas de saúde, ensino, informação, tecnologia, cultura entre outros.

Um importante eixo de desenvolvimento para a Mesorregião, ainda em construção, é o do turismo, com forte potencial de geração de emprego e renda. São muitos os municípios que apresentam potencial para o desenvolvimento de pólos de ecoturismo ou para o desenvolvimento de esportes de aventura, além do turismo rural e associado à gastronomia e tradições culturais.

Do ponto de vista político, desenvolveu-se na Mesorregião uma dinâmica de organização de diferentes sujeitos sociais, determinando um rico aprendizado para a participação política e social. Como reflexo, surgiu uma densa rede de organizações da sociedade civil, a exemplo do Movimento Sindical, Movimento Popular, Movimento Cooperativo, ONGs, Associações de Municípios e Conselhos, movimentos vinculados à Igreja, especialmente oriundos das Pastorais da Terra e da Juventude, que constitui um grande patrimônio social e que serve de modelo para outras regiões do País.

Contudo, a região ainda preserva algumas características, relacionadas à tradição e à cultura política, que remontam a práticas tradicionais no que diz respeito ao entendimento e, principalmente, ao uso e apropriação das estruturas públicas de governo. Clientelismo, personalismo, patrimonialismo e déficit democrático ainda constituem realidades presentes em muitos dos municípios da região, estando associados, com frequência, à ausência e/ou insucessos de políticas que poderiam combater as dificuldades acima apontadas.

Os pequenos municípios da Região são caracterizados pelo empobrecimento social refletido nas condições de moradia de parcela significativa da população, deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. Esse conjunto de elementos, associado à dificuldade de geração de trabalho e renda para a população, acaba gerando êxodo rural e emigração regional. Estes pequenos municípios carecem de uma instituição com capacidade de produzir conhecimento e tecnologia para articular políticas públicas no sentido de gerar um processo e desenvolvimento capaz de apontar soluções para este conjunto de problemas mediante a compreensão sistemática de seus fatores determinantes.

Parcela da população residente no meio urbano desta Mesorregião, concentrada especialmente nas cidades pólo já mencionadas e enfrenta vários problemas, alguns comuns aos grandes centros urbanos e outros específicos de cidades localizadas em regiões distantes das capitais dos

Estados. Entre estes problemas destacam-se o crescimento do desemprego, da pobreza, da violência, da falta de moradia e do deficiente saneamento básico. Cabe destaque ainda à baixa qualificação profissional, os baixos salários, as poucas oportunidades de opção profissional, a falta de oportunidades de educação superior, especialmente pela distância das Universidades Federais, bem como a falta de condições financeiras da maioria dos jovens de pagar sua formação superior, quando ela é ofertada por instituições de natureza comunitária e/ou privada.

Geograficamente distante dos centros de decisão política dos Estados e da União, a Mesorregião apresenta, desde sua colonização, uma trajetória marcada por baixos investimentos estatais e pela ausência de equipamentos públicos essenciais ao seu processo de desenvolvimento. Os investimentos em desenvolvimento na região seguiram a lógica da geração de empregos através da implantação de grandes empreendimentos econômicos privados, dando margem à aceleração de processos concentradores de riqueza e renda.

A ausência ou os baixos índices de investimentos estatais na Mesorregião, até 2010, são particularmente ilustrativos no que se refere à educação. No passado, para garantir educação aos filhos, os imigrantes tiveram que criar as chamadas “escolas da comunidade”, já que somente a partir da segunda metade do século XX percebe-se uma presença mais forte do Estado na área da educação. Em termos de educação superior pública, a ausência da ação do Estado na Mesorregião ausentes só foi revertida com as políticas de expansão da Educação Superior Pública, a partir de 20XXX, com a criação de XXXX IFSCs e da UFFS, assim como com a abertura de campi da UDESC. Até essa data, e enquanto outras regiões contavam com Universidades Públicas Federais e/ou Estaduais, as Universidades Públicas mais próximas da Mesorregião encontravam-se, em média, a mais de 400 quilômetros de distância.

Assim, até à criação da UFFS, em decorrência da falta de ação do Estado na área, foram criadas as chamadas Universidades Comunitárias e, mais recentemente, inúmeras instituições privadas. Esse modelo apresenta limites ao atendimento generalizado à população, justamente por estar condicionado à cobrança de mensalidades para sobreviver, o que exclui a população economicamente mais carente. Assim, a exclusão tem um claro recorte socioeconômico, visto que impede justamente o acesso ao ensino superior da população com menor poder aquisitivo. Este processo, além de excludente, é socialmente injusto, na medida em que contribui para extrair renda da população mais pobre, criando um ciclo vicioso e auto-reprodutivo, que intensifica cada vez mais a exclusão da qual é resultado e causa ao mesmo tempo. Assim como no passado

os imigrantes tiveram que bancar a “educação básica”, hoje justamente a população de baixa renda é novamente obrigada a pagar para garantir aos filhos um curso superior. Na área da pesquisa e da extensão, os limites deste modelo são ainda maiores.

Se, por um lado, temos enormes avanços em termos de políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar e Camponesa, por outro lado, as políticas públicas de educação superior com capacidade de inovação científica e tecnológica indispensável para a inserção econômica qualificada ainda estão muito distantes. Esta realidade contribui com o deslocamento populacional do campo para a cidade, dos pequenos municípios para as cidades pólo de cada microrregião e, principalmente, da Mesorregião para outras regiões, num processo conhecido como litoralização da população. Tal movimento vem minando as forças produtivas locais e dificultando a geração de um processo de desenvolvimento endógeno, além de intensificar a concentração de renda e de terras também no meio rural, já que o êxodo acaba por inviabilizar as pequenas propriedades, as quais acabam sendo vendidas para poucos compradores.

Por essa razão, a oferta de ensino superior público e gratuito, especialmente à população mais carente, articulada com um forte investimento em pesquisa e extensão, que atenda os três Estados da Mesorregião com diversos *campi*, é condição essencial ao desenvolvimento regional. Foi nesse contexto que se inseriu a criação de uma universidade federal como estratégica para a promoção do desenvolvimento regional e da melhoria da qualidade de vida de sua população.

Nesse sentido, seguem as políticas adotadas pela Instituição, no que diz respeito à Responsabilidade Social, de acordo com os subtemas presentes no item III, do artigo 3. da lei n. 10.861.

a) Inclusão Social

Na área do ensino, a responsabilidade social da UFFS se expressa nas políticas de acesso e permanência dos acadêmicos na instituição, visando um processo de formação contínua. A política de acesso da UFFS visa “atender” o candidato oriundo de escola pública, tendo em vista que, na região de abrangência da instituição (sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul), há poucas instituições de ensino superior públicas, dado o fato de que essas regiões foram historicamente excluídas do processo de desenvolvimento, no tocante ao ensino superior, quando comparadas às áreas mais próximas do litoral brasileiro. Além da política de acesso, outras políticas de inclusão estão sendo discutidas e implementadas na instituição. Des-

taca-se a discussão de políticas de ações afirmativas para acesso e permanência de negros, quilombolas e indígenas e pessoas com necessidades especiais. No caso da inclusão dos negros, quilombolas e indígenas ressalta-se a expedição da Portaria das Cotas da UFFS, de 2012 que orientou o processo seletivo institucional de 2013 e a criação de uma comissão para discussão do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas da Universidade, via portaria n. 688, de 2012. Acrescenta-se a isso os esforços voltados à implantação do núcleo de acessibilidade para atendimento às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Outro fator que contribui com a responsabilidade social na área do ensino são as políticas de permanência, as quais são compostas por bolsas, de diferentes modalidades, entre elas as de esportes, lazer e cultura, e auxílios financeiros, como auxílio moradia, alimentação e transporte. Também são ofertadas bolsas vinculadas a projetos de pesquisa e extensão voltados para a inclusão social, financiadas, em sua maioria, por recursos próprios da UFFS.

b) Meio ambiente

Entre os princípios norteadores estabelecidos no Projeto Político Pedagógico Institucional (PDI), consta a preocupação da criação de uma Universidade *“comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da região sul do Brasil”*. Sendo assim, na área do ensino, foram criados cursos voltados para esta perspectiva, como engenharia ambiental, agronomia com ênfase em agroecologia, educação do campo e outros, bem como disciplinas específicas voltadas para o meio ambiente no tronco comum, do currículo dos cursos da Universidade. Além disso, a Instituição está envolvida com projetos de extensão e pesquisa na área de energias renováveis, de tratamento de resíduos sólidos, de educação ambiental e sustentabilidade, tanto no espaço urbano, como rural, de apoio à Educação Básica, entre outros. Ressalta-se ainda a participação dos gestores, professores e alunos, em fóruns de planejamento de implantação das políticas de gestão ambiental. Nesse contexto, merece destaque o trabalho realizado pela Comissão de Desenvolvimento do Plano de Sustentabilidade da UFFS, instituída através da portaria nº 1135/GR/UFFS/2012.

Esta Comissão foi criada com o objetivo de desenvolver de forma conjunta o Plano de Sustentabilidade da UFFS. Em novembro de 2013 foi lançada a campanha “Mais Sustentabilidade” como parte do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFFS, sendo composta por materiais que remetem ao uso consciente da água, energia elétrica, copos plásticos, lixo e papel. A intenção

é tornar público e conhecido perante a comunidade interna e externa as ações que estão sendo desenvolvidas e planejadas para a UFFS no que se refere a este tema.

Por tratar do tema sustentabilidade a comissão optou por realizar a campanha on line utilizando as redes sociais oficiais da UFFS ([facebook.com/uffsonline](https://www.facebook.com/uffsonline) e twitter.com/uffsonline) como ferramentas de disseminação de conteúdo. Além disso, o site da UFFS passa a contar com um espaço fixo dedicado ao tema. O link de acesso está disponível no menu do canto inferior direito da página e leva o nome “Sustentabilidade”. Neste espaço, os interessados podem consultar a íntegra do plano e também os materiais da campanha. Acesse rapidamente pelo link: <http://www.uffs.edu.br/sustentabilidade/>.

O Plano de Logística Sustentável prevê ações sustentáveis em consonância com a Instrução Normativa nº 10/2012, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. As ações são organizadas em 11 grupos: Atualização do Inventário; Material de Consumo; Energia Elétrica; Água e Esgoto e Resíduos Sólidos; Coleta Seletiva; Qualidade de Vida no Trabalho; Deslocamento de Pessoal; Compras e Contratações Sustentáveis; Telefonia; Serviços Terceirizados e Ações Diversas.

São 42 propostas, entre elas: Licitações Sustentáveis na UFFS Espaços Verdes no Campus Distribuição de água pluvial de reuso por gravidade. Uso de transporte alternativo - Projeto Bicicleta no campus. Compostagem Termofílica. Mas o plano também aponta as ações que já estão sendo desenvolvidas na UFFS, como atualização do inventário; aquisição e uso de itens de consumo sustentáveis como lâmpadas que possuem certificação e folhas A4 que possuem selo de proveniência de florestas renováveis; coleta seletiva e ações de qualidade de vida no trabalho.

c) Desenvolvimento econômico e social

Tendo como um dos seus princípios a transformação social, desde o seu início a Instituição está preocupada em fomentar ações, tanto na área de ensino, como de pesquisa e extensão, voltados para a melhoria da qualidade de vida da população mais excluída da cidade e do campo. No caso destes últimos, a Universidade, a partir do seu PDI, tem na agricultura familiar “um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento” e como “*premissa a valorização e a superação da matriz produtiva e existente*”. Novamente no ensino foram criados cursos volta-

dos para este fim, como agroecologia, engenharia ambiental, administração, com ênfase em agricultura familiar, desenvolvimento regional.

A Universidade também está comprometida com a promoção tecnológica nas empresas, com a pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas, visando o desenvolvimento social e o desenvolvimento humano, especialmente para a região de abrangência da UFFS. Ressalta-se também a criação de empresas juniores na Instituição, com o objetivo de contribuir com a sociedade por meio da prestação de serviços de qualidade, preferencialmente às micro, pequenas e médias empresas privadas; empresas, entidades ou órgãos públicos, organizações do terceiro setor e cooperativas, com destaque para projetos de impacto social, ambiental, educacional e/ou econômico.

d) Preservação da memória e do patrimônio cultural

Durante as discussões da COEPE houve a preocupação da comunidade acadêmica e regional em construir uma agenda voltada para a *“vitalização da cultura e da memória regional, assim como à promoção de pesquisa e extensão sobre as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que influenciaram a formação da Mesorregião da Fronteira do Mercosul”* (livro COEPE). Vários projetos de pesquisa e de extensão da Instituição estão trabalhando com a cultura e a memória regional. Destaca-se ainda a criação em 2012, de uma diretoria de arte e cultura, vinculado a Pró-Reitoria de extensão e cultura, para fomentar, tanto ações na área cultural, como também projetos e ações na área da preservação da memória e do patrimônio cultural. No dia 28 de novembro de 2012 foi constituída na UFFS a Comissão da Verdade que tem como objetivo contribuir com o levantamento de informações e desenvolvimento de pesquisas sobre o período da Ditadura Militar na região da Fronteira Sul. *“A função do grupo de pesquisa é criar metodologias e dinâmicas que propiciem estudos e trabalhos de extensão sobre o tema Ditadura Militar, Direitos Humanos e Cidadania”*.

4.4 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Para gerir a comunicação com essa comunidade acadêmica bem como para estabelecer comunicação com a comunidade externa, a UFFS conta com a Diretoria de Comunicação – DCO, que está diretamente ligada a Reitoria. A DCO tem o objetivo de divulgar a UFFS como um bem público que todos têm o direito de acessar.

As Diretrizes da Comunicação possuem como parâmetro fundamental a missão da Universidade Federal da Fronteira Sul, colocando-se a serviço de sua divulgação. Por isso, as atividades desenvolvidas dizem respeito à comunicação institucional. O principal foco da comunicação é que a missão da instituição torne-se visível e seja apropriada pelos públicos de interesse. Para Bueno (2009, p. 314), a comunicação institucional é um “*Conjunto integrado de processos, estratégias, ações, produtos e planos que têm como objetivo estabelecer, consolidar e ampliar o relacionamento de uma organização com todos os seus públicos de interesse.*”

O principal desafio da gestão de comunicação é a criação de condições estruturais e de recursos humanos para dar visibilidade à missão da instituição. Para isso, ela precisa ter um lugar estratégico na gestão da Universidade e contar com profissionais de diversas áreas, a fim de que a comunicação com o seu público de interesse seja efetiva. Em uma universidade *multicampi*, como é o caso da UFFS, é fundamental uma estrutura geral que dialogue com as *equipes específicas dos campi* e as oriente. O trabalho de comunicação da Universidade Federal da Fronteira Sul será realizado a partir dos princípios expressos a seguir.

BEM PÚBLICO - A Universidade é um bem público; como tal, é um bem da e para a comunidade. Este princípio orienta o trabalho da comunicação no sentido de ampliar cada vez mais o público que recebe as suas informações, adotando como estratégia a intensificação do trabalho jornalístico e reforçando-o com os materiais da programação visual. Desse princípio decorre, também, a opção institucional de não comprar espaços publicitários, nem contratar agências.

INSTITUCIONAL - A comunicação orienta-se pelo princípio institucional, em que o foco maior é a visibilidade da missão da UFFS a partir de uma mesma linha de comunicação.

FORTALECIMENTO DA IMAGEM - A imagem de uma instituição é reforçada ou fragilizada pelas ações de todos os seus integrantes. O trabalho da comunicação institucional é consolidar uma imagem positiva da Universidade, com a divulgação dos seus pontos fortes e de ações

direcionadas aos públicos de interesse. Fortalecendo a imagem da UFFS, toda a comunidade acadêmica será fortalecida.

DISCURSO INSTITUCIONAL - Todos os servidores e estudantes de uma instituição são identificados pelo espaço em que atuam; quando fazemos parte de uma repartição pública, principalmente, a nossa imagem e a nossa ação são associadas a ela. Por isso, é fundamental que todos conheçam a missão da UFFS e os seus documentos básicos, além das informações sobre as ações em andamento.

Assim, a UFFS trabalha com porta-vozes adequados para cada situação comunicativa. Por isso, diante de qualquer solicitação de posicionamento, a Diretoria de Comunicação será acionada para que se mobilize e organize a fala institucional.

PÚBLICOS DE INTERESSE - Públicos de interesse (*stakeholders*) é a forma de nominar os públicos que mais se relacionam com uma instituição e aqueles dos quais ela gostaria de se aproximar. A comunicação da UFFS será orientada para a ampliação do relacionamento com os públicos de interesse; esse será o princípio para a criação de estratégias, fluxos e veículos de comunicação.

Também tem base na missão às duas frentes – institucional e imagem – da comunicação da UFFS. O foco institucional orienta os critérios de noticiabilidade e da produção de materiais de divulgação. Sendo que a comunicação trabalha em todos os seus veículos com a divulgação das atividades de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e administração desenvolvidas pela Universidade. O foco imagem institucional diz respeito a todo conteúdo veiculado sobre a Universidade, seja no âmbito interno, seja em veículos de comunicação, e que contribui para a formação da identidade da marca. Os materiais de comunicação devem reforçar publicamente a missão da UFFS, para que seja lembrada como pública gratuita e de qualidade.

A comunicação institucional tem como base o trabalho com o público interno e externo. O público interno está dividido em primário (discentes, docentes e técnicos administrativos) e secundário (fornecedores de materiais e suprimentos, equipes terceirizadas). O público externo está dividido em primário (discentes e docentes da educação básica), secundário (graduados que pretendem cursar outro curso, seja de graduação ou pós-graduação), terciário (veículos de imprensa e formadores de opinião) e quaternário (Ministério da Educação, agências de fomento, órgãos relacionados à educação).

Nesse sentido, as diretrizes de comunicação, da UFFS, estão alicerçadas em alguns conceitos, sendo eles:

- a) Universidade *Multicampi* (estrutura composta de uma sede e de um conjunto de *campi*); Comunicação Pública (realizada por instituição pública e, ao mesmo tempo, que visa ao interesse público);
- b) Comunicação Institucional (fazer com que a missão da instituição se torne visível e seja apropriada pelos públicos de interesse);
- c) Gestão da Comunicação (criação de condições estruturais e de recursos humanos para criar diálogo entre reitoria e *campi*).

A DCO trabalha com duas linhas de atuação: Produção de matérias jornalísticas e Produção de materiais gráficos. Elas cobrem: ações e eventos que envolvam, ao mesmo momento, todos os *campi*; ações ou eventos promovidos pela Reitoria e Pró-Reitorias; obras dos *campi* definitivos; ações e eventos promovidos pelas pró-reitorias e secretarias especiais; participação da UFFS em eventos representativos; ações ou eventos específicos de cada *campus* na graduação, pesquisa, ensino, extensão e pós-graduação; participação e apresentação de trabalhos de alunos e professores em seminários, congressos e eventos em geral.

A DCO Possui a seguinte Equipe institucional e funções:

a) Assessoria de imprensa:

- Captação da pauta com Reitor e Vice-reitor e organização da pauta semanal;
- Revisão da página da UFFS e trabalho em conjunto para finalização do site;
- Produção, redação, revisão, colocação no site e envio à imprensa do Semanal UFFS;
- Produção e manutenção de mailing, produção e envio de sugestões de pauta, produção e envio de releases institucionais à imprensa (nacional e da região de abrangência da UFFS), atendimento à imprensa, produção de press kits, organização e condução de coletivas;
- Guia de Fontes.

b) Comunicação interna:

- Captação da pauta com os pró-reitores e com os Diretores de assuntos estudantis, gestão de pessoas e Biblioteca;

- Produção, redação e colocação no site de pelo menos 5 matérias institucionais durante a semana;
 - Acompanhamento mensal do Boletim Informativo Interno produzido pela Diretoria de Gestão de Pessoas e Boletim Informativo para os discentes, produzido pelo projeto Comunica.
- c) Divisão de Programação Visual:
- Diagramação do Boletim Informativo e de outros informativos institucionais que forem criados;
 - Produção e armazenamento de fotografias;
 - Gestão e alimentação do Twitter;
 - Gestão, alimentação e acompanhamento do Facebook.

A DCO trabalha com duas linhas de atuação: Produção de matérias jornalísticas e Produção de materiais gráficos. Elas cobrem: ações e eventos que envolvam, ao mesmo momento, todos os *campi*; ações ou eventos promovidos pela Reitoria e Pró-Reitorias; obras dos *campi* definitivos; ações e eventos promovidos pelas pró-reitorias e secretarias especiais; participação da UFFS em eventos representativos; ações ou eventos específicos de cada *campus* na graduação, pesquisa, ensino, extensão e pós-graduação; participação e apresentação de trabalhos de alunos e professores em seminários, congressos e eventos em geral.

A DCO Possui a seguinte Equipe institucional e funções:

a) Assessoria de imprensa:

- Captação da pauta com Reitor e Vice-reitor e organização da pauta semanal;
- Revisão da página da UFFS e trabalho em conjunto para finalização do site;
- Produção, redação, revisão, colocação no site e envio à imprensa do Semanal UFFS;
- Produção e manutenção de mailing, produção e envio de sugestões de pauta, produção e envio de releases institucionais à imprensa (nacional e da região de abrangência da

UFFS), atendimento à imprensa, produção de press kits, organização e condução de coletivas;

- Guia de Fontes.

b) Comunicação interna:

- Captação da pauta com os pró-reitores e com os Diretores de assuntos estudantis, gestão de pessoas e Biblioteca;
- Produção, redação e colocação no site de pelo menos 5 matérias institucionais durante a semana;
- Acompanhamento mensal do Boletim Informativo Interno produzido pela Diretoria de Gestão de Pessoas e Boletim Informativo para os discentes, produzido pelo projeto Comunica.

c) Divisão de Programação Visual:

- Diagramação do Boletim Informativo e de outros informativos institucionais que forem criados;
- Produção e armazenamento de fotografias;
- Gestão e alimentação do Twitter;
- Gestão, alimentação e acompanhamento do Facebook.

Outro recurso é a “*Carta de Serviços ao Cidadão*”, Instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, tem por finalidade divulgar os serviços prestados pelas instituições públicas para conhecimento da sociedade. Dessa forma, a Carta de Serviços ao Cidadão da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) objetiva informar ao cidadão os principais serviços prestados e suas respectivas formas de acesso, assim como os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

A Carta de Serviços ao Cidadão está estruturada em torno dos serviços que podem ser acessados por quem não possui nenhum vínculo com a UFFS. Assim, este documento apresenta os cursos de graduação existentes e a sua forma de admissão; os cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e especialização; e as atividades de extensão, de cultura e os eventos, que são aber-

tas ao público externo. Além disso, são informados os serviços disponibilizados pela biblioteca da instituição, com seus horários de funcionamento e as formas de acesso. O documento explica como proceder para consulta de processos da instituição, como acessar editais, pesquisas de preços, legislação e cadastro de fornecedores da UFFS; e a forma de acesso a informações diversas da Universidade, por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão. Por fim, a Carta de Serviços ao Cidadão expõe os meios de contatos que estão disponíveis, sejam eles endereços, telefones, e-mails ou redes sociais.

A DCO, para orientar e padronizar os trabalhos publicou alguns documentos e orientações, que estão disponíveis no sitio da Universidade Federal da Fronteira Sul, sendo:

- a) Normativa 001 que estabelece orientações e procedimentos para captação, produção e veiculação de matérias jornalísticas;
- b) Roteiro de Cobertura Jornalística que apresenta os principais conceitos e orientações para a cobertura jornalística realizada pela DCO da UFFS;
- c) Critérios para a publicação de matérias no *site* e imprensa;
- d) Orientações para o uso da marca da UFFS que estabelece normas para autorização de divulgação de imagens e textos referentes a produtos, estrutura e serviços contratados pela UFFS.

4.4.1 Pesquisa junto à comunidade interna da UFFS

Com base nas diretrizes da comunicação, objetivos e documentos, a CPA, tendo em vista levantar informações a respeito da percepção dos docentes, discentes e técnicos administrativos sobre a dimensão – Comunicação com a Sociedade, organizou, no instrumento de pesquisa, 9 (nove) questões que foram respondidas pelos três segmentos.

Quadro 19 - Resultado da pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Comunicação com a Sociedade

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
A.4.1.1 A relação entre os mecanismos de comunicação institucional e missão, metas, objetivos e finalidades da universidade.	10	4,83%	44	21,26%	73	35,27%	50	24,15%	19	9,18%	5	2,42%	6	2,90%
A.4.1.2 A relevância das informações apresentadas no site da UFFS.	13	6,28%	61	29,47%	79	38,16%	45	21,74%	2	0,97%	1	0,48%	6	2,90%
A.4.1.3 A divulgação dos eventos realizados pela UFFS.	14	6,76%	47	22,71%	76	36,71%	62	29,95%	2	0,97%		0,00%	6	2,90%
A.4.1.4 As formas de comunicação/informação visual no Campus (murais, cartazes...).	9	4,35%	35	16,91%	77	37,20%	74	35,75%	2	0,97%	4	1,93%	6	2,90%
A.4.2.1 A qualidade da informação dos meios impressos e digitais de comunicação interna.	13	6,28%	54	26,09%	94	45,41%	38	18,36%	1	0,48%	1	0,48%	6	2,90%
A.4.2.2 A qualidade da informação dos meios impressos e digitais de comunicação externa.	7	3,38%	42	20,29%	74	35,75%	61	29,47%	16	7,73%	1	0,48%	6	2,90%
A.4.2.3 A qualidade da informação disponibilizada na mídia (TV/Rádio).	5	2,42%	22	10,63%	52	25,12%	70	33,82%	43	20,77%	9	4,35%	6	2,90%
A.4.2.4 Os mecanismos de avaliação quanto à eficácia da comunicação.	4	1,93%	8	3,86%	33	15,94%	40	19,32%	94	45,41%	22	10,63%	6	2,90%
A.4.3.1 A eficácia de outros canais de expressão e reivindicações de melhorias.	3	1,45%	10	4,83%	41	19,81%	39	18,84%	86	41,55%	22	10,63%	6	2,90%

Quadro 20 - Resultado da pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Comunicação com a Sociedade

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
B.4.1.1 A relação entre os mecanismos de comunicação institucional e missão, metas, objetivos e finalidades da universidade.	20	9,43%	59	27,83%	55	25,94%	31	14,62%	27	12,74%	1	0,47%	19	8,96%
B.4.1.2 A relevância das informações apresentadas no site da UFFS.	42	19,81%	69	32,55%	59	27,83%	21	9,91%	2	0,94%	0	0,00%	19	8,96%
B.4.1.3 A divulgação dos eventos realizados pela UFFS.	28	13,21%	71	33,49%	60	28,30%	34	16,04%	0	0,00%	0	0,00%	19	8,96%
B.4.1.4 As formas de comunicação/informação visual no Campus (murais, cartazes...).	14	6,60%	45	21,23%	61	28,77%	72	33,96%	0	0,00%	1	0,47%	19	8,96%
B.4.2.1 A qualidade da informação dos meios impressos e digitais de comunicação interna.	17	8,02%	62	29,25%	68	32,08%	41	19,34%	5	2,36%	0	0,00%	19	8,96%
B.4.2.2 A qualidade da informação dos meios impressos e digitais de comunicação externa.	16	7,55%	49	23,11%	61	28,77%	44	20,75%	17	8,02%	6	2,83%	19	8,96%
B.4.2.3 A qualidade da informação disponibilizada na mídia (TV/Rádio).	6	2,83%	28	13,21%	38	17,92%	66	31,13%	36	16,98%	19	8,96%	19	8,96%
B.4.2.4 Os mecanismos de avaliação quanto à eficácia da comunicação.	3	1,42%	23	10,85%	50	23,58%	42	19,81%	64	30,19%	11	5,19%	19	8,96%
B.4.3.1 A eficácia de outros canais de expressão e reivindicações de melhorias.	5	2,36%	25	11,79%	41	19,34%	61	28,77%	48	22,64%	13	6,13%	19	8,96%

Quadro 21 - Resultado da pesquisa junto aos técnicos administrativos da Dimensão: Comunicação com a Sociedade

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
C.4.1.1 A relação entre os mecanismos de comunicação institucional e missão, metas, objetivos e finalidades da universidade.	9	6,08%	32	21,62%	48	32,43%	39	26,35%	18	12,16%	2	1,35%	0	0,00%
C.4.1.2 A relevância das informações apresentadas no site da UFFS.	18	12,16%	44	29,73%	48	32,43%	36	24,32%	1	0,68%	1	0,68%	0	0,00%
C.4.1.3 A divulgação dos eventos realizados pela UFFS.	16	10,81%	36	24,32%	63	42,57%	31	20,95%	1	0,68%	1	0,68%	0	0,00%
C.4.1.4 As formas de comunicação/informação visual no Campus (murais, cartazes...).	10	6,76%	30	20,27%	56	37,84%	47	31,76%	4	2,70%	1	0,68%	0	0,00%
C.4.2.1 A qualidade da informação dos meios impressos e digitais de comunicação interna.	14	9,46%	39	26,35%	63	42,57%	29	19,59%	0	0,00%	3	2,03%	0	0,00%
C.4.2.2 A qualidade da informação dos meios impressos e digitais de comunicação externa.	7	4,73%	36	24,32%	52	35,14%	37	25,00%	16	10,81%	0	0,00%	0	0,00%
C.4.2.3 A qualidade da informação disponibilizada na mídia (TV/Rádio).	7	4,73%	19	12,84%	40	27,03%	49	33,11%	25	16,89%	8	5,41%	0	0,00%
C.4.2.4 Os mecanismos de avaliação quanto à eficácia da comunicação.	3	2,03%	10	6,76%	31	20,95%	39	26,35%	56	37,84%	9	6,08%	0	0,00%
C.4.3.1 A eficácia de outros canais de expressão e reivindicações de melhorias.	3	2,03%	4	2,70%	33	22,30%	41	27,70%	55	37,16%	12	8,11%	0	0,00%

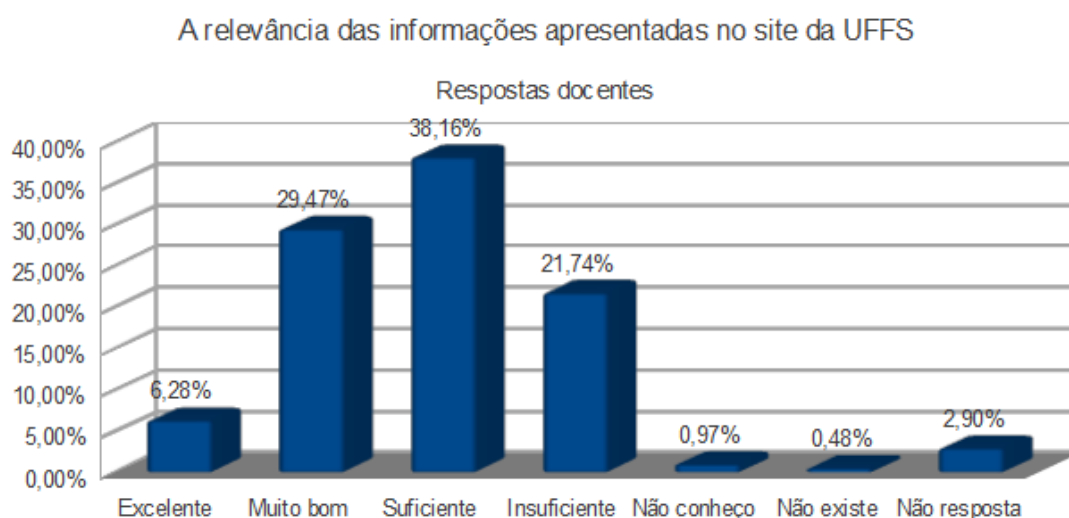
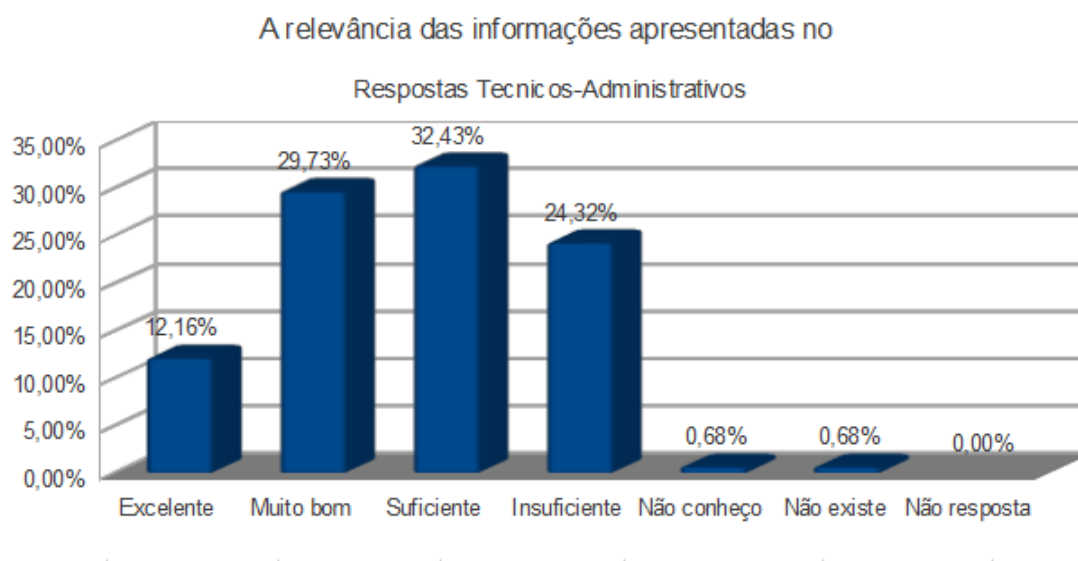
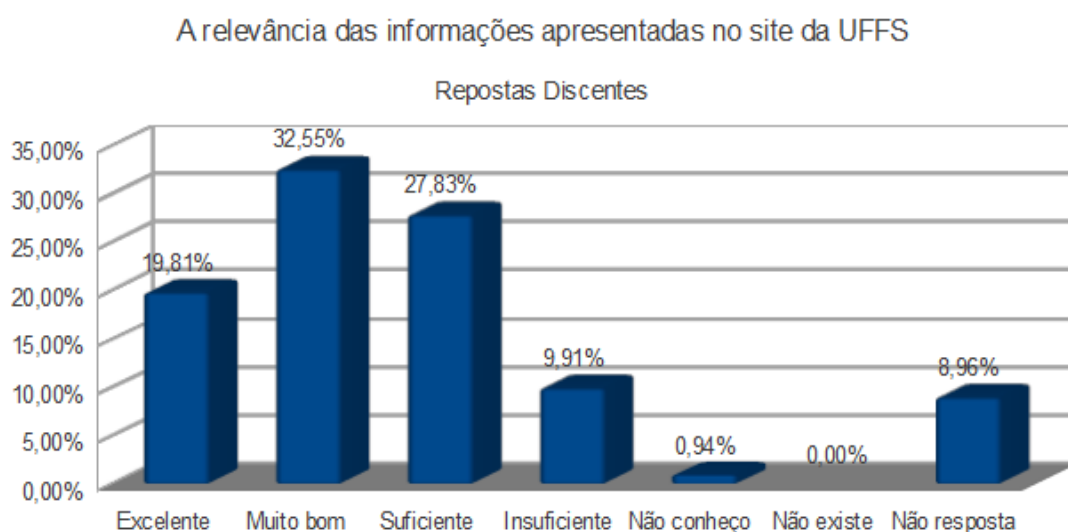
Gráfico 1 - Quanto ao site institucional – percepção dos docentes

Gráfico 2 - Quanto ao site institucional – percepção dos técnicos administrativos**Gráfico 3** - Quanto ao site institucional – percepção dos discentes

O trabalho realizado pela Diretoria de Comunicação e que visa divulgar a UFFS local e regionalmente tem base em diretrizes construídas e norteadoras. Nota-se que desde a criação da Universidade o trabalho de comunicação com a sociedade vem sendo desenvolvido e aos poucos vai se consolidando.

As respostas, ao instrumento de avaliação, dos três segmentos (docentes, discentes e técnicos administrativos) permitem alguns destaques no que tange a dimensão quatro.

1. De modo geral as respostas dos docentes e dos técnicos administrativos estão aproximadas, inclusive no que tange a porcentagem, conforme os quadros anteriores.
2. Destaca-se que o *site* é uma importante ferramenta de comunicação e os três segmentos o apontaram contendo informações relevantes, conforme os gráficos anteriores.
3. Com base nas respostas percebe-se a necessidade de melhorias na qualidade da informação disponibilizada na mídia (TV/Rádio); nos mecanismos de avaliação quanto à eficácia da comunicação; e de outros canais de expressão e reivindicações de melhorias.

4.5 POLÍTICAS DE PESSOAL E CARREIRA

A dimensão cinco do processo de autoavaliação da UFFS aborda os aspectos relativos às políticas de pessoal para os docentes e técnicos administrativos, bem como, trata dos prestadores de serviços contratados através de processos licitatórios.

Cumprir dizer que, devido ao pouco tempo de existência da nossa universidade, muitas das políticas de pessoal previstas em legislação específica estão em processo de construção, precisando tramitar pelos conselhos superiores da UFFS. Até o momento isso não foi óbice para que a instituição possibilitasse aos seus servidores acessarem seus direitos relativos à vida profissional.

Também as estruturas administrativas pertinentes à gestão de pessoas e às políticas para as carreiras estão sendo construídas. Enquanto não estiverem consolidadas, o próprio processo de avaliação enfrentará alguns percalços pela dificuldade em se acessar um repositório de informações que o fundamentem.

4.5.1 PERFIL DO CORPO DOCENTE

Por estarem vinculados a uma autarquia federal, os docentes da UFFS são regidos em âmbito geral pela Lei 8.112/1990, que estipulou o regime jurídico único dos servidores públicos. O plano de carreira dos professores do magistério superior federal foi estruturado pela Lei 11.344/2006, sendo que esse estatuto recebeu alterações dadas pela Lei 12.772/2012, com vigência a partir do ano de 2013.

Os servidores docentes efetivos da UFFS pertencem ao Cargo de Professor de Magistério Superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, conforme Decreto nº 94.664, de 23 de junho de 1987. Os professores substitutos da UFFS estão enquadrados em conformidade com a Lei 8.745, de 09 de dezembro de 1993, a qual dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal. Os critérios estabelecidos seguem o disposto no art. 12 do Decreto nº 94.664 e ao contido nos artigos 10 e 19 do Decreto 6.944/2009, o ingresso na carreira do Magistério Superior dar-se-á mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, somente podendo ocorrer no nível I (um) de qualquer classe. Para inscrição no concurso, a que se refere este artigo do Decreto, é exigido: diploma de graduação em curso superior, para a classe de Professor Auxiliar; grau de Mestre, para a classe de Professor Assistente; título de Doutor ou de Livre-Docente, para a classe de Professor Adjunto. A contratação de professores substitutos da UFFS ocorre por meio de processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público, conforme Lei 8.745, de 09 de dezembro de 1993. A substituição definitiva dos docentes ocorre quando há vacância de cargo ocupado. Dessa forma, o art. 33, da Lei 8.112 de onze de dezembro de 1990, prevê que a vacância do cargo público decorrerá de: Exoneração; Demissão; Promoção; Readaptação; Aposentadoria; Posse em outro cargo inacumulável; Falecimento.

Nos termos do art. 8º da Lei 8.112, são formas de provimento de cargo público: Nomeação; Promoção; Readaptação; Reversão; Aproveitamento; Reintegração; Recondução. As substituições temporárias são realizadas através de Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor Substituto, em conformidade com a Lei 8.745 de 09 de dezembro de 1993 e Decreto 7.485 de 18 de maio de 2011.

A distribuição do quantitativo de docentes pelos diversos *campi* segue a lógica das necessidades dos cursos alocados em cada unidade. Em 2013, o contingente docente na UFFS está assim distribuído:

Quadro 22 – Composição do perfil docente

DOCENTES	CERRO LARGO	CHAPECO	ERECHIM	LARANJEIRAS DO SUL	PASSO FUNDO	REALEZA
PÓS- DOUTORADO	1	2	1	1	0	0
DOUTOR	42	89	52	42	3	35
MESTRE	43	98	50	34	6	39
ESPECIALISTA	0	1	2	0	0	1
TOTAL	86	190	105	77	9	75

Fonte: SEGEP

4.5.1.1 PESQUISA JUNTO A COMUNIDADE INTERNA DA UFFS

O número total de professores respondentes do questionário de autoavaliação foi de duzentos e sete. Tomando por base o conjunto das respostas ofertadas pelos docentes respondentes do questionário avaliativo, é possível perceber certo equilíbrio entre as percepções mais positivas ou mais negativas, conforme o quadro abaixo.

Quadro 23 - Resultado Geral da pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Políticas de Pessoal

	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
TOTAL	388	8,93	993	22,84	1096	25,21	971	22,34	380	8,74	183	4,21	336	7,73

No quadro abaixo são apresentados os resultados da pesquisa junto aos docentes da Dimensão 5.

Quadro 24 - Resultado da pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Políticas de Pessoal

	N	%	N	%	Desc rição	Exce lente	Mu ito bo m	Suficie nte	Ins ufi ciente	Não conheç o	Nã o exis te	Não respost a	Res pond entes	%	
A.5.1.1 A adequação das políticas de pessoal da UFFS em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	5	2,42%	32	15,46%	50	24,15%	43	20,77%	45	21,74%	16	7,73%	16	7,73%	207
A.5.1.2 A política da UFFS para admissão de Servidores Docentes efetivos.	13	6,28%	42	20,29%	49	23,67%	77	37,20%	6	2,90%	4	1,93%	16	7,73%	207
A.5.1.3 A política da UFFS para admissão de docentes substitutos e temporários.	2	0,97%	11	5,31%	37	17,87%	71	34,30%	50	24,15%	20	9,66%	16	7,73%	207
A.5.1.4 A divulgação e o conhecimento a respeito do plano de Carreira dos Docentes no âmbito da UFFS.	4	1,93%	26	12,56%	58	28,02%	80	38,65%	10	4,83%	13	6,28%	16	7,73%	207
A.5.1.5 A adequação entre suas atribuições e a missão institucional da UFFS.	16	7,73%	52	25,12%	84	40,58%	26	12,56%	9	4,35%	4	1,93%	16	7,73%	207
A.5.1.6 A adequação entre a sua formação e as atividades docentes exercidas.	37	17,87%	68	32,85%	59	28,50%	24	11,59%	3	1,45%		0,00%	16	7,73%	207
A.5.1.7 A adequação dos processos de avaliação envolvidos no Estágio Probatório.	12	5,80%	60	28,99%	75	36,23%	33	15,94%	9	4,35%	2	0,97%	16	7,73%	207
A.5.1.8 Os critérios de escolha para cargos de chefia.	6	2,90%	19	9,18%	53	25,60%	48	23,19%	37	17,87%	28	13,53%	16	7,73%	207
A.5.1.9 Os critérios para atribuição das funções gratificadas.	2	0,97%	17	8,21%	43	20,77%	41	19,81%	64	30,92%	24	11,59%	16	7,73%	207
A.5.2.1 O Programa de Formação Docente em serviço.	5	2,42%	21	10,14%	66	31,88%	62	29,95%	26	12,56%	11	5,31%	16	7,73%	207
A.5.2.2 Funcionamento do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP).	6	2,90%	41	19,81%	64	30,92%	46	22,22%	26	12,56%	8	3,86%	16	7,73%	207
A.5.3.1 A adequação da relação entre número de Servidores Docentes X volume de trabalho.	2	0,97%	16	7,73%	55	26,57%	110	53,14%	2	0,97%	6	2,90%	16	7,73%	207
A.5.3.10 A adequação da infraestrutura necessária para o exercício profissional (ambiente físico, mobiliário, equipamentos, etc.).	5	2,42%	16	7,73%	45	21,74%	120	57,97%		0,00%	5	2,42%	16	7,73%	207
A.5.3.2 As ações institucionais voltadas à promoção da qualidade de vida no trabalho (QVT).	1	0,48%	16	7,73%	45	21,74%	55	26,57%	50	24,15%	24	11,59%	16	7,73%	207
A.5.3.3 O grau de satisfação pessoal com o desenvolvimento das atividades profissionais.	26	12,56%	65	31,40%	60	28,99%	37	17,87%	2	0,97%	1	0,48%	16	7,73%	207
A.5.3.4 As relações interpessoais com trabalhadores terceirizados.	51	24,64%	88	42,51%	38	18,36%	12	5,80%	1	0,48%	1	0,48%	16	7,73%	207
A.5.3.5 As relações interpessoais com os estudantes.	59	28,50%	97	46,86%	29	14,01%	5	2,42%	1	0,48%		0,00%	16	7,73%	207
A.5.3.6 As relações interpessoais com os servidores docentes.	39	18,84%	95	45,89%	42	20,29%	15	7,25%		0,00%		0,00%	16	7,73%	207
A.5.3.7 As relações interpessoais com as chefias.	38	18,36%	92	44,44%	43	20,77%	14	6,76%	2	0,97%	2	0,97%	16	7,73%	207

Como mais de dois terços dos docentes ofereceram respostas que demonstram satisfação com as relações interpessoais, seja, com relação aos trabalhadores terceirizados, com os discentes, com os colegas de magistério, com as chefias ou com os técnicos administrativos, resta claro uma percepção bastante favorável quanto à vivência nos locais de trabalho da UFFS.

Mas tomando esses cinco tópicos à parte e verificando as demais questões em bloco, vai se perceber um grau de satisfação menor em relação aos outros quesitos abordados na Dimensão 5. Nesse caso, apenas 4,47% das respostas são “excelente”, quase 16% indicam “muito bom”. Apenas “suficiente” compreenderia 27,32%; enquanto o indicador de insatisfação “insuficiente” foi assinalado em 27,75% das respostas e outros 5,43% afirmam que os tópicos abordados não existem na UFFS. O desconhecimento foi apontado em 11,32% das ocasiões.

Um item que resultou em grande parcela de respostas positivas é o que trata do *grau de satisfação pessoal com o desenvolvimento das atividades profissionais* entre os docentes “insuficiente” perfaz apenas 17,87%, enquanto 12,56% consideram “excelente”, 31,40% “muito bom” e 28,99% “suficiente”.

Quando se trata da adequação entre a sua formação e as atividades docentes exercidas, mais da metade dos docentes se inserem nos dois níveis mais elevados da escala de avaliação. Os resultados também tendem a ser positivos quando se averigua a adequação entre as atribuições individuais e a missão da universidade.

Por outro lado, no que tange à *adequação da relação entre número de Docentes X volume de trabalho*, mais da metade respondeu “insuficiente” (53,14%) e apenas “suficiente” 26,57%: Ou seja, os docentes consideram que o volume de trabalho em atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão que exercem está sendo excessivo. Isso relaciona-se com a avaliação do tópico *A política da UFFS para admissão de Docentes efetivos*: embora a questão não trate apenas de um enfoque quantitativo, os 37,2% de “insuficiente” mostram, ao menos em parte, a necessidade de contratação de profissionais do magistério superior.

A avaliação dos tópicos que tratam dos critérios para escolha das chefias e para concessão das funções gratificadas - A 5.1.8 e A 5.1.9 – sugerem a necessidade de maior publicidade, pois foi grande a proporção dos que responderam que tais critérios não existem, são desconhecidos ou insuficientes.

A adequação da infraestrutura necessária para o exercício profissional (ambiente físico, mobiliário, equipamentos, etc.), revela que 57,97% consideram ser insuficiente, ao passo que 21,74% apontam a escala “suficiente”.

Do que foi exposto até aqui, percebe-se uma maior satisfação quando avaliados os atributos mais próximos ao próprio servidor e ao âmbito em que ele exerce influência mais imediata. Mas ocorre o inverso com a maior parte daquilo que comumente se entende como pertinente à gestão e à institucionalidade universitária.

4.5.2 PERFIL DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Os Servidores Técnicos Administrativos das instituições federais de ensino superior têm o marco jurídico de sua profissão estabelecido pela Lei 8.112/1990, que instituiu o *regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais* e pela Lei 11.091/2005, que estabeleceu o *Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE*.

O enquadramento nesses estatutos possibilita que os servidores técnicos usufruam de diversos direitos em termos de auxílios, tais como os destinados à alimentação e transporte, licenças legais e garantias de progressão por mérito profissional, por capacitação e qualificação. Atualmente a UFFS conta com o seguinte contingente de pessoal:

Quadro 25 – Composição do perfil dos STAEs

TÉCNICOS	CERRO LARGO	CHAPECO	ERECHIM	LARANJEIRAS DO SUL	PASSO FUNDO	REALEZA
DOUTOR	0	0	0	0	0	0
MESTRE	7	28	4	8	0	4
ESPECIALISTA	27	135	35	26	5	20
GRADUADO	26	74	23	14	4	24
S / GRADUAÇÃO	3	41	7	9	1	15
TOTAL	63	278	69	57	10	63

Fonte: SEGEP

No ano de 2013 a UFFS foram realizadas 56 cursos de capacitações com um total de 24.980 horas sendo atendidos 797 servidores, conforme os dados no Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação, informados à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Enquanto isso, a política institucional que vai estruturar o Programa de Capacitação está em processo de construção: os responsáveis da Secretaria Especial de Gestão de Pessoas conduziram processos de debates entre os servidores e disso resultou uma minuta de regulamentação, que hora tramita no CONSUNI.

Vale lembrar, ainda, que em atendimento ao disposto no art. 22 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, regulamentado pelas Portarias nº 2519 e 2562 do MEC, ambas de julho de 2005, o Gabinete do Reitor publicou em 25 de outubro de 2013 a Portaria Nº 1581/GR/UFFS/2013 e posteriormente a de Nº 1609/GR/UFFS/2013, instituindo a Comissão Eleitoral Geral para organizar e conduzir a eleição da Comissão Interna de Supervisão CIS/UFFS gestão 2014/2016. Essa Comissão Eleitoral trabalhou na elaboração de atividades de sensibilização e divulgação das atribuições da CIS, bem como conduziu o processo que elegeu na data de 18 de dezembro de 2013 os membros Técnico-administrativos em Educação. A composição da Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE ficou configurada com 14 titulares e 14 suplentes a serem empossados em fevereiro de 2014, com mandato de 3 anos.

4.5.2.1 PESQUISA JUNTO A COMUNIDADE INTERNA DA UFFS

No tocante à dimensão cinco, o questionário de autoavaliação institucional contou com um conjunto de dezesseis questões específicas direcionadas aos STAEs. Os respondentes foram cento e quarenta e oito, dentro de um universo de quinhentos e dezoito STAEs.

Tomando-se o total das respostas apresentadas dentro da escala proposta, percebe-se que 7,39% foram “excelente”, 19,68% “muito bom/muito bem”, 30,87% “suficiente” e 25,89% “insuficiente”. Em 7,05% das ocasiões apontou-se que os itens avaliados não existem na UFFS. Os tópicos desconhecidos para os técnicos perfizeram 9,12% das respostas.

No item referente *A adequação das políticas de pessoal da UFFS em relação ao PDI*, 19,59% desconhecem; 23,65% consideram insuficiente e 5,41% apontaram que inexistem adequação entre as políticas de pessoal e o PDI, responderam “muito bom” 18,92%. Certamente esses dados refletem a própria etapa de construção do PDI que a universidade está vivenciando. Também é possível inferir disso que a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes

do PCCTAE em relação estreita com o PDI, conforme prevê o Decreto 5.825/2006, poderia contribuir para que os técnicos da UFFS se percebessem mais integrados às definições estratégicas da universidade.

De outra parte, os STAEs da UFFS que responderam o questionário têm percepções positivas a respeito da avaliação contida no estágio probatório: a soma de “excelente” e “muito bom” é de 30,4% e “suficiente” foi a escolha de 36,49%. Os que acham insuficiente são 15,54% e os que declaram desconhecimento são 14,19%.

Os STAEs respondentes também avaliam positivamente as suas aptidões pessoais para a execução de seus afazeres: a adequação entre as suas capacidades/potencialidades individuais e as atribuições que lhes são conferidas pelas chefias foi bem avaliada, pois mais de 41% deram como resposta “muito bom” ou “excelente”; e “suficiente” foi apontado por 34,46%%.

Na questão que aborda os critérios para a atribuição das funções gratificadas, a opção “suficiente” foi escolhida por 18,92%. A escala “insuficiente” foi a resposta de 25,68%. No entanto, o maior percentual é daqueles que dizem desconhecer os critérios para a atribuição das FGs e dos que afirmam que tais critérios inexistem – respectivamente 28,38% e 20,95%.

No tópico que tratou sobre a capacitação oferecida pela UFFS aos servidores, nota-se que mais de um terço dos respondentes 39,19% a considera insuficiente, enquanto 28,38% consideram “suficiente”, 20,27% “muito bom” e 9,46% “excelente”. Tendo em vista a grande quantidade de horas de capacitação oferecidas na universidade e sabendo que a maioria dos STAEs conseguiu somar a carga horária necessária para alcançar as progressões previstas no plano de carreira, seria necessário um melhor estudo sobre o porquê da margem de insatisfação.

Em relação à divulgação e o conhecimento a respeito do plano de Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação - PCCTAE no âmbito da UFFS, constata-se que o número daqueles que responderam “insuficiente” é bem maior do que a soma das respostas “excelente” e “muito bom”, e 41,22 % informaram que é “suficiente”. Isso é compreensível, uma vez que o PCCTAE foi estabelecido em 2005 e, nacionalmente, ainda encontra-se em processo de consolidação.

A adequação da relação entre número de STAEs *versus* volume de trabalho, apresentou o maior percentual de respostas “Insuficiente” – 49,32%, demonstrando a necessidade da UFFS

realizar estudos para o dimensionamento das demandas de força de trabalho nos seus diversos setores.

O tópico sobre ações de promoção de qualidade de vida no trabalho apresentou 43,92% de respostas “insuficiente”. As ações de assistência à saúde dos servidores, foram melhor avaliadas, mas sem que se verifique preponderância de “excelente” e “muito bom”. Como a UFFS está aderindo ao Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS, é possível que aconteça uma estruturação das políticas a esse respeito.

Quadro 26 - Resultado da pesquisa junto aos STAEs da Dimensão: Políticas de Pessoal

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta		Respon- dentes
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
C.5.1.1 A adequação das políticas de pessoal da UFFS em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	4	2,70%	28	18,92%	44	29,73%	35	23,65%	29	19,59%	8	5,41%	0	0,00%	148
C.5.1.10 Os critérios para atribuição das funções gratificadas.	2	1,35%	7	4,73%	28	18,92%	38	25,68%	42	28,38%	31	20,95%	0	0,00%	148
C.5.1.2 A política da UFFS para admissão de Servidores Técnicos Administrativos em Educação.	13	8,78%	34	22,97%	46	31,08%	33	22,30%	16	10,81%	6	4,05%	0	0,00%	148
C.5.1.3 O Programa de Capacitação dos Servidores Técnicos Administrativos em Educação.	14	9,46%	30	20,27%	42	28,38%	58	39,19%	2	1,35%	2	1,35%	0	0,00%	148
C.5.1.4 A divulgação e o conhecimento a respeito do plano de Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) no âmbito da UFFS.	8	5,41%	23	15,54%	61	41,22%	46	31,08%	2	1,35%	8	5,41%	0	0,00%	148
C.5.1.5 A adequação entre suas atribuições e a missão institucional da UFFS.	10	6,76%	40	27,03%	61	41,22%	21	14,19%	11	7,43%	5	3,38%	0	0,00%	148
C.5.1.6 A adequação entre as atribuições desempenhadas no trabalho e o Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE).	6	4,05%	37	25,00%	64	43,24%	29	19,59%	6	4,05%	6	4,05%	0	0,00%	148
C.5.1.7 A adequação entre as suas capacidades/potencialidades individuais e as atribuições lhe são dadas pela chefia.	15	10,14%	46	31,08%	51	34,46%	24	16,22%	1	0,68%	11	7,43%	0	0,00%	148
C.5.1.8 A adequação dos processos de avaliação envolvidos no Estágio Probatório.	13	8,78%	32	21,62%	54	36,49%	23	15,54%	21	14,19%	5	3,38%	0	0,00%	148
C.5.1.9 Os critérios de escolha para cargos de chefia.	5	3,38%	10	6,76%	34	22,97%	29	19,59%	44	29,73%	26	17,57%	0	0,00%	148
C.5.4.1 A adequação da relação entre número de Servidores Técnicos Administrativos em Educação X volume de trabalho.	4	2,70%	14	9,46%	42	28,38%	73	49,32%	3	2,03%	12	8,11%	0	0,00%	148
C.5.4.2 As ações institucionais voltadas à promoção da Qualidade de Vida no	3	2,03%	13	8,78%	18	12,16%	65	43,92%	23	15,54%	26	17,57%	0	0,00%	148

Trabalho (QVT).															
C.5.4.3 O grau de satisfação pessoal com o desenvolvimento das atividades profissionais.	20	13,51%	42	28,38%	50	33,78%	30	20,27%	1	0,68%	5	3,38%	0	0,00%	148
C.5.4.4 As relações interpessoais no ambiente de trabalho.	33	22,30%	55	37,16%	37	25,00%	21	14,19%	0	0,00%	2	1,35%	0	0,00%	148
C.5.4.5 A adequação das ações de assistência à saúde dos servidores da UFFS.	13	8,78%	25	16,89%	48	32,43%	37	25,00%	15	10,14%	10	6,76%	0	0,00%	148
C.5.4.6 A adequação da infraestrutura necessária para o exercício profissional (ambiente físico, mobiliário, equipamentos, etc.).	12	8,11%	30	20,27%	51	34,46%	51	34,46%	0	0,00%	4	2,70%	0	0,00%	148
TOTAL	175	7,39	466	19,68	731	30,87	613	25,89	216	9,12	167	7,05	0	0	2368

4.5.3 PERFIL DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

Além dos servidores públicos enquadrados no Regime Jurídico Único, a UFFS conta com um série de trabalhadores terceirizados, contratados junto a empresas prestadoras de serviços, por meio de processo licitatório. No quadro abaixo verifica-se os cargos contratados e seus respectivos quantitativos.

Quadro 27 – Composição do perfil dos trabalhadores terceirizados por cargo

Categoria Profissional	Unidade da prestação do serviço
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	UFFS - CAMPUS CERRO LARGO
COPEIRA (02)	UFFS - CAMPUS CERRO LARGO
ELETRICISTA	UFFS - CAMPUS CERRO LARGO
JARDINEIRO	UFFS - CAMPUS CERRO LARGO
MANUTENCAO PREDIAL (02)	UFFS - CAMPUS CERRO LARGO
MOTORISTAS (02)	UFFS - CAMPUS CERRO LARGO
RECEPCIONISTA (02)	UFFS - CAMPUS CERRO LARGO
SERVENTES DE LIMPEZA (21)	UFFS - CAMPUS CERRO LARGO
TELEFONISTAS (02)	UFFS - CAMPUS CERRO LARGO
TRATORISTA	UFFS - CAMPUS CERRO LARGO
VIGILANTES (14)	UFFS - CAMPUS CERRO LARGO
COPEIRO(A)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - SEDE PRÓPRIA
COPEIROS(AS) (04)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE BOM PASTOR
ELETRICISTA	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE BOM PASTOR

ELETRICISTA	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - SEDE PRÓPRIA
JARDINEIRO	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - SEDE PRÓPRIA
JARDINEIROS (02)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE BOM PASTOR
MOTORISTA	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - SEDE PRÓPRIA
MOTORISTAS (03)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE BOM PASTOR
OFICIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL (02)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE BOM PASTOR
OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - SEDE PRÓPRIA
RECEPCIONISTA	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE REITORIA
RECEPCIONISTA	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - SEDE PRÓPRIA
SERVENTE (01)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE REITORIA
SERVENTES (03)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE GENERAL OSÓRIO
SERVENTES (04)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE SEMINÁRIO
SERVENTES (05)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE BOM PASTOR
SERVENTES DE LIMPEZA (10)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - SEDE PRÓPRIA
SERVENTES(05)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - SEDE PRÓPRIA
TELEFONISTAS (02)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE REITORIA
TELEFONISTAS (04)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE BOM PASTOR
TRAB. SERVICOS GERAIS (04)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE BOM PASTOR
TRAB.SERVICOS GERAIS (02)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - SEDE PRÓPRIA
VIGILANTES (04)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE GENERAL OSÓRIO
VIGILANTES (04)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE REITORIA
VIGILANTES (08)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE BOM PASTOR
VIGILANTES (08)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - UNIDADE SEMINÁRIO
VIGILANTES (14)	UFFS - CAMPUS CHAPECÓ/SC - SEDE PRÓPRIA
COPEIRA	UFFS-CAMPUS ERECHIM/RS
COPEIRO(A)	UFFS-CAMPUS ERECHIM/RS
ELETRICISTA	UFFS-CAMPUS ERECHIM/RS
JARDINEIRO (02)	UFFS-CAMPUS ERECHIM/RS
MANUTENÇÃO PREDIAL	UFFS-CAMPUS ERECHIM/RS
MOTORISTAS (02)	UFFS-CAMPUS ERECHIM/RS
RECEPCIONISTA (02)	UFFS-CAMPUS ERECHIM/RS
SERVENTES DE LIMPEZA (13)	UFFS-CAMPUS ERECHIM/RS
SERVIÇOS GERAIS	UFFS-CAMPUS ERECHIM/RS

TELEFONISTAS (02)	UFFS-CAMPUS ERECHIM/RS
VIGILANTES (12)	UFFS - CAMPUS ERECHIM/RS
AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS – LIMPEZA (12)	UFFS - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR
AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS (03)	UFFS - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR
COPEIRAS (02)	UFFS - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR
ELETRECISTA	UFFS - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR
JARDINEIRO	UFFS - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR
MANUTENCIONISTA	UFFS - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR
MOTORISTAS (04)	UFFS - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR
RECEPCIONISTAS (02)	UFFS - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR
TELEFONISTAS (02)	UFFS - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR
VIGILANTES (18)	UFFS - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	UFFS - CAMPUS PASSO FUNDO/RS
COPEIRA	UFFS - CAMPUS PASSO FUNDO/RS
JARDINEIRO	UFFS - CAMPUS PASSO FUNDO/RS
MOTORISTA	UFFS - CAMPUS PASSO FUNDO/RS
OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL	UFFS - CAMPUS PASSO FUNDO/RS
RECEPCIONISTA	UFFS - CAMPUS PASSO FUNDO/RS
SERVENTES DE LIMPEZA (04)	UFFS - CAMPUS PASSO FUNDO/RS
VIGILANTES (06)	UFFS - CAMPUS PASSO FUNDO/RS
AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS (03)	UFFS - CAMPUS REALEZA/PR
COPEIRAS (02)	UFFS - CAMPUS REALEZA/PR
ELETRICISTA	UFFS - CAMPUS REALEZA/PR
JARDINEIROS (02)	UFFS - CAMPUS REALEZA/PR
MOTORISTAS (02)	UFFS - CAMPUS REALEZA/PR
OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL	UFFS - CAMPUS REALEZA/PR
RECEPCIONISTA	UFFS - CAMPUS REALEZA/PR
SERVENTES DE LIMPEZA (14)	UFFS - CAMPUS REALEZA/PR
TELEFONISTAS (02)	UFFS - CAMPUS REALEZA/PR
TRATORISTA	UFFS - CAMPUS REALEZA/PR
VIGILANTES (18)	UFFS - CAMPUS REALEZA/PR

Fonte: SEGEP

4.6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

4.6.1 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

A UFFS possui na sua estrutura organizacional os colegiados superiores e de base, descritos em seu estatuto no Título III:

- Dos órgãos superiores de deliberação: Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de *Campus*;
- Dos órgãos da administração central: Reitoria e Direção de *Campus*;
- Dos órgãos de controle, fiscalização e supervisão: Conselho Curador e Auditoria Interna.
- Como conselhos consultivos, a UFFS possui em sua estrutura o Conselho Estratégico Social e Conselho Comunitário.

Os processos de tomada de decisão da UFFS são realizados dentro da organização geral da universidade, constituída por:

- Conselho Universitário (CONSUNI);
- Conselhos de *Campus*;
- Reitoria;
- Direção de *Campus*;
- Conselho Curador (CONCUR);
- Auditoria Interna;
- Conselho Estratégico Social (CES);
- Conselho Comunitário;
- Colegiados de curso de graduação

Figura 2 - Organograma da UFFS.



Fonte: PROPLAN

A estrutura e atribuição dos colegiados são estabelecidas pelo estatuto da UFFS ou legislação federal, conforme quadro abaixo.

Quadro 28 - Composição e atribuições dos órgãos colegiados

COLEGIADO	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES
<p>Conselho Universitário (CONSUNI)</p>	<p>Art. 17 do Estatuto da UFFS: O Conselho Universitário - CONSUNI - terá a seguinte composição:</p> <p>I. Reitor;</p> <p>II. Vice-Reitor;</p> <p>III. Diretores dos <i>campi</i>;</p> <p>IV. 30 (trinta) docentes, eleitos diretamente entre seus pares, com a seguinte composição:</p> <p>a. 10 (dez) lotados no <i>Campus</i> Chapecó;</p> <p>b. 05 (cinco) lotados no <i>Campus</i> Erechim;</p> <p>c. 05 (cinco) lotados no <i>Campus</i> Cerro Largo;</p> <p>d. 05 (cinco) lotados no <i>Campus</i> Laranjeiras do Sul; e</p> <p>e. 05 (cinco) lotados no <i>Campus</i> Realeza.</p> <p>V. 06 (seis) técnicos administrativos, sendo:</p> <p>a. 02 (dois) lotados no <i>Campus</i> Chapecó;</p> <p>b. 01 (um) lotado no <i>Campus</i> Erechim;</p> <p>c. 01 (um) lotado no <i>Campus</i> Cerro Largo;</p> <p>d. 01 (um) lotado no <i>Campus</i> Laranjeiras do Sul; e</p> <p>e. 01 (um) lotado no <i>Campus</i> Realeza.</p> <p>VI. 06 (seis) discentes, sendo:</p> <p>a. 02 (dois) matriculados no <i>Campus</i> Chapecó;</p> <p>b. 01 (um) matriculado no <i>Campus</i> Erechim;</p> <p>c. 01 (um) matriculado no <i>Campus</i> Cerro Largo;</p> <p>d. 01 (um) matriculado no <i>Campus</i> Laranjeiras do Sul; e</p> <p>e. 01 (um) matriculado no <i>Campus</i> Realeza.</p> <p>VII. 03 (três) representantes da comunidade externa.</p>	<p>Art. 18 do Estatuto da UFFS: Compete ao Conselho Universitário:</p> <p>I. Fixar normas e deliberar sobre:</p> <p>a. Políticas gerais e planos globais de ensino, pesquisa, criação, inovação e extensão da universidade;</p> <p>b. Planejamento anual, diretrizes orçamentárias, proposta orçamentária e prestação de contas da universidade;</p> <p>c. Criação e modificação de <i>campi</i> universitários e demais órgãos;</p> <p>d. Política patrimonial e urbanística dos <i>campi</i>, aprovando a variação patrimonial: aquisição, construção e alienação de bens imóveis;</p> <p>e. Recrutamento, seleção, admissão, regime de trabalho, remoção e dispensa do pessoal técnico-administrativo e docente, respeitados os princípios da administração descentralizada;</p> <p>f. Normas gerais a que se devam submeter os <i>campi</i> universitários e demais órgãos;</p> <p>g. Criação, instalação, funcionamento, modificação e extinção de cursos e programas;</p> <p>h. Fixação, ampliação e diminuição de vagas nos cursos de graduação e de pós-graduação;</p> <p>i. Recrutamento, seleção, admissão e habilitação de alunos;</p> <p>j. Reconhecimento de graus e títulos acadêmicos de graduação e de pós-graduação;</p> <p>k. Avaliação institucional e dos cursos;</p> <p>l. Ética acadêmica;</p> <p>m. Consultorias, prestação de serviços e outras atividades nas interfaces entre universidade, governos e sociedade;</p> <p>n. Propriedade intelectual, direitos autorais, registros, patentes, <i>royalties</i> e rendimentos auferidos do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e artístico, e das atividades de extensão, educação permanente e serviços;</p> <p>o. Concessão de títulos e dignidades universitárias.</p> <p>II. Delegar competência, constituir, com aprovação de maioria qualificada, assessoria e comissões, quando necessário;</p>

COLEGIADO	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES
		<p>III. Supervisionar o desempenho em geral dos <i>campi</i> universitários e dos demais órgãos e serviços da instituição, compondo, se necessário, comissão de avaliação para esse fim;</p> <p>IV. Julgar os recursos interpostos das decisões em primeira instância;</p> <p>V. Instituir o Regimento Geral da Universidade e o seu próprio Regimento Interno, e homologar a proposta de Regimento Interno dos <i>campi</i>, assim como homologar os regimentos gerais dos cursos, programas de pós-graduação, atividades de Pesquisa, de Extensão, e das atividades administrativas;</p> <p>VI. Decidir sobre matéria omissa neste Estatuto e no Regimento Geral da Universidade.</p> <p>§1º O CONSUNI reunir-se-á, ordinariamente, com periodicidade mensal ou, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por requerimento de 1\3 (um terço) dos seus membros.</p> <p>§2º O CONSUNI delibera por seu pleno e por suas Câmaras, conforme estabelecido no Regimento Geral da UFFS.</p> <p>§3º De acordo com a necessidade, o CONSUNI poderá realizar sessões por meio de videoconferência.</p>
Conselhos de <i>Campus</i>	<p>Art. 21 do Estatuto da UFFS:</p> <p>A composição dos conselhos será definida no regimento de cada unidade, assegura em qualquer caso, a participação dos seguintes integrantes:</p> <p>I. Diretor do <i>Campus</i>;</p> <p>II. Coordenador Acadêmico;</p> <p>III. Coordenador Administrativo;</p> <p>IV. Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-Graduação;</p> <p>V. Representantes dos técnicos administrativos eleitos pelos seus pares;</p> <p>VI. Representantes docentes eleitos pelos seus pares;</p> <p>VII. Representantes discentes eleitos pelos seus pares;</p> <p>VIII. Representantes da Comunidade externa.</p> <p>§1º O Diretor do <i>Campus</i> será o presidente do Conselho do <i>Campus</i>, com direito somente a voto de qualidade.</p> <p>§2º O mandato dos representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e da comunidade externa dos membros do Conselho de <i>Campus</i> terá a mesma duração dos mandatos dessas representações no Conselho Universitário, conforme previsto no Artigo 17 deste Estatuto.</p> <p>§3º Setenta por cento do total de assentos do Conselho de <i>Campus</i> serão ocupados por docentes.</p>	<p>Art. 22 do Estatuto da UFFS:</p> <p>Compete ao Conselho do <i>Campus</i>:</p> <p>I. Estabelecer, em consonância com as normas superiores da universidade, regulamentos e instruções para os órgãos e atividades do <i>campus</i>;</p> <p>II. Deliberar sobre assuntos de sua alçada em concordância com as normas e práticas superiores da universidade;</p> <p>III. Manifestar-se sobre qualquer matéria da competência do diretor, quando por ele solicitado;</p> <p>IV. Modificar o Regimento do <i>Campus</i>, em sessão especialmente convocada para este fim, com aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos presentes, para posterior aprovação do Conselho Universitário;</p> <p>V. Homologar decisões tomadas por órgãos e setores do <i>campus</i>, quando essa providência for exigida regimentalmente;</p> <p>VI. Delegar competências a outras instâncias deliberativas no âmbito do <i>campus</i>;</p> <p>VII. Apreciar o plano de gestão e o relatório anual do <i>campus</i>;</p> <p>VIII. Apreciar propostas de criação de cursos de graduação e pós-graduação a serem coordenados pelo <i>campus</i>, antes de serem encaminhados ao Conselho Universitário;</p> <p>IX. Apreciar os projetos de ensino, de pesquisa e de</p>

COLEGIADO	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES
		<p>extensão, promovendo a articulação e a compatibilização das atividades do <i>campus</i>;</p> <p>X. Avaliar o desempenho global do <i>campus</i> e de suas principais atividades;</p> <p>XI. Propor a realização de concursos para docentes e técnicos administrativos, na forma prevista no Regimento Geral da Universidade e de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional e demais diretrizes da UFFS;</p> <p>XII. Acompanhar a implementação e avaliar as políticas de desenvolvimento de pessoal adotadas pela universidade, no âmbito do <i>campus</i>;</p> <p>XIII. Pronunciar-se a respeito da distribuição de encargos docentes e técnico-administrativos, e os critérios e casos de remoção, redistribuição e cedência de servidores;</p> <p>XIV. Propor ao Conselho Universitário a criação de Órgãos Auxiliares vinculados ao <i>campus</i>, para colaborar no ensino, na pesquisa, na extensão e na preservação de bens culturais;</p> <p>XV. Propor ao Conselho Universitário a concessão de títulos e dignidades universitárias;</p> <p>XVI. Criar, fundir ou extinguir, a partir das necessidades do <i>campus</i>, comissões especiais para tratar de questões de planejamento e acompanhamento de atividades administrativas e acadêmicas;</p> <p>XVII. Reunir-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou por 1/3 (um terço) de seus membros;</p> <p>XVIII. Atuar como instância recursal máxima no âmbito do <i>campus</i>, bem como avocar o exame e a deliberação sobre qualquer matéria de interesse do <i>campus</i>;</p> <p>XIX. Decidir sobre matéria omissa no seu Regimento;</p> <p>XX. Propor ao reitor destituição do diretor, dos coordenadores acadêmico e administrativo, na forma da lei, com aprovação de 2/3 (dois terços) dos conselheiros, em sessão especialmente convocada para esse fim.</p>
Reitoria	<p>Art. 24 do Estatuto da UFFS:</p> <p>A Reitoria será exercida pelo Reitor e, em suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Reitor, que também exercerá funções que lhe forem delegadas pelo Reitor.</p> <p>§1º Os mandatos do Reitor e do Vice-Reitor serão de quatro anos, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo.</p> <p>§2º O Reitor e o Vice-Reitor serão escolhidos e nomeados de acordo com a legislação vigente e o previsto no Regimento Geral da Universidade, assegurada, em qualquer caso, consulta à comunidade</p>	<p>Art. 23 do Estatuto da UFFS:</p> <p>À Reitoria, Órgão Executivo da Administração Superior, incumbe a coordenação, fiscalização e superintendência das atividades da universidade, incluindo:</p> <p>I. Ensino, pesquisa e extensão;</p> <p>II. Planejamento e orçamento;</p> <p>III. Gestão de pessoas;</p> <p>IV. Assistência aos estudantes;</p> <p>V. Manutenção patrimonial e gerenciamento de</p>

COLEGIADO	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES
	<p>acadêmica.</p> <p>§3º O Vice-Reitor será substituído, em suas faltas e impedimentos, em caráter transitório, pelo Pró-Reitor previamente designado pelo Reitor.</p>	<p>obras;</p> <p>VI. Segurança e gestão ambiental;</p> <p>VII. Administração geral;</p> <p>VIII. Tecnologia da informação;</p> <p>IX. Avaliação de desempenho institucional.</p> <p>§1º As atividades discriminadas neste artigo serão exercidas pelas pró-reitorias e órgãos específicos, que funcionarão nos termos do Regimento Geral da Universidade.</p> <p>§2º Haverá pelo menos as seguintes Pró-Reitorias:</p> <p>I. Pró-Reitoria de Graduação;</p> <p>II. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;</p> <p>III. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura;</p> <p>IV. Pró-Reitoria de Administração;</p> <p>V. Pró-Reitoria de Planejamento.</p>
Direção de <i>Campus</i>	<p>Art. 27 do Estatuto da UFFS.</p> <p>A administração do campus é realizada pela Direção do Campus, constituída por um Diretor, um Coordenador Administrativo e um Coordenador Acadêmico.</p> <p>(Nova Redação dada pela Resolução nº 022/2012-CONSUNI)</p> <p>§1º Os <i>Campi</i> Universitários, inclusive o campus sede, poderão ter Órgãos Auxiliares, submetendo a proposta de sua criação à consideração do Conselho Universitário.</p> <p>§2º O Diretor será substituído, em seus afastamentos temporários e impedimentos eventuais, pelo Coordenador Acadêmico; na falta deste, pelo membro do Conselho do <i>Campus</i> que for mais antigo no magistério superior da Universidade e, em caso de igualdade de condições, pelo mais antigo no magistério superior federal.</p> <p>§3º O Diretor será eleito pela comunidade acadêmica do respectivo campus, em lista tríplice, para posterior escolha e nomeação pelo reitor, e terá mandato de 04 (quatro) anos .</p> <p>§4º O coordenadores acadêmicos serão escolhidos entre os docentes da UFFS, e os coordenadores administrativos serão escolhidos entre os docentes ou técnicos administrativos da UFFS.</p> <p>§5º A escolha dos coordenadores acadêmico e administrativo será feita por eleição em cada campus, de acordo com o que estabelece o Regimento Geral da Universidade.</p>	<p>Art. 26 do Estatuto da UFFS.</p> <p>O <i>Campus</i> Universitário é o Órgão de Base constitutivo da estrutura <i>multicampi</i> da UFFS para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, dotado de servidores docentes e técnicos administrativos, com a responsabilidade de realizar a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.</p>
Conselho Curador (CONCUR)	<p>Art. 31 do Estatuto da UFFS.</p> <p>Compõem o Conselho Curador:</p> <p>I. 01 (um) representante dos professores da cada</p>	<p>Art. 32 do Estatuto da UFFS.</p> <p>São atribuições do Conselho Curador:</p> <p>I. Emitir parecer sobre a proposta orçamentária</p>

COLEGIADO	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES
	<p><i>campus</i> universitário, eleito entre seus pares;</p> <p>II. 01 (um) representante estudantil eleito pelos seus pares;</p> <p>III. 02 (dois) representantes dos técnicos administrativos, eleitos por seus pares;</p> <p>IV. 03 (três) representantes da comunidade externa regional, indicados um pelo Conselho Regional de Contabilidade, um pelo Sindicato dos Contabilistas de Chapecó e Região e um pelo Conselho Regional de Administração.</p> <p>V. Um representante indicado pelo Conselho Estratégico Social.</p> <p>§1º Os membros do Conselho Curador não poderão participar de quaisquer outros órgãos superiores da Universidade ou exercer cargos de direção ou funções gratificadas.</p> <p>§2º O mandato dos membros do Conselho Curador será de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>§3º Os membros do Conselho Curador terão suplentes, indicados da mesma forma que os representantes titulares e com o mesmo período de mandato.</p> <p>§4º O Conselho Curador elegerá seu presidente e seu vice-presidente, dentre seus membros.</p>	<p>apresentada pela Reitoria e aprovada pelo Conselho Universitário;</p> <p>II. Fiscalizar a execução orçamentário-financeira;</p> <p>III. Examinar, a qualquer tempo, os documentos da contabilidade da Universidade;</p> <p>IV. Apreciar atos que digam respeito à posição patrimonial da universidade, incluídas as aquisições, gravações, permutas, alienações de bens imóveis, bem como a aceitação de subvenções, doações, legados e a prestação de garantias para a realização de operações de crédito;</p> <p>V. Pronunciar-se sobre a prestação de contas do Reitor e, quando for o caso, sobre as contas da gestão dos diretores de <i>campus</i>, de órgãos suplementares;</p> <p>VI. Emitir parecer sobre projetos submetidos pela Reitoria que envolvam a utilização de fundos patrimoniais, operações de crédito ou a criação de fundos especiais, assim como doações e legados para Universidade;</p> <p>VII. Apreciar quaisquer outros assuntos que importem a fiscalização econômico-financeira e patrimonial;</p> <p>VIII. Requerer auditorias para verificação da execução de contratos e, eventualmente, a apuração de irregularidades no gasto público;</p> <p>IX. Elaborar o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Universitário;</p> <p>X. Escolher seu Presidente e Vice-Presidente.</p> <p>Parágrafo Único O Conselho Curador reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada dois meses ou, extraordinariamente, convocado pelo seu Presidente ou a requerimento da maioria dos seus membros.</p>
Auditoria Interna	<p>Art. 33 do Estatuto da UFFS.</p> <p>A Auditoria Interna – AUDIN, constituída na forma da lei, é o órgão de controle e avaliação, cuja missão é a de fortalecer e assessorar a alta administração da entidade, buscando agregar valor à gestão segundo os princípios constitucionais e legais.</p>	<p>Art. 34 do Estatuto da UFFS.</p> <p>São atribuições da Auditoria Interna - AUDIN:</p> <p>I. Assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão administrativa, contábil, orçamentária, financeira, de material, patrimonial, operacional e de pessoal, objetivando a eficiência, a eficácia, a efetividade e o cumprimento da legislação pertinente;</p> <p>II. Acompanhar a implementação das recomendações e determinações de medidas saneadoras apontadas pelos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;</p> <p>III. Auxiliar o Reitor na elaboração de relatórios e expedientes, relacionados com as diligências promovidas pelos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;</p>

COLEGIADO	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES
		<p>IV. Elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINI;</p> <p>V. Elaborar o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINI;</p> <p>VI. Examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da Universidade e tomadas de contas especiais;</p> <p>VII. Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Reitor.</p>
<p>Conselho Estratégico Social (CES)</p>	<p>Art. 38 do Estatuto da UFFS.</p> <p>Integrarão o Conselho Estratégico Social os seguintes membros:</p> <p>I. 04 (quatro) representantes por estado dos movimentos sociais organizados;</p> <p>II. 02 (dois) representantes das igrejas da região;</p> <p>III. 01 (um) representante das Universidades Comunitárias da Região;</p> <p>IV. 01 (um) representante das Instituições de Educação Superior Públicas da Região;</p> <p>V. 06 (seis) representantes das entidades patronais (Agricultura, Comércio e Indústria), sendo dois da região oeste de Santa Catarina, dois do noroeste do Rio Grande do Sul e dois do sudoeste do Paraná e seu entorno;</p> <p>VI. 05 (cinco) representantes das associações dos municípios que abrigam os <i>campi</i> da UFFS;</p> <p>VII. 01 (um) representante do Fórum da Mesomercosul;</p> <p>VIII. 02 (dois) professores do ensino fundamental (séries iniciais e séries finais) e um representante dos professores do ensino médio, indicados pelos sindicatos dos professores dos três estados da Região Sul;</p> <p>IX. 03 (três) representantes dos Docentes da UFFS;</p> <p>X. 03 (três) representantes dos Servidores Técnico-administrativos da UFFS;</p> <p>XI. 03 (três) representantes dos Estudantes da UFFS.</p> <p>§1º São membros natos do Conselho Estratégico Social, o Reitor e os Diretores dos <i>campi</i> da UFFS.</p> <p>§2º Os Pró-reitores poderão ser convocados a qualquer tempo para participar, com direito à voz, das reuniões do Conselho Estratégico Social quando os assuntos em pauta estiverem relacionados aos objetivos de suas respectivas pró-reitorias.</p> <p>§3º Os integrantes do Conselho Estratégico Social deverão ter compreensão da missão institucional da UFFS, como universidade aberta a toda a sociedade, comprometida com a inclusão social da população mais carente e com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida</p>	<p>Art. 36 do Estatuto da UFFS.</p> <p>O Conselho Estratégico Social terá como competência:</p> <p>I. Analisar e avaliar o impacto social, econômico, cultural e educacional da UFFS na região da Fronteira Sul;</p> <p>II. Propor à alta administração da UFFS formas, mecanismos e estratégias para aprofundar a inserção da instituição na comunidade da região;</p> <p>III. Recomendar a execução de ações de natureza política, administrativa e acadêmica que possam melhor colocar a UFFS a serviço do desenvolvimento regional e, em especial, da população mais carente;</p> <p>IV. Propor questões estratégicas, diretrizes gerais, expansão de atividades, criação de novos cursos, em permanente diálogo com a produção acadêmica da instituição, considerando sempre a sua pertinência e seu impacto social para a região da Fronteira Sul;</p> <p>V. Indicar os representantes da comunidade externa no Conselho Universitário, um representante no Conselho Curador, e, nos <i>campi</i> onde não houver Conselho Comunitário, a representação da comunidade externa no Conselho de Campus.</p>

COLEGIADO	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES
	das pessoas.	
Conselho Comunitário	Art. 43 do Estatuto da UFFS: Fica facultado aos <i>campi</i> dispor em seus regimentos sobre a criação de Conselhos Comunitários.	Atribuições e composição definida conforme regimento interno do conselho comunitário de cada campus.
Colegiados de curso de graduação	Ítem 5.2.3 do PDI. O Colegiado do Curso será constituído pelo Coordenador do Curso, pelos docentes que ministram CCRs no curso no semestre letivo, pelos docentes do Núcleo Estruturante, e por um representante do corpo discente, eleito anualmente entre os seus pares.	Ítem 5.2.3 do PDI. São atribuições do Colegiado do Curso: I. Estabelecer a proposta pedagógica do curso e o perfil profissional do egresso; 76 II. Elaborar o seu regimento interno, observadas as normas institucionais, para posterior aprovação pela Câmara de Graduação do Conselho Universitário; III. Elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações; IV. Analisar, aprovar e avaliar os planos de ensino dos cursos, propondo alterações, quando necessárias; V. Estabelecer procedimentos para promover a integração e a interdisciplinaridade entre os Componentes Curriculares (CCRs) do curso, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica; VI. Fixar normas quanto à integralização do curso, respeitando o estabelecido pelo Conselho Universitário; VII. Deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso; VIII. Emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de Cursos de Graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior; IX. Deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do Presidente do Colegiado do Curso; X. Exercer as demais atribuições conferidas neste Regulamento e no Regimento Interno da UFFS.

Fonte: Estatuto e portarias da UFFS

Além desses colegiados que integram o organograma da UFFS foram criadas um conjunto de comissões permanentes de fiscalização, controle e avaliação, compreendendo, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 29 - Composição e atribuições das comissões permanentes da UFFS

Comissão	Composição	Atribuições
Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Art. 6º da Resolução Nº 006/2012 – CONSUNI. Membros designados pela PORTARIA Nº 941/GR/UFGS/2013	Art. 4º da Resolução Nº 006/2012 – CONSUNI.
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD)	Art. 3º da Portaria nº 341/GR/UFGS/2012.	Art. 2º da Portaria nº 341/GR/UFGS/2012.
Comissão de Ética	Art. 2.º da Portaria nº 346/GR/UFGS/2011. Membros designados pela PORTARIA Nº 1248/GR/UFGS/2013 e PORTARIA Nº 1713/GR/UFGS/2013.	Art. 7. da Portaria nº 346/GR/UFGS/2011
Comissão de Ética no Uso de Animais- CEUA/UFGS	Art. 2º da PORTARIA Nº 1767/GR/UFGS/2013	Art. 1º da PORTARIA Nº 1767/GR/UFGS/2013.
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP/UFGS	Art. 1º da PORTARIA Nº 1423/GR/UFGS/2013	Art. 1.º da Portaria nº 1423/GR/UFGS/2013
Comissão Permanente para a Coleta Seletiva Solidária	Art. 3.º da Portaria nº 1012/GR/UFGS/2012.	Art. 2.º da Portaria nº 1012/GR/UFGS/2012.
Comissão Permanente de Avaliação do Catálogo de Materiais do Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos - SGPD, nas categorias Material Farmacológico (natureza	Art. 2º PORTARIA Nº 1168/GR/UFGS/2012	Art. 1º PORTARIA Nº 1168/GR/UFGS/2012

<p>33390.30.09), Materiais e Medicamentos para Uso Veterinário (natureza 33390.30.18), Material Biológico (natureza 33390.30.40) e Material Hospitalar (natureza 33390.30.36), segundo o plano de contas da UFFS.</p>		
<p>Comissão Permanente de Avaliação do Catálogo de Materiais do Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos - SGPD, nas categorias Aparelhos de Medição e Orientação (natureza 34490.5204) e Aparelhos, Equipamentos e Utensílios para Medicina, Odontologia e Laboratórios (natureza 34490.5208), segundo o plano de contas da UFFS.</p>	<p>Art. 2º da PORTARIA Nº 221/GR/UFFS/2013</p>	<p>Art. 1ª da PORTARIA Nº 221/GR/UFFS/2013</p>
<p>Comissão Permanente de Avaliação do Catálogo de Materiais do Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos - SGPD, na categoria Material Laboratorial (natureza 33390.30.35),</p>	<p>Art. 2º da PORTARIA Nº 1424/GR/UFFS/2013</p>	<p>Art. 1º da PORTARIA Nº 1424/GR/UFFS/2013.</p>

segundo plano de contas da UFFS.		
Comissão Permanente de Avaliação do Catálogo de Materiais do Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos - SGPD, na categoria Material Químico (natureza 33390.30.11), segundo o plano de contas da UFFS.	Art. 2º da PORTARIA Nº 1761/GR/UFFS/2013	Art. 1ª da PORTARIA Nº 1761/GR/UFFS/2013
Comissão de Nutrição e Alimentação da UFFS	PORTARIA Nº 1718/GR/UFFS/2013	
Comissão da Verdade no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.	PORTARIA Nº 1129/GR/UFFS/2012	
Comissão de Avaliação do Processo de Remoção	PORTARIA Nº 046/GR/UFFS/2013	Art. 3º dessa portaria e na Resolução nº 006/2012 – CONSUNI/CA.
Comissão para elaboração da Política de Moradia Estudantil da UFFS.	PORTARIA Nº 127/GR/UFFS/2013.	Art. 3º da PORTARIA Nº 127/GR/UFFS/2013.
Comissão Permanente de Processo Seletivo da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS	PORTARIA Nº 219/GR/UFFS/2013.	Mesma portaria.
Comissão de Viabilização da Implantação do Hospital	PORTARIA Nº 1498GR/UFFS/2013	

Ensino da UFFS.		
Comissão de Assessoramento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, responsável pela análise dos Aplicativos para Propostas de Cursos Novos (APCNs) a serem enviados a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2013.	PORTARIA Nº 287/GR/UFFS/2013	Mesma portaria.
Comissão de Análise de Recursos referentes aos indeferimentos de matrículas no Processo Seletivo - UFFS/2013,	PORTARIA Nº 136/GR/UFFS/2013	Mesma portaria
Comissão Permanente de Concurso da UFFS.	PORTARIA Nº 215/GR/UFFS/2013	RESOLUÇÃO Nº 2/2013 –CONSUNI/CA
Conselho Estratégico Social da UFFS	Art. 38 do Estatuto da UFFS atualizado membros pelas portarias: Nº140/GR/UFFS/2013, Nº 1144/GR/UFFS/2013, Nº 1393/GR/UFFS/2013, Nº 1493/GR/UFFS/2013, Nº 1585/GR/UFFS/2013 e Nº 1642/GR/UFFS/2013.	Estatuto da UFFS: Título IV Do Conselho Estratégico Social nos Art. 35, Art. 36, Art. 37.
Comissão de Tradutores de Documentos Oficiais da UFFS, responsável pela tradução para língua inglesa de	PORTARIA Nº 1293/GR/UFFS/2013	

históricos escolares e demais documentos requeridos pelo programa Ciência Sem Fronteiras		
Comissão Permanente de Licitação da Universidade Federal da Fronteira Sul.	PORTARIA Nº 1249/GR/UFGS/2013	
Comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Fronteira Sul	PORTARIA Nº 1250/GR/UFGS/2013	Artigos 12, 13 e 14 do Regimento do PPGE
Comissão de elaboração do regulamento do Núcleo Rondon da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFGS.	PORTARIA Nº 1295/GR/UFGS/2013	Mesma portaria.

Fonte: Portarias da UFGS

4.6.2 PESQUISA JUNTO A COMUNIDADE INTERNA DA UFGS

Os dados integrantes do quadro abaixo correspondem aos resultados da pesquisa realizada pela CPA junto aos docentes da UFGS.

Quadro 30 - Resultado da Pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Organização e Gestão da Instituição

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta		Respondentes
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
A.6.1.1 O seu nível de conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Plano Pedagógico Institucional (PPI).	9	4,35%	42	20,29%	91	43,96%	39	18,84%	8	3,86%	6	2,90%	12	5,80%	207
A.6.1.2 A relação da estrutura organizacional da UFFS com as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	2	0,97%	28	13,53%	75	36,23%	46	22,22%	31	14,98%	13	6,28%	12	5,80%	207
A.6.1.3 O seu conhecimento quanto ao desenvolvimento das ações institucionais.	4	1,93%	38	18,36%	99	47,83%	45	21,74%	9	4,35%		0,00%	12	5,80%	207
A.6.2.1 A relação entre a gestão da UFFS e a condução dos processos de tomada de decisões.	3	1,45%	30	14,49%	73	35,27%	72	34,78%	14	6,76%	3	1,45%	12	5,80%	207
A.6.2.2 A relação entre a gestão estratégica e as finalidades e objetivos institucionais.	2	0,97%	28	13,53%	73	35,27%	56	27,05%	31	14,98%	5	2,42%	12	5,80%	207
A.6.3.1 O funcionamento dos conselhos superiores.	2	0,97%	31	14,98%	106	51,21%	41	19,81%	14	6,76%	1	0,48%	12	5,80%	207
A.6.3.2 A representatividade nos conselhos superiores.	9	4,35%	60	28,99%	82	39,61%	35	16,91%	8	3,86%	1	0,48%	12	5,80%	207
A.6.3.3 A autonomia dos conselhos superiores.	10	4,83%	43	20,77%	74	35,75%	41	19,81%	22	10,63%	5	2,42%	12	5,80%	207
A.6.4.1 O funcionamento dos colegiados de cursos.	23	11,11%	83	40,10%	59	28,50%	29	14,01%		0,00%	1	0,48%	12	5,80%	207
A.6.4.2 A representatividade nos colegiados de cursos.	26	12,56%	75	36,23%	65	31,40%	28	13,53%		0,00%	1	0,48%	12	5,80%	207
A.6.4.3 A autonomia dos colegiados de cursos.	13	6,28%	42	20,29%	71	34,30%	62	29,95%		0,00%	7	3,38%	12	5,80%	207

Por meio do quadro acima, denota-se que, na maioria das questões da dimensão 06 aplicadas aos docentes foram avaliadas dentro das escalas estabelecidas como suficiente. Declinando-se os resultados mais positivos em algumas questões, como a que avaliou o funcionamento e representatividade dos colegiados dos cursos.

De outro modo, denota-se que há uma significativa insatisfação por parte dos docentes, quanto à gestão da UFFS e a condução dos processos de tomada de decisões.

Os dados integrantes do quadro abaixo correspondem aos resultados da pesquisa realizada pela CPA junto aos discentes da UFFS.

Quadro 31 - Resultado da Pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Organização e Gestão da Instituição

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta		Respondentes
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
B.6.1.1 O seu nível de conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Plano Pedagógico Institucional (PPI).	14	6,60%	20	9,43%	43	20,28%	58	27,36%	51	24,06%	3	1,42%	23	10,85%	212
B.6.1.2 A relação da estrutura organizacional da UFFS com as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	7	3,30%	31	14,62%	43	20,28%	31	14,62%	77	36,32%	0	0,00%	23	10,85%	212
B.6.1.3 O seu conhecimento quanto ao desenvolvimento das ações institucionais.	6	2,83%	27	12,74%	66	31,13%	56	26,42%	33	15,57%	1	0,47%	23	10,85%	212
B.6.2.1 A relação entre a gestão da UFFS e a condução dos processos de tomada de decisões.	4	1,89%	26	12,26%	52	24,53%	59	27,83%	42	19,81%	6	2,83%	23	10,85%	212
B.6.2.2 A relação entre a gestão estratégica e as finalidades e objetivos institucionais.	4	1,89%	31	14,62%	60	28,30%	34	16,04%	57	26,89%	3	1,42%	23	10,85%	212
B.6.3.1 O funcionamento dos conselhos superiores.	7	3,30%	34	16,04%	63	29,72%	34	16,04%	50	23,58%	1	0,47%	23	10,85%	212
B.6.3.2 A representatividade nos conselhos superiores.	5	2,36%	38	17,92%	68	32,08%	42	19,81%	36	16,98%	0	0,00%	23	10,85%	212
B.6.3.3 A autonomia dos conselhos superiores.	6	2,83%	40	18,87%	54	25,47%	29	13,68%	57	26,89%	3	1,42%	23	10,85%	212
B.6.4.1 O funcionamento dos colegiados de cursos.	18	8,49%	69	32,55%	59	27,83%	28	13,21%	14	6,60%	1	0,47%	23	10,85%	212
B.6.4.2 A representatividade nos colegiados de cursos.	11	5,19%	52	24,53%	61	28,77%	49	23,11%	15	7,08%	1	0,47%	23	10,85%	212
B.6.4.3 A autonomia dos colegiados de cursos.	12	5,66%	42	19,81%	51	24,06%	54	25,47%	27	12,74%	3	1,42%	23	10,85%	212

Percebe-se por meio do quadro acima que os discentes, desconhecem a maioria dos processos administrativos, isso é compreensível em parte, pois, a maioria desses processos ainda encontra-se em fase de criação ou implantação, exceto colegiados e conselhos superiores. Outro fator refere-se às fases em que os discentes estão matriculados, concentra-se a maioria nos primeiros semestres dos cursos. Os dados integrantes do quadro abaixo correspondem aos resultados da pesquisa realizada pela CPA junto aos técnicos administrativos da UFFS.

Quadro 32 - Resultado da Pesquisa junto aos técnicos administrativos da Dimensão: Organização e Gestão da Instituição

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta		Respondentes
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
C.6.1.1 O seu nível de conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Plano Pedagógico Institucional (PPI).	2	1,35%	21	14,19%	56	37,84%	45	30,41%	17	11,49%	7	4,73%	0	0,00%	148
C.6.1.2 A relação da estrutura organizacional da UFFS com as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	2	1,35%	25	16,89%	50	33,78%	22	14,86%	43	29,05%	6	4,05%	0	0,00%	148
C.6.1.3 O seu conhecimento quanto ao desenvolvimento das ações institucionais.	5	3,38%	24	16,22%	60	40,54%	36	24,32%	22	14,86%	1	0,68%	0	0,00%	148
C.6.2.1 A relação entre a gestão da UFFS e a condução dos processos de tomada de decisões.	6	4,05%	22	14,86%	46	31,08%	41	27,70%	28	18,92%	5	3,38%	0	0,00%	148
C.6.2.2 A relação entre a gestão estratégica e as finalidades e objetivos institucionais.	5	3,38%	23	15,54%	48	32,43%	30	20,27%	35	23,65%	7	4,73%	0	0,00%	148
C.6.3.1 O funcionamento dos conselhos superiores.	2	1,35%	19	12,84%	70	47,30%	36	24,32%	20	13,51%	1	0,68%	0	0,00%	148
C.6.3.2 A representatividade nos conselhos superiores.	1	0,68%	17	11,49%	48	32,43%	66	44,59%	12	8,11%	4	2,70%	0	0,00%	148
C.6.3.3 A autonomia dos conselhos superiores.	4	2,70%	17	11,49%	65	43,92%	27	18,24%	27	18,24%	8	5,41%	0	0,00%	148
C.6.4.1 O funcionamento dos colegiados de cursos.	6	4,05%	26	17,57%	41	27,70%	4	2,70%	71	47,97%	0	0,00%	0	0,00%	148
C.6.4.2 A representatividade nos colegiados de cursos.	3	2,03%	25	16,89%	32	21,62%	10	6,76%	74	50,00%	4	2,70%	0	0,00%	148
C.6.4.3 A autonomia dos colegiados de cursos.	4	2,70%	23	15,54%	30	20,27%	8	5,41%	78	52,70%	5	3,38%	0	0,00%	148

4.7 INFRAESTRUTURA FÍSICA

Atualmente a Universidade Federal da Fronteira Sul desenvolve atividades em instalações definitivas e ainda espaços provisórios, em infraestruturas físicas locadas ou com cessão de uso por comodato. Ao mesmo tempo, já houve expressivo avanço na construção das instalações definitivas dos *campi*.

4.7.1 INFRAESTRUTURA PREDIAL DOS CAMPI

Os seis campi da UFFS foram planejados através de um modelo de uso e ocupação do solo com zoneamento por funções para aglutinar usos e atividades complementares e separar atividades ruidosas ou indesejáveis. O zoneamento proposto prevê, portanto três zonas distintas: Zona Agrícola/Experimental, Zona Comunitária e Esportiva e Zona Acadêmica.

A Zona Agrícola e Experimental deverá permanecer isolada do centro de atividades de ensino, pelas necessidades inerentes ao programa, das quais se pode destacar: uso de equipamentos e máquinas agrícolas de grande porte e presença de animais confinados. O afastamento explica-se pelo desconforto do ruído gerado e o desconforto olfativo, respeitando também uma organização das atividades. É ali que se encontrarão as ETE que deverá tratar os efluentes de maneira exemplar. O mesmo tratamento exemplar deverá se aplicar a reciclagem e tratamento de descarte.

A Zona Comunitária e Esportiva deverá localizar-se contiguamente à Zona Acadêmica, para proporcionar acesso com facilidade à comunidade. Existe uma complementaridade entre as funções dos edifícios projetados: Moradia - Restaurante Universitário - Área Esportiva. Da Moradia Estudantil que inicialmente foram propostos para situarem-se contíguos, porém a geografia e a ocupação das expansões não permitiu este artifício, restando muito embora a dispersão dos edifícios satélites ao núcleo central conformado pela zona acadêmica. De maneira geral, a zona comunitária estará colocada próxima ao ingresso principal do campus para prover uma área de lazer e convívio importante para a circunvizinhança e atrair o grande público para a instituição. O afastamento do Restaurante Universitário da Praça Central - ao contrário do que podemos observar em outras Universidades - explica-se pelo desconforto olfativo gerado. O

preparo dos alimentos provoca odores desagradáveis em certos horários. Anexo ao Restaurante Universitário foi introduzido um anfiteatro para 500 lugares sentados e mais uma área de entorno para acomodar manifestações culturais e artísticas a céu aberto.

A Zona Acadêmica terá a Praça Central como elemento organizador e estruturador. Esta deverá responder às condicionantes nas situações de verão e inverno, alternando espaços de lazer contemplativo, caminhos cobertos e abrigados em dias de chuva ou vento. Os blocos que a encerram estarão dispostos de forma a complementar os usos de atividades contíguas. Assim temos: Biblioteca, Centro de Cultura e Vivência, Salas de Aula, Bloco dos Professores, Bloco Administrativo, Reitoria, dispostos na busca da melhor exposição ao sol – com eixo colocado no sentido leste-oeste. As salas de aula deverão localizar-se entre o Bloco de Professores e Biblioteca para facilitar o acesso ao conhecimento e ensino. O Bloco Administrativo deverá situar-se contíguo ao Bloco dos Professores e ao ingresso principal no campus proporcionando celeridade no tratamento de informações e legibilidade da instituição. Os laboratórios contarão com instalações consideráveis como: capelas químicas e biológicas, zonas de descarte, instalações de gases e geradores. Este fato implica em certo distanciamento da zona acadêmica que permita o acesso não direto à Praça Central por meio de desníveis ou recuos, mas como elemento de convergência, dos principais edifícios da instituição nos cinco campi.

No Campus Cerro Largo/RS, os terrenos situam-se nas franjas do centro habitado da cidade com quase 200.000 m² e 455.000m² e estão localizados ambos, sobre a Avenida Jacob Reinaldo Haupenthal, próximos ao Parque Municipal de Exposições e a uma distância de 2 km da praça central onde se desenrola o núcleo urbano. As duas frações apresentam-se como retângulos regulares com comprimento maior no sentido leste-oeste. Os terrenos possuem respectivamente: 1600 metros por 250 metros no primeiro e 1000 metros por 100 metros na fração 2, entre as cotas altimétricas 170 e 230.

No terreno mais próximo ao centro, que denominamos fração 1, temos uma topografia ligeiramente plana próxima à testada do lote com declividades médias de 7% onde será construída a zona comunitária com Restaurante Universitário e Centro Esportivo. Logo após, uma inclinação mais rápida (20%) destinada a talude sem construções. No platô situado na parte mais alta - cota altimétrica 230 metros do nível do mar – será designada à zona acadêmica por sua morfologia plana longe dos ruídos urbanos, com ótima potencialidade paisagística e com possibilidade de expansão na direção de fundos do terreno. O acesso se dará por uma avenida na

extensão sul do terreno. Um acesso secundário pela Avenida Jacob Reinaldo Haupenthal cortará o terreno em duas partes desembocando no anel viário da zona acadêmica. A fração 2 será destinada a zona agrícola também distante das zonas acadêmicas. O terreno do Seminário, localizado no núcleo urbano, atuais instalações provisórias, e que no futuro serão adequadas para moradia estudantil (aproximadamente 60.000m²).

O terreno do Campus Chapecó/SC, tem uma área de 916.000m² e localiza-se no km 02 da rodovia SC-459 (afastado 800 metros), em direção ao município de Guatambu-SC. O terreno possui sua dimensão maior no sentido Norte-Sul com aproximadamente 2000 metros de extensão e 500 metros aproximadamente no sentido leste-oeste. O acesso ainda não pavimentado dista em média 12,5 km na direção oeste da cidade em uma área de expansão após os Bairros EFAPI e entorno das indústrias alimentícias Sadia, Aurora e Bondio. Em praticamente toda sua extensão o terreno confronta com um ribeirão e um olho d'água com mata ciliar a ser preservada. Anteriormente, o terreno era destinado à silvicultura e pastagens de gado bovino e nas proximidades encontram-se algumas dezenas de aviários. O terreno oscila entre as cotas altimétricas 590-660 com declividades médias favoráveis a implantação de praças (5 a 10%), em alguns pontos encontram-se banhados com zonas de bacias de drenagem pluvial com ligação para o ribeirão que atravessa a extensão do córrego.

Localizado entre as rodovias RS-135 e a 1,7km da BR-153, o Campus Erechim está situado o terreno que abrigará o campus da UFFS em Erechim. A gleba possui 943.480,01m² de área disposta em um terreno de geometria irregular com 16 limites de divisa com sessão maior no sentido leste-oeste e que distam 12 quilômetros ao sul do centro urbano da cidade de Erechim em direção da cidade de Getúlio Vargas. O terreno pode ser dividido em duas grandes áreas generosamente trabalhadas por uma topografia acidentada e divididas por um magnífico vale com 40 metros de profundidade e onde se apresenta um córrego perene. Trata-se de uma região da cidade dedicada à agroindústria com destaque para a avicultura.

A parte que margeia a RS-135 foi destinada a zonas, acadêmica e comunitária, onde se procurou destinar a parte mais plana com inclinação de 7% para ocupação da praça central. Desta forma, os edifícios tendem a ocupar as áreas terraplanadas. As duas zonas acadêmica e comunitária estão separadas por um açude que posteriormente fará parte da implantação paisagística, servindo de borda d'água para os usuários do campus. Uma linha de transmissão de alta tensão atravessa a extensão menor do campus na altura da cota 750 metros, onde está

proposta a implantação de um centro esportivo. Araucárias, ipês-amarelos, cedros e pequenos bosques de árvores pioneiras serão preservados em íntima relação com a praça central. A conformação desta praça, portanto, dar-se-á linearmente, ao contrário dos outros campi, situando os edifícios na porção maior faceando norte para evitar a insolação direta. A parte posterior do campus (mais próxima a BR-135 será dedicada a zonas experimental ambiental, meteorológica e agrícola por seu afastamento da zona acadêmica). Ali, alguns cuidados demandados pela presença de córregos d'água e charcos e zonas de infiltração devem ser previstos.

O terreno do Campus de Laranjeiras do Sul/PR, com 968.000,00m² encontra-se às margens da BR-158, aproximadamente 6,0km do centro urbano da cidade. O terreno apresenta grandes extensões de terras para reflorestamento, mata ciliar em torno do córrego e áreas dedicadas ao cultivo e pecuária. Áreas planas sem cobertura vegetal e estradas sem pavimentação no seu interior utilizado anteriormente como pequenos assentamentos da reforma agrária destinada à policultura. O cadastro nos mostra um terreno com geometria irregular com aproximadamente 2300 metros no sentido leste-oeste e 900 metros no sentido norte-sul. Algumas áreas planas no miolo do terreno são aproveitáveis para implantação da zona acadêmica.

Uma Zona Agrícola será implantada mais ao fundo do terreno em uma região com declividades maiores. Uma área a montante da Sanga do Bigode que divide o terreno em duas porções será dedicada à zona de aquicultura com uma Estação de Piscicultura. Um buffer ou zona de amortização de 30 metros será resguardada para proteção de matas ciliares. Da mesma forma se dará com os 98.000m² confrontantes com o terreno a norte em área destinado à preservação ambiental. Uma grande área plana em um dos cantos da geometria abrigará o Restaurante Universitário e área esportiva. O Centro de Pedagogia da Alternância e a Moradia complementam o zoneamento a norte da implantação. Visitas ao local demonstraram que existe inclusive possibilidade de acessos múltiplos ao campus por estradas vicinais a oeste.

O terreno do Campus de Realeza/PR, com área de 1.069.000,89m², está localizado ao sul, nos limites do perímetro urbano da cidade em direção do município de Santa Izabel do Oeste (6 km). O futuro acesso se dará por uma avenida projetada em uma área de expansão disponibilizada pela prefeitura de Realeza conforme intervenções viárias expostas abaixo. O terreno situa-se entre a Rodovia PR-182 e a Estrada Geral para Santa Izabel do Oeste, sendo possível a utilização de dois acessos até o campus. O terreno anteriormente foi utilizado em grande parte para a lavoura, definindo assim sua cobertura vegetal. A exceção é um pequeno

córrego com mata ciliar em uma das suas extremidades. Em função das declividades, de 7% a 15% aproximadamente, da posição do terreno em relação à cidade e da orientação solar, a implantação segue um esquema que prioriza a parte central colocando ali os principais equipamentos comunitários e zona acadêmica. A implantação da área edificada do campus foi definida na área mais plana do terreno. Como nos outros casos o sistema viário interno e estacionamentos ficarão dispostos de forma a conformar a praça central. Está prevista uma zona veterinária próxima à rodovia estadual com um Hospital e áreas externas de pastejo a sul. Um grande número de redes de média tensão atravessa os limites do campus. Estas foram retificadas para acomodar a implantação do campus.

Ainda existem atividades sendo realizadas em instalações provisórias.

No *Campus Cerro Largo/RS*, o antigo Seminário São José é patrimônio da UFFS desde o ano de 2010. Atualmente algumas salas de aulas e administração funcionam em suas instalações. A unidade Seminário é composta por uma capela e gruta, um ginásio de esportes (atualmente em reforma) e uma edificação de 04 andares totalizando uma área 5.759,66m². No ano de 2013 foram feitas obras de melhorias no edifício. Atualmente está em curso reforma das instalações elétricas, a fim de dar suporte ao funcionamento dos equipamentos de climatização, que já estão instalados em salas de aula, administrativas e laboratórios.

No *Campus Chapecó/SC*, além do Edifício Engemed, destinado à Reitoria, da Unidade Seminário e Bom Pastor com atividades majoritariamente acadêmicas e também de expediente, o Edifício Mantelli, no centro da cidade de Chapecó, abriga todas as Atividades das Pró-Reitorias com espaço para cem postos de trabalho.

No *Campus Erechim/RS*, o Seminário Nossa Senhora de Fátima - Unidade Seminário abriga as instalações provisórias da Universidade Federal da Fronteira Sul. Atualmente, laboratórios, biblioteca, salas de aula e salas administrativas estão distribuídas neste edifício com área total de 2.228m² divididos em 03 andares. No ano 2011, a Mitra Diocesana promoveu uma ampliação à área com a construção de cinco novas salas de aula totalizando mais 400 m² construídos, o qual já está em uso pela UFFS. Outro local que já está sendo utilizado pela UFFS, é a Escola Érico Veríssimo - na Unidade Érico Veríssimo vizinha à edificação da Unidade Seminário.

O Campus Laranjeiras do Sul/PR da UFFS está funcionando em um prédio da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro), cedido à UFFS. Ali estão concentradas as atividades acadêmicas e administrativas em 1425 m² de área. No ano de 2011, a instituição construiu mais uma área junto ao prédio principal, a qual está sendo utilizada para a biblioteca e cantina. Este espaço está sendo complementado e prevê a cobertura do corredor de ligação entre os blocos além do fechamento em alvenaria do hall, ampliando o seu uso. Desde 2012 no campus em Laranjeiras do Sul são ocupadas as salas de aula da Escola Municipal Francisco Freitas, cedida pela Prefeitura Municipal. Estas salas irão abrigar os professores e setores administrativos do *campus* Laranjeiras do Sul. Obs: Atualizar dados

O Campus Realeza/PR da UFFS está situado no Centro de Eventos Municipal, disponibilizado e adaptado pela Prefeitura Municipal de Realeza. O *campus* tem previsão de reforma e a adequação do espaço do auditório, transformando-o em salas de aula, laboratório de línguas e salas administrativas. Além da Unidade do Centro de Eventos, a UFFS em Realeza no ano de 2011, iniciou a utilizar um espaço contíguo ao *campus* definitivo, destinado inicialmente à Embrapa. Este espaço, denominado de Unidade Embrapa, com auxílio da administração municipal, foi adaptado para uso como laboratório didático do curso de medicina veterinária.

Quanto a acessibilidade a Secretaria Especial de Obras - SEO da UFFS, através de sua Diretoria de Projetos - DP, está adotando nos projetos das instalações definitivas da universidade as normas descritas pela NBR9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos). Tal norma prevê acessibilidade universal, permitindo inclusive que pessoas com deficiência possam circular por todos os ambientes de uso coletivo da universidade. Como exemplo prático, pode-se citar que está sendo projetado pela DP, externa e internamente às edificações, um sistema de caminhos podotáteis e mapas táteis que servirão de guia para que pessoas com deficiência visual possam deslocar-se entre as salas de uma mesma edificação, entre diferentes edificações, espaços de recreação e espaços de uso comum, com segurança e independência. Um sistema de elevadores internos às edificações e rampas internas e externas às mesmas permitirão que pessoas com dificuldade de locomoção e cadeirantes, assim como no exemplo anterior, possam circular com facilidade entre setores, edificações e salas dos campi definitivos. Estão sendo projetados também banheiros, vestiários, equipamentos e mobiliário especial para pessoas com deficiência.

Os exemplos citados acima são apenas aspectos macro de uma gama muito maior de itens previstos pela NBR9050 e que estão sendo seguidos pela DP como diretriz na concepção de todos os projetos. Para atender às condições de acessibilidade na Unidade Seminário do *Campus* Cerro Largo, visto que trata-se de uma edificação que foi adquirida em definitivo pela UFFS, a reforma e adaptação da mesma à NBR9050 já está sendo planejada, dependendo apenas de questões orçamentárias para que seja iniciado o projeto e posteriormente contratada a execução desta obra.

4.7.2 INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS E INFORMÁTICA PARA ENSINO

A UFFS está implantando 16 pavilhões de aproximadamente 1.200 m² cada, onde serão disponibilizados 188 laboratórios, que proporcionarão atividades de ensino, pesquisa e extensão à Comunidade Universitária. Além desses laboratórios a instituição contará também com laboratórios de informática e de Ciências da Computação (este último apenas para o *Campus* Chapecó), a serem instalados nos blocos A e/ou B em cada *campus*.

A estrutura, em fase de implantação, de laboratórios da UFFS conta com um total de 16 (dezesesseis) pavilhões de laboratórios de aproximadamente 1.200 m cada, sendo 4 (quatro) pavilhões na sede e 3 (três) em cada um dos demais campi. Embora alguns dos espaços situados nesses pavilhões estejam destinados a laboratórios de apoio ou exclusivamente às atividades de pesquisa dos futuros programas de pós-graduação da instituição, aproximadamente 80% da área está destinada a laboratórios que atenderão às aulas práticas dos componentes curriculares dos cursos de graduação, além de atividades de extensão e outros trabalhos de pesquisa.

A UFFS conta hoje com um setor para administrar todas as questões relacionadas aos seus laboratórios, desde o planejamento da implantação até o funcionamento dos mesmos: a Secretaria Especial de Laboratórios. Essa Secretaria é composta pela Divisão de Materiais de Laboratórios e por cinco Coordenações Adjuntas de Laboratórios, situadas em cada um dos *campi*. A aquisição de todos os materiais de laboratórios é realizada através da Divisão de Materiais de Laboratórios. Contudo, esses materiais somente são adquiridos em atendimento aos pedidos dos docentes, com vistas às suas atividades na graduação.

Até o fim de 2013 foram adquiridos aproximadamente R\$18,0 milhões em materiais para os laboratórios da instituição, e estima-se que outros R\$ 10,0 milhões sejam ainda necessários

para que todos os laboratórios estejam atendendo plenamente as atividades de graduação, além de prestando apoio substancial às atividades de pesquisa e extensão. Alguns dos equipamentos adquiridos, ou a serem adquiridos, como espectrofotômetros e cromatógrafos, atendem ou atenderão a toda uma turma de uma só vez, enquanto outros, como microscópios e estereomicroscópios, estão ou estarão disponíveis para cada aluno da turma, dentro do laboratório.

Todos os laboratórios da instituição contarão com quadro branco, tela de projeção, Datashow e acesso à Internet – embora o acesso à rede mundial de computadores não seja o objetivo principal da grande maioria das aulas a serem realizadas nesses espaços, esse acesso faz-se necessário para a atualização de softwares interligados a muitos dos equipamentos dos laboratórios e para a atualização de dados experimentais concernentes às atividades ministradas nas práticas (dados que, na maioria dos casos, também estarão vinculados ao uso dos equipamentos).

Os laboratórios da instituição também terão condicionadores de ar, no intuito de manter esses ambientes climatizados. A realização de muitos experimentos se torna prejudicada sob grandes flutuações na temperatura ambiente, o que pode ser corrigido com a presença de um aparelho de ar-condicionado. Ainda, muitos dos equipamentos que serão alocados nesses espaços emitem calor durante o seu funcionamento, além de correrem o risco de avarias quando submetidos à temperatura ambiente acima de 30-35°C.

Dentro dos espaços supramencionados, vale ressaltar que, conforme já comentado, além de aulas de graduação, poderão ser atendidas também atividades de extensão e pesquisa. Também contabilizadas como laboratórios dos referidos pavilhões e distribuídas em quatro campi, as Centrais Analíticas, através dos seus equipamentos de última geração, poderão ser utilizadas para análises de cunho ambiental e de produção alimentos, dois dos focos da instituição. Sendo assim, de maneira conjunta, os laboratórios da UFFS proporcionarão produção científica, desenvolvimento tecnológico e inovação de processos e produtos, de modo a atender, em especial, as demandas das suas regiões e comunidades circunvizinhas.

Na atual conjuntura, a UFFS conta com alguns laboratórios já instalados em seus prédios provisórios. É importante destacar que a Secretaria Especial de Laboratórios não tem medido esforços para garantir que as referidas estruturas provisórias garantam a realização das aulas práticas necessárias para o momento em que se encontram os cursos de graduação da instituição.

Assim sendo, embora pequenos prejuízos às aulas tenham sido identificados, grande parte delas tem encontrado o que é exigido para o nível de graduação. O quadro abaixo este cenário.

Quadro 33 - Laboratórios por Curso

DENOMINAÇÃO DO CURSO	CAMPUS	LABORATÓRIOS/2013
Administração	Chapecó	Laboratório de Informática I; Empresa Junior.
Agronomia	Chapecó	Laboratório de Informática I; Laboratório de Química; Laboratório de Microscopia; Laboratório de Estereomicroscopia (Laboratório de Microscopia II); Laboratório de Biotecnologia.
Agronomia	Cerro Largo	Laboratório de Informática; Laboratório Microscopia e Luparia I (Laboratório de Microscopia); Laboratório de Zoologia; Laboratório de Microbiologia; Laboratório de Fisiologia Vegetal; Laboratório de Bioquímica; Laboratório de Botânica; Laboratório de Citologia e Histologia Vegetal (Laboratório de Morfologia Vegetal); Laboratório de Sementes; Laboratório de Química Geral (Laboratório de Química I); Laboratório de Química Orgânica; Laboratório de Pedologia e Física de Solos (Laboratório de Mecânica dos Solos); Laboratório de Agroecologia (Laboratório de Agronomia).
Agronomia	Erechim	Laboratório de Informática; Atelier de Desenho (Laboratório de Desenho); Laboratório de Ciências (Laboratórios Múltiplos).
Agronomia	Laranjeiras do Sul	Laboratório Multidisciplinar I (Laboratórios Múltiplos I); Laboratório Multidisciplinar II (Laboratórios Múltiplos II); Laboratório de Microscopia; Laboratório de Estereoscopia (Laboratório de Microscopia II); Laboratório de Análise de Alimentos (La-

		boratório de Tecnologia de Alimentos); Laboratório de Informática.
Arquitetura e Urbanismo	Erechim	Atelier 1 (Laboratório de Arquitetura); Atelier de Desenho (Laboratório de Desenho); Canteiro Experimental (Laboratório de Materiais de Construção); Laboratório de Informática.
Ciências: Biologia, Física e Química	Cerro Largo	Laboratório de Informática; Laboratório de Química Geral (Laboratório de Química I); Laboratório de Química Orgânica; Laboratório de Química Instrumental (Laboratório de Química II); Laboratório de Análises Químicas (Laboratório de Química Analítica); Laboratório de Pedologia e Física de Solos (Laboratório de Mecânica dos Solos); Laboratório de Mecânica; Laboratório de Ondas, Fluidos e Termodinâmica (Laboratório de Termodinâmica); Laboratório Microscopia e Luparia I (Laboratório de Microscopia); Laboratório de Zoologia; Laboratório de Botânica; Laboratório de Citologia e Histologia Vegetal (Laboratório de Morfologia Vegetal); Laboratório de Microbiologia, Laboratório de Fisiologia Vegetal; Laboratório de Bioquímica; Laboratório de Ensino e Aprendizagem II (Laboratório de Didática).
Ciências: Biologia, Física e Química / Ciências Naturais	Realeza	Laboratório de Informática I; Laboratório de Informática II; Laboratório de Química Geral e Inorgânica (Laboratório de Química); Laboratório de ensino I (Laboratório de Didática I); Laboratório de Ensino II (Laboratório de Didática II), Laboratório de física I.
Ciências Biológicas	Cerro Largo	Laboratório de Informática; Laboratório Microscopia e Luparia I (Laboratório de Microscopia); Laboratório de Zoologia; Laboratório de Botânica;

		Laboratório de Citologia e Histologia Vegetal (Laboratório de Morfologia Vegetal); Laboratório de Microbiologia, Laboratório de Fisiologia Vegetal; Laboratório de Bioquímica; Laboratório de Ensino e Aprendizagem II (Laboratório de Didática); Laboratório de Química Geral (Laboratório de Química I).
Ciências Biológicas	Realeza	Laboratório de Informática I; Laboratório de Informática II; Laboratório de Química Geral e Inorgânica (Laboratório de Química); Laboratório de Química Orgânica; Laboratório de Microscopia I; Laboratório de Microscopia II; Laboratório de Anatomia Humana; Laboratório de ensino I (Laboratório de Didática I); Laboratório de Ensino II (Laboratório de Didática II); Laboratório de Botânica; Laboratório de Zoologia; Laboratório Multiusuários (Laboratórios Múltiplos).
Ciência da Computação	Chapecó	Laboratório de Informática I; Laboratório de Informática II; Laboratórios de Programação I (Laboratório de Computação I); Laboratórios de Programação II (Laboratório de Computação II); Laboratório de Hardware (Laboratório de Computação III).
Ciências Sociais	Chapecó	Laboratório de Informática III.
Ciências Sociais	Erechim	Laboratório de Informática.
Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial / Administração	Cerro Largo	Laboratório de Informática.
Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial / Ciências Econômicas	Laranjeiras do Sul	Laboratório de Informática.

Enfermagem	Chapecó	Laboratório de Informática III; Laboratório de Química; Laboratório de Microscopia; Laboratório de Estereomicroscopia (Laboratório de Microscopia II); Laboratório de Biotecnologia; Laboratório de Enfermagem; Laboratório de Anatomia.
Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	Cerro Largo	Laboratório de Informática; Laboratório de Química Geral (Laboratório de Química I); Laboratório de Química Orgânica; Laboratório de Química Instrumental (Laboratório de Química II); Laboratório de Mecânica; Laboratório de Ondas, Fluidos e Termodinâmica (Laboratório de Termodinâmica); Laboratório de Eletromagnetismo; Laboratório de Águas (Laboratório de Hidráulica).
Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	Chapecó	Laboratório de Informática I; Laboratório de Microscopia; Laboratório de Estereomicroscopia (Laboratório de Microscopia II); Laboratório de Biotecnologia; Laboratório de Química; Laboratório de Física.
Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	Erechim	Laboratório de Informática; Atelier de Desenho (Laboratório de Desenho); Laboratório de Ciências (Laboratórios Múltiplos).
Engenharia de Alimentos	Laranjeiras do Sul	Laboratório Multidisciplinar I (Laboratórios Múltiplos I); Laboratório Multidisciplinar II (Laboratórios Múltiplos II); Laboratório de Química; Laboratório de Física; Laboratório de Análise de Alimentos (Laboratório de Tecnologia de Alimentos); Laboratório de Informática.
Engenharia de Aquicultura	Laranjeiras do Sul	Laboratório Multidisciplinar II (Laboratórios Múltiplos II); Laboratório de Microscopia; Laboratório de Estereoscopia (Laboratório de Microscopia II); Laboratório de Análise de Alimentos (Laboratório de Tecnologia de Alimentos); Laboratório de Infor-

		mática; Laboratório de Aquicultura (Laboratório de Nutrição Animal).
Filosofia	Chapecó	Laboratório de Informática III.
Filosofia	Erechim	Laboratório de Informática.
Física	Cerro Largo	Laboratório de Informática; Laboratório de Mecânica; Laboratório de Ondas, Fluidos e Termodinâmica (Laboratório de Termodinâmica).
Física	Realeza	Laboratório de Informática I; Laboratório de Informática II; Laboratório de Química Geral e Inorgânica (Laboratório de Química); Laboratório de Física I; Laboratório de Física II; Laboratório de Microscopia I; Laboratório de Anatomia Humana; Laboratório de ensino I (Laboratório de Didática I); Laboratório de Ensino II (Laboratório de Didática II).
Geografia	Chapecó	Laboratório de Informática III; Laboratório de Microscopia.
Geografia	Erechim	Laboratório de Informática.
História	Chapecó	Laboratório de Informática III.
História	Erechim	Laboratório de Informática.
Licenciatura em Educação no Campo	Laranjeiras do Sul	Laboratório Multidisciplinar I (Laboratórios Múltiplos I); Laboratório Multidisciplinar II (Laboratórios Múltiplos II); Laboratório de Microscopia; Laboratório de Estereoscopia (Laboratório de Microscopia II); Laboratório de Informática.
Letras - Português e Espanhol	Chapecó	Laboratório de Informática III.
Letras - Português e Espanhol	Cerro Largo	Laboratório de Informática.

Letras - Português e Espanhol	Realeza	Laboratório de Informática I; Laboratório de Informática II; Laboratório de Línguas; Laboratório de Literatura e Formação de Leitores (Laboratório de Línguas II); Laboratório de Estudos Linguísticos e Literatura (Laboratório de Línguas III).
Medicina Veterinária	Realeza	Laboratório de Informática I; Laboratório de Informática II; Laboratório de Bioquímica; Laboratórios de Microscopia I; Laboratório de Histopatologia; Laboratório de Anatomia Animal; Laboratório de Análises Clínicas; Laboratório de Patologia; Laboratório de Fisiologia, Farmacologia e Imunologia (Laboratório de Farmacologia); Laboratório de Microbiologia; Laboratório de Parasitologia.
Nutrição	Realeza	Laboratório de Informática I; Laboratório de Informática II; Laboratório de Bioquímica; Laboratório de Microscopia I; Laboratório de Microscopia II; Laboratório de Nutrição e Dietética (Laboratório de Nutrição I); Laboratório de Tecnologia de Alimentos; Laboratório de Bromatologia; Laboratório de Microbiologia; Laboratório de Anatomia Humana; Laboratório de Educação em Nutrição (Laboratório de Nutrição II).
Pedagogia	Chapecó	Laboratório de Informática III; Brinquedoteca.
Pedagogia	Erechim	Laboratório de Informática.
Química	Cerro Largo	Laboratório de Informática; Laboratório de Química Geral (Laboratório de Química I); Laboratório de Química Orgânica; Laboratório de Química Instrumental (Laboratório de Química II); Laboratório de Análises Químicas (Laboratório de Química Analítica); Laboratório de Pedologia e Física de Solos (Laboratório de Mecânica dos Solos).

Química	Realeza	Laboratório de Informática I; Laboratório de Informática II; Laboratório de Química Geral e Inorgânica (Laboratório de Química); Laboratório de Química Orgânica; Laboratório Bioquímica e Biofísica; Laboratório de Física I; Laboratório Multiusuários (Laboratórios Múltiplos); Laboratório de ensino I (Laboratório de Didática I); Laboratório de Ensino II (Laboratório de Didática II).
---------	---------	--

Em termos de inovações tecnológicas significativas, destaca-se que todos os professores da instituição recebem um notebook para o desenvolvimento de suas atividades. Também ressalta-se que a biblioteca disponibiliza notebooks para empréstimo por parte dos discentes (pelo menos 5 unidades em cada campus/unidade da UFFS); os professores tem acesso a lousas interativas como recurso didático (foram realizadas 2 capacitações de utilização das mesmas); e o fato de os alunos terem acesso ao portal do aluno (onde podem realizar a matrícula online e ao ambiente virtual de ensino aprendizagem (ambiente Moodle) para acompanhamento didático das disciplinas).

Atualmente, a UFFS possui, também, recursos computacionais para provimento de serviços de informação e comunicação na Instituição. Está em operação um núcleo de tecnologia com capacidade instalada de recursos de armazenamento e processamento que hospedam em torno de 40 sistemas informatizados que automatizam processos de gestão de informações no contexto administrativo e acadêmico. Interfaces de acesso aos sistemas são disponibilizadas na forma de portais web. Os portais, de acordo com tipo de vínculo com a instituição, são utilizados por setores, servidores, estudantes e comunidade. Além disso, estão em operação sistemas de suporte que compreendem servidores de aplicação, sistemas de virtualização de máquinas físicas, sistemas atuantes nas esferas de segurança da informação, sistemas operativos e de comunicação em rede.

A Instituição possui contratados acessos a rede mundial de computadores em todos os campi, com maior banda no centro de tecnologia em função da hospedagem dos sistemas. Também possui contratada uma rede MPLS que permite a interligação dedicada entre os campi. Esta rede é essencialmente utilizada para serviços que exigem maior qualidade de serviço de

comunicação (QoS), como por exemplo, a videoconferência (atualmente ocorrendo nos 3 turnos) e a telefonia VoIP (que permite a ligação direta para o ramal sem custo nenhum na ligação).

Além do centro de tecnologia, a Instituição vem trabalhando na construção de infraestrutura de tecnologia e informação para prover todas as edificações ocupadas de acesso a rede de computadores por cabeamento ou redes sem fio, bem como redes e computadores que hospedam serviços computacionais nos campi e nas instalações físicas existentes e futuras.

O fornecimento de postos de trabalhos e equipamentos de computação para servidores da carreira administrativa e servidores da carreira docente tem sido praticada pela Instituição, buscando a proporção de um posto de trabalho por servidor.

Atualmente, todas as salas de aula de todas as unidades e campus dispõem de projetor multimídia disponível. A UFFS disponibiliza aproximadamente 50 telas interativas instaladas em laboratórios e salas de aula e todas as suas unidades. Recursos de acesso individual são disponibilizados para a comunidade acadêmica, tais como: salas de meios, notebooks para empréstimo, acervo impresso e digital, acesso a internet, observados princípios de segurança da informação, e serviço de informação ao cidadão.

4.7.3 BIBLIOTECA

As Bibliotecas da UFFS contam com a atuação do Departamento de Gestão de Bibliotecas (DGBi), órgão pertencente à Diretoria de Gestão da Informação (DGI) que está vinculada à Secretaria Especial de Tecnologia e Informação (SETI) para atender os seguintes objetivos:

- Coordenar, orientar e padronizar os serviços das Bibliotecas da instituição, visando articular de forma sistêmica a promoção e uso de padrões de qualidade na prestação de serviços;
- Otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia;
- Propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados pelas Bibliotecas, visando atender as demandas por informação de toda a comunidade acadêmica da UFFS.

4.7.3.1 ESPAÇO FÍSICO, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS

Atualmente UFFS dispõe de 1.222,69m² de espaço destinados para Biblioteca nos seis campi existentes. Conforme segue:

- a) *Campus* Cerro Largo: O *campus* Cerro Largo conta com dois espaços de biblioteca, uma é mantida no Seminário e a outra está localizada no *campus* definitivo, ocupando uma área no Bloco A. A biblioteca possui uma área de 256,80m² divididas em: 41,6m² de espaço destinado à área administrativa e atendimento com 5 estações de trabalho; 128,30m² para o acervo; 55,20m² para a sala de estudo em grupo com 4 mesas e 14cadeiras; 24,56m² de espaço para estudo individual; 7m² de área em que estão localizados os armários guarda-volumes. Além disso, estão a disposição do usuário 2 computadores.
- b) *Campus* Chapecó: A biblioteca de Chapecó uniu os acervos de duas unidades e já está instalada no Campus definitivo da UFFS, ocupando uma área no Bloco A, um espaço físico de 90,90 m² destinados à área administrativa e atendimento; 133,31 m² para o acervo; 32,51 m² de espaço reservado ao estudo em grupo com 9 mesas e 19 cadeiras além de 10 computadores e 90 armários guarda-volumes para os usuários. Para atendimento aos alunos dos cursos de pós-graduação em Chapecó, foi mantida uma Biblioteca na unidade Seminário que está instalada em espaço físico de 40 m² destinados à área administrativa, atendimento, acervo e área para estudo em grupo com 3 mesas e 8 cadeiras além de 2 computadores para os usuários.
- c) *Campus* Laranjeiras do Sul: No *campus* de Laranjeiras do Sul a biblioteca, que ocupa o Bloco A do Campus definitivo, ocupa um espaço de 180m². Possui um espaço para estudo em grupo com 8 mesas e 35 cadeiras; um laboratório de informática de 25m² com 6 computadores; área do acervo de 70m²; área para técnicos administrativos de 9m² com 3 estações de trabalho, e área para os guarda-volume com 36 armários. Além de 10m² ocupados pelo setor de protocolo do campus.
- d) *Campus* Realeza: A biblioteca do *campus* Realeza conta com espaço físico de 190 m². Constituída de área de estudos de 70m² com 35 mesas e 31 cadeiras; área de acervo de 70m²; espaço para técnicos administrativos e para atendimento de 27 m² com 6 estações de trabalhos; laboratório de informática com espaço de 25m² com 18 computadores para utilização dos usuários.

- e) *Campus* Erechim: A Biblioteca do *campus* Erechim conta com área de 188,40 m². A sala de estudos possui 58,30m² e conta com 14 mesas e 27 cadeiras. O espaço destinado ao acervo é de 105,10m² e para atendimento ao usuário há 10m². O usuário conta ainda com 14 computadores para consulta e estudos. Há também 45 armários guarda-volumes.
- f) *Campus* Passo Fundo: A Biblioteca do *campus* Passo Fundo entrou em atividade em setembro de 2013. Ela conta com área de 78m². O espaço destinado ao acervo é de 24m². O usuário tem a disposição 3 mesas e 3 cadeiras além de 01 computador. A área administrativa e de atendimento compreendem 54m².

4.7.3.2 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO PADRÃO

De Segunda a sexta-feira: das 7h30 às 22h30.

Excepcionalmente aos sábados em algumas bibliotecas.

4.7.3.3 SERVIÇOS OFERECIDOS

As Bibliotecas da UFFS contam com diversos serviços para atendimento das necessidades de seus usuários.

- Consulta ao acervo: Catálogo on-line, no qual se pode realizar pesquisas sobre o acervo da Biblioteca UFFS.
- Empréstimo, reserva, renovação, e devolução: Acesso livre ao acervo no qual realiza-se as seguintes operações: empréstimo, reserva, renovação e devolução.
- Empréstimos de *notebooks*: as bibliotecas contam com equipamentos disponíveis para empréstimo domiciliar e local.
- Empréstimo entre bibliotecas: Solicitação de livros das bibliotecas de outros *campi* da UFFS para empréstimo.

Quadro 34 – *Notebooks* disponíveis para empréstimo nas bibliotecas

<i>Campus</i>	Quantidade
Chapecó	11
Laranjeiras do Sul	4
Realeza	5
Cerro Largo	2
Erechim	3

Fonte: DGI

- Teleatendimento: Atendimento ao usuário para esclarecimento de dúvidas e auxílio em pesquisas.
- *Chat*: Serviço de atendimento *on-line* para esclarecimento de dúvidas e auxílio em pesquisas.
- *E-mail*: Cada Biblioteca, dos seis *campi* da UFFS, responde a mensagens enviadas pelos usuários orientando-os no que for solicitado.
- *Acesso internet wireless*: Acesso livre à rede de internet sem fio.
- Acesso internet laboratório: Disponibiliza computadores para trabalhos acadêmicos e acesso à internet.
- Serviço de referência *online*: Atendimento personalizado via *chat* aos usuários, prestando-lhes informações sobre questões bibliográficas, instrucionais ou de pesquisa.
- Comutação bibliográfica: Através do Programa de Comutação Bibliográfica - COMUT, é feita orientação ao usuário para cadastramento no COMUT. Obtenção de cópias de artigos de periódicos, teses, anais de congressos e partes de documentos, localizados em bibliotecas do país ou no exterior que fazem parte do programa, mediante pagamento de taxa. As bibliotecas dos campi onde são oferecidos cursos da área da saúde, Chapecó, Realeza e Passo Fundo, oferecem também o Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos – SCAD, no âmbito da Biblioteca Virtual em Saúde.
- Orientação normalização de trabalhos: Orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, de forma presencial, online e através de capacitações.
- Catalogação na Fonte: A catalogação na fonte refere-se a elaboração da ficha catalográfica, a qual é registrada no verso da página de rosto do livro produzido na UFFS. A ficha é feita quando a obra está em fase de impressão e é obrigatória para efeito de depósito legal de acordo com a ABNT.
- Serviço de Alerta: Através do Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas, *Pergamum*, são enviados aos usuários avisos de: retirada de livro, data de devolução, reserva disponível e informações relevantes sobre a biblioteca.

- Visita Guiada: Visitas agendadas previamente por professores, diretórios acadêmicos, por grupos de alunos, que propiciam o conhecimento da estrutura das bibliotecas e dos serviços oferecidos.
- Serviço de Disseminação Seletiva da Informação: Através de cadastro no Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas - *Pergamum*, o usuário poderá escolher as áreas do conhecimento que deseja receber informações sobre novas aquisições relacionadas a sua pesquisa.
- Divulgação de novas aquisições: Disponibiliza tutorial para acesso as obras adquiridas pela UFFS.
- Capacitação no uso dos recursos de informação: Treinamento de usuários na utilização das fontes de informação disponíveis para acesso da comunidade acadêmica.
- Redes sociais: As Bibliotecas da UFFS utilizam o *Facebook* e o *Twitter* institucional para divulgação de serviços da biblioteca e para compartilhar atualidades de interesse da comunidade acadêmico-científica da UFFS.
- Assessoria Editorial: A DGI mediante a Divisão de Gestão do Conhecimento e Inovação (DGCI), em parceria com as Bibliotecas, visa:
 - Colaborar com a área da graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão na definição e implantação das políticas institucionais para a publicação de anais de eventos, boletins, periódicos e livros, seja no suporte impresso ou digital;
 - Buscar a sua inserção no repositório institucional, contribuindo para a visibilidade da produção acadêmica, científica e cultural da UFFS. Responsável pela solicitação de ISBN e ISSN, elaboração de ficha catalográfica e orientação à normalização da publicação.

4.7.3.4 AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS BIBLIOTECAS NO ANO DE 2013

Biblioteca Chapecó

- Capacitação de usuários
 - Portal de Periódicos Capes = 10 sessões (109 participantes)
 - Normalização (Normas ABNT) = 11 sessões (184 participantes)
 - No uso dos recursos informacionais da biblioteca = 10 sessões (348 participantes)
 - Visita Guiada = 4 sessões (156 participantes)

- Lançamento do livro “Provérbio de Pai para Filho” = 1 sessão (45 participantes)
- Atendimento via *e-mail* e *Chat*.

Biblioteca Erechim

- Atendimento via *Chat* = 31

Biblioteca Realeza

- Atendimento via *e-mail* = 100
- Levantamento Bibliográfica = 50
- Capacitação de usuários
 - Portal de Periódicos Capes = 6 sessões (40 participantes)
 - Normalização (Normas ABNT) = 3 sessões (100 participantes)
 - No uso dos recursos informacionais da biblioteca = 10 sessões (348 participantes)
 - Visita guiada = 6 sessões (220 participantes)

Biblioteca Cerro Largo

- Atendimento via *e-mail* e *Chat*.
- Capacitação ABNT = 1 sessão (15 usuários)

Biblioteca Passo Fundo

- Capacitação de usuários
 - Portal de Periódicos Capes = 1 sessão (1 participante)
 - Normalização (Normas ABNT) = 1 sessão (1 participante)

4.7.3.5 ACERVO

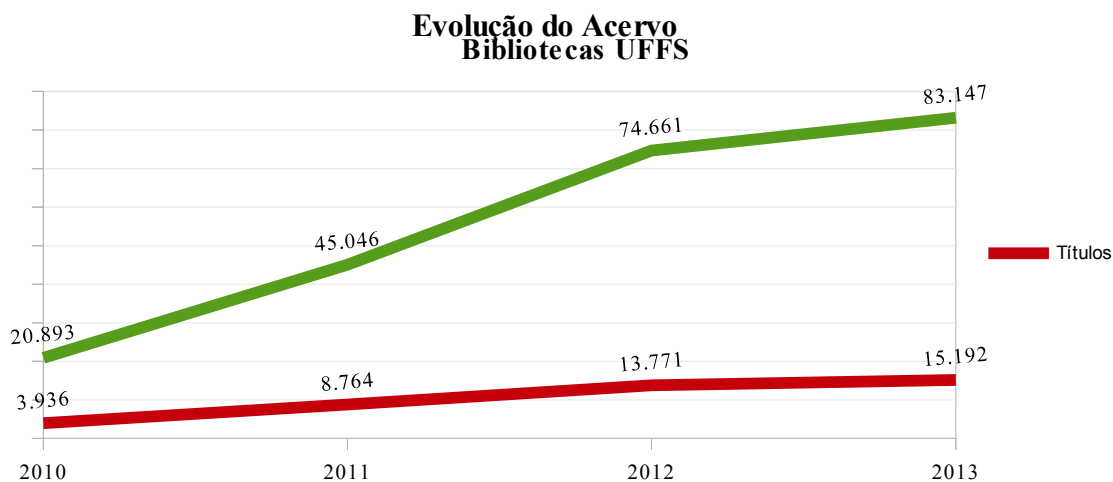
Quadro 35 - Acervo por *campi*

Biblioteca	Títulos	Exemplares
Chapecó	5.344	34.211
Erechim	4.523	16.555
Cerro Largo	2.023	12.752
Realeza	1.572	10.484
Laranjeiras do Sul	1.647	8.780
Passo Fundo	82	364

Fonte: DGI

4.7.3.5.1 EVOLUÇÃO DO ACERVO

Figura 3 - Evolução do acervo no período de 29/03/2010 a 31/12/2013



Fonte: DGI

4.7.3.5.2 CIRCULAÇÃO DE MATERIAL

Quadro 36 – Circulação de materiais

Biblioteca	Empréstimos	Renovação	Reservas
Chapecó	31.215	31.466	1.022
Erechim	14.239	12.453	1.068
Cerro Largo	12.578	4.964	335
Realeza	20.361	6.907	1.349
Laranjeiras do Sul	11.330	5.688	531
Passo Fundo	190	120	1
Total	89.913	61.598	4.306

Fonte: Pergamum UFFS

Quadro 37 - Empréstimos realizados nas bibliotecas por *campus* e áreas

Área	CAMPUS					
	Chapecó	Laranjeiras do Sul	Realeza	Cerro Largo	Erechim	Passo Fundo
Administração e Serviços Auxiliares	6.835	837	13	2.174	17	0
Agricultura e Tecnologias Correlatas	790	1.931	3.041	701	1.158	0
Artes	863	548	551	342	2.734	0
Astronomia e Ciências	224	14	84	151	522	0

Correlatas						
Ciência da Informação e Biblioteca	81	1	6	4	2	0
Ciência Política	1.070	20	3	15	520	2
Ciências Botânicas	258	1.164	483	799	734	0
Ciências da Saúde	3.348	135	7.338	66	5	128
Ciências da Terra	766	74	45	227	549	0
Ciências da Vida	1.245	1.734	3.073	1.522	1.390	142
Ciências Naturais e Matemática	5.151	2.631	1.200	1.607	2.367	1
Ciências Sociais	246	119	29	32	147	1
Ciência da Computação	4.774	122	18	64	79	0
Construção	0	0	0	0	120	0
Contabilidade	365	28	0	39	0	0
Costumes, Etiqueta e Folclore	61	0	70	2	29	0
Direito	705	229	70	315	377	0
Economia	1.996	1.469	103	373	531	1
Economia Doméstica e Vida Familiar	3	57	270	0	0	0
Educação	6.275	476	1.194	1.035	2.858	2
Engenharias e Operações Correlatas	915	133	29	307	1.102	0
Engenharia Química e Tecnologias Relacionadas	14	847	1.040	58	26	0
Esportes, Jogos e Entretenimento	55	0	1	0	10	0
Filosofia e Teologia	4.851	150	357	414	2.595	6
Física	736	994	866	1.105	1.285	
Geografia/História e Disciplinas Auxiliares	5.163	157	104	178	2.068	1
Linguagem e Línguas	3.377	90	763	677	190	4
Literatura e Retórica	2.225	327	1.028	414	555	12
Problemas e Serviços Sociais	115	37	169	197	56	6
Química e Ciências Correlatas	348	1.029	2.129	2.388	1.112	0
Religião	128	0	2	5	52	0
Sociologia e Antropologia	2.423	262	204	224	1.461	0
Zoologia	36	153	462	567	11	0
Total	55.442	15.768	24.745	16.002	24.662	306

Fonte: Pergamum UFFS

4.7.3.5 3 EQUIPE DA ÁREA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

O setor responsável pela gestão da informação da UFFS compreende as áreas de arquivo, biblioteca, planejamento e apoio a projetos, serviços administrativos, tecnologia, inovação e desenvolvimento de produtos e formação de acervo e tratamento da informação.

A equipe da área de gestão da informação é composta por arquivistas, administradores, bibliotecárias, analista de TI, assistente em administração e secretária executiva. Até 2016, a esta estrutura deverão ser acrescentados técnico de audiovisual, técnico de som, animador cultural, recepcionista e técnicos de arquivo. O número de servidores foi projetado tendo em vista o tamanho dos prédios e a diversidade de serviços, bem como o horário de atendimento em três turnos e aos sábados. O quadro de pessoal atual das Bibliotecas da UFFS e a projeção para 2016 estão descritos a seguir:

- ο) *Campus Cerro Largo*: Quatro assistentes em administração e dois bibliotecários compõe a equipe na Biblioteca campus Cerro Largo. Serão necessários mais dois bibliotecários e oito assistentes.
- β) *Campus Chapecó/SC*: A equipe da biblioteca Chapecó conta com sete assistentes em administração e uma bibliotecária, os quais atendem as duas unidades. Nas futuras instalações serão necessários mais cinco bibliotecários e quinze assistentes.
- χ) *Campus Erechim/RS*: Em Erechim, a equipe é formada atualmente por dois bibliotecários, quatro assistentes em administração. Serão necessários mais dois bibliotecários e dez assistentes.
- δ) *Campus Laranjeiras do Sul/PR*: A biblioteca no Campus de Laranjeiras conta com dois bibliotecários e um assistente em administração. Serão necessários mais dois bibliotecários e oito assistentes
- ε) *Campus Passo Fundo/RS*: A equipe da Biblioteca Campus Passo Fundo é formada por dois bibliotecários e um assistente em administração. Serão necessários mais dois bibliotecários e oito assistentes.
- φ) *Campus Realeza/PR*: A equipe da Biblioteca Campus Realeza é formada por dois bibliotecários e dois assistentes em administração. Serão necessários mais dois bibliotecários e oito assistentes.

4.7.3.5.4 FORMAS DE ATUALIZAÇÃO E CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO ACERVO

O acervo das Bibliotecas, nesta fase de consolidação dos seus cursos vem adquirindo semestralmente a bibliografia básica e complementar dos cursos de graduação e dos Programas

de Pós-graduação em implantação, em número de exemplares baseados no número de alunos que cursam cada uma das disciplinas. E, com base na política de desenvolvimento de coleções a ser adotada (em fase de aprovação no CONSUNI), estará junto ao comitê assessor (a ser criado) definindo todas as questões referentes à expansão do acervo.

Ao mesmo tempo vem ocorrendo a aquisição de livros eletrônicos e outras bases de dados para atender as demandas dos cursos existentes. Também foram adquiridos os seguintes e-books: Editora Springer: 3494 títulos (livros estrangeiros); Editora Zahar: 136 títulos de história, geografia, filosofia, psicologia, ciências sociais (em português); Editora Atheneu: 61 títulos na área de enfermagem (em português); Biblioteca Virtual Universitária 1718 títulos das editoras Artmed, Atica, Casa do Psicólogo, Contexto, IBPEX, Manole, Papyrus, Pearson e Scipione, contemplando diferentes áreas do conhecimento (em português) em fase de estudo do contrato. Atlas Primal Pictures – base de dados de imagens tridimensionais de toda a Anatomia Humana.

A seguir, apresenta-se a estimativa de crescimento do acervo da UFFS:

Quadro 38 - Estimativa de crescimento do acervo da UFFS

Ano/semestre	Número de exemplares
2014/1	120.000
2014/2	135.000
2015/1	150.000
2015/2	165.000
2016/1	180.000
2016/2	195.000

Fonte: Biblioteca Central

4.7.3.6 SERVIÇOS EM IMPLANTAÇÃO

- Portal de Eventos da UFFS: Recebe o conteúdo dos eventos aprovados na UFFS para gerar a publicação de anais eletrônicos. Para isto utiliza o Sistema *Online* de Acompanhamento de Conferências - SOAC, versão traduzida pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia - IBICT, do *Open Conference Systems* - OCS.
- Portal de Periódicos da UFFS: O Portal de Periódicos da UFFS está em teste interno pelo STIDP/DGI, utilizando o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER, versão

traduzida do *Open Journal Systems* - OJS. Trata-se de software *open access*, desenvolvido pela PKP da Universidade *British Columbia* e implantado no Brasil pelo IBICT. Ele serve para a construção e gestão de uma publicação periódica eletrônica. Caso a comunidade acadêmica aprove a política e uso do sistema, a biblioteca pode oferecer suporte às comissões editoriais dos periódicos científicos a serem editados pela UFFS em versão eletrônica.

- Repositório Institucional da UFFS: O Repositório Institucional - RI reunirá os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS e outros documentos que, por sua área de abrangência e/ou caráter histórico, sejam de interesse da instituição preservar e divulgar. O repositório utilizará, *Dspace*, software livre desenvolvido pelo *Massachusetts Institute of Technology* - MIT e *Hewlett-Packard* - HP. Compatível com o protocolo (arquivos abertos) permite fácil recuperação dos metadados através dos serviços de busca na internet. Em 17/10/2012 a UFFS assinou termo de compromisso com o IBICT para implantação do RI. Neste momento o STIDP/DGI está na fase de instalação do software para testes internos. Sua política também já foi elaborada e está em fase de submissão para avaliação.
- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFFS: Sistema que oferece a possibilidade de inserção das teses e dissertações desde o início de sua elaboração até a publicação e recuperação. Integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. Com a possibilidade de implantação do RI sua instalação e testes estão sendo reavaliadas.

4.7.4 PESQUISA JUNTO A COMUNIDADE INTERNA DA UFFS

Os dados integrantes do quadro abaixo correspondem aos resultado da pesquisa realizada pela CPA junto os docentes da UFFS referente a infraestrutura física.

Quadro 39 - Resultado da Pesquisa junto aos docentes da Dimensão: Infraestrutura Física

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
A.7.1.1 Adequação do espaço físico das atividades de ensino (salas de aula e salas de estudo).	10	4,83%	37	17,87%	62	29,95%	80	38,65%		0,00%	4	1,93%	14	6,76%
A.7.1.2 Adequação do espaço físico das atividades de extensão.	6	2,90%	12	5,80%	38	18,36%	91	43,96%	22	10,63%	24	11,59%	14	6,76%
A.7.1.3 Adequação do espaço físico das atividades de pesquisa.	3	1,45%	8	3,86%	30	14,49%	105	50,72%	8	3,86%	39	18,84%	14	6,76%
A.7.1.4 Adequação do espaço físico de circulação.	7	3,38%	35	16,91%	87	42,03%	62	29,95%		0,00%	2	0,97%	14	6,76%
A.7.1.5 Adequação do espaço físico das áreas de vivência.	2	0,97%	16	7,73%	57	27,54%	99	47,83%	2	0,97%	17	8,21%	14	6,76%
A.7.1.6 Adequação, conservação e manutenção das instalações sanitárias.	17	8,21%	59	28,50%	92	44,44%	23	11,11%	1	0,48%	1	0,48%	14	6,76%
A.7.1.7 Divulgação das políticas de segurança e utilização dos espaços físicos.	4	1,93%	26	12,56%	63	30,43%	54	26,09%	35	16,91%	11	5,31%	14	6,76%
A.7.2.1 Adequação de equipamentos para atividades de ensino (em salas de aula e salas de estudo).	19	9,18%	52	25,12%	76	36,71%	44	21,26%		0,00%	2	0,97%	14	6,76%
A.7.2.2 Adequação de equipamentos para atividades de extensão.	6	2,90%	20	9,66%	43	20,77%	77	37,20%	38	18,36%	9	4,35%	14	6,76%
A.7.2.3 Adequação de equipamentos para atividades de pesquisa.	5	2,42%	12	5,80%	38	18,36%	98	47,34%	16	7,73%	24	11,59%	14	6,76%
A.7.2.4 Adequação de equipamentos das áreas de vivência.	1	0,48%	14	6,76%	58	28,02%	71	34,30%	20	9,66%	29	14,01%	14	6,76%
A.7.2.5 Adequação de equipamentos e recursos de informática para docentes.	26	12,56%	58	28,02%	65	31,40%	43	20,77%	1	0,48%		0,00%	14	6,76%
A.7.2.6 Adequação de equipamentos e recursos de informática para discentes.	18	8,70%	38	18,36%	67	32,37%	56	27,05%	14	6,76%		0,00%	14	6,76%
A.7.2.7 Divulgação das políticas de segurança e utilização dos equipamentos.	5	2,42%	21	10,14%	68	32,85%	47	22,71%	40	19,32%	12	5,80%	14	6,76%
A.7.3.1 Adequação do sistema de pesquisa da biblioteca.	19	9,18%	81	39,13%	76	36,71%	11	5,31%	6	2,90%		0,00%	14	6,76%
A.7.3.2 Adequação do espaço da biblioteca.	6	2,90%	24	11,59%	48	23,19%	115	55,56%		0,00%		0,00%	14	6,76%
A.7.3.3 Adequação de mobiliário da biblioteca.	8	3,86%	30	14,49%	62	29,95%	89	43,00%	3	1,45%	1	0,48%	14	6,76%
A.7.3.4 Adequação da política de aquisição de livros, periódicos e multimeios às necessidades dos projetos pedagógicos dos cursos.	5	2,42%	36	17,39%	58	28,02%	88	42,51%	3	1,45%	3	1,45%	14	6,76%
A.7.3.5 Divulgação das políticas de segurança e utilização da biblioteca	6	2,90%	29	14,01%	70	33,82%	39	18,84%	44	21,26%	5	2,42%	14	6,76%
A.7.4.1 Adequação do espaço físico das atividades de ensino: Laboratórios.	3	1,45%	8	3,86%	29	14,01%	106	51,21%	17	8,21%	30	14,49%	14	6,76%
A.7.4.2 Adequação do espaço físico das atividades de pesquisa: Laboratórios.	3	1,45%	6	2,90%	15	7,25%	97	46,86%	25	12,08%	47	22,71%	14	6,76%
A.7.4.3 Adequação do espaço físico das atividades de extensão: Laboratórios.	3	1,45%	4	1,93%	28	13,53%	84	40,58%	31	14,98%	43	20,77%	14	6,76%
A.7.5.1 Adequação dos espaços físicos específicos para pessoas com deficiência: Rampas, elevadores,	4	1,93%	19	9,18%	60	28,99%	77	37,20%	9	4,35%	24	11,59%	14	6,76%

banheiros, estacionamento, etc.															
A.7.5.2 Adequação de equipamentos e mobiliários específicos para pessoas com deficiência.	3	1,45%	14	6,76%	45	21,74%	66	31,88%	38	18,36%	27	13,04%	14	6,76%	

Por meio do quadro acima denota-se que, na maioria das questões da dimensão 07 aplicadas aos docentes foram avaliadas dentro das escalas estabelecidas como suficiente e insuficiente, demonstrando deficiências significativas quanto a infraestrutura física. Em algumas questões apresenta um percentual importante nas escalas do não conheço e não existe.

De outro modo, denota-se que há uma ligeira satisfação em algumas questões sendo presente significativamente as escalas de suficiente e muito bom, podendo ser destacadas as questões sobre instalações sanitárias, estrutura das bibliotecas, equipamentos de ensino para docentes e discentes.

Os dados integrantes do quadro a seguir correspondem aos resultados da pesquisa realizada pela CPA junto aos discentes da UFFS.

Quadro 40 - Resultado da Pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Infraestrutura Física

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta		Respo ndent es
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
B.7.1.1 Adequação do espaço físico das atividades de ensino (salas de aula e salas de estudo).	12	5,66%	34	16,04%	59	27,83%	86	40,57%	0	0,00%	2	0,94%	19	8,96%	212
B.7.1.2 Adequação do espaço físico das atividades de extensão.	7	3,30%	16	7,55%	46	21,70%	78	36,79%	39	18,40%	7	3,30%	19	8,96%	212
B.7.1.3 Adequação do espaço físico das atividades de pesquisa.	4	1,89%	17	8,02%	50	23,58%	87	41,04%	24	11,32%	11	5,19%	19	8,96%	212
B.7.1.4 Adequação do espaço físico de circulação.	10	4,72%	38	17,92%	92	43,40%	52	24,53%	0	0,00%	1	0,47%	19	8,96%	212
B.7.1.5 Adequação do espaço físico das áreas de vivência.	4	1,89%	32	15,09%	73	34,43%	70	33,02%	2	0,94%	12	5,66%	19	8,96%	212
B.7.1.6 Adequação, conservação e manutenção das instalações sanitárias.	31	14,62%	70	33,02%	71	33,49%	21	9,91%	0	0,00%	0	0,00%	19	8,96%	212
B.7.1.7 Divulgação das políticas de segurança e utilização dos espaços físicos.	6	2,83%	41	19,34%	58	27,36%	41	19,34%	37	17,45%	10	4,72%	19	8,96%	212
B.7.2.1 Adequação de equipamentos para atividades de ensino (em salas de aula e salas de estudo).	14	6,60%	47	22,17%	76	35,85%	52	24,53%	1	0,47%	3	1,42%	19	8,96%	212
B.7.2.2 Adequação de equipamentos para atividades de extensão.	9	4,25%	24	11,32%	32	15,09%	58	27,36%	62	29,25%	8	3,77%	19	8,96%	212
B.7.2.3 Adequação de equipamentos para atividades de	7	3,30%	20	9,43%	52	24,53%	61	28,77%	45	21,23%	8	3,77%	19	8,96%	212

pesquisa.																
B.7.2.4 Adequação de equipamentos das áreas de vivência.	5	2,36%	26	12,26%	58	27,36%	62	29,25%	26	12,26%	16	7,55%	19	8,96%	212	
B.7.2.5 Adequação de equipamentos e recursos de informática para docentes.	16	7,55%	47	22,17%	68	32,08%	20	9,43%	41	19,34%	1	0,47%	19	8,96%	212	
B.7.2.6 Adequação de equipamentos e recursos de informática para discentes.	20	9,43%	52	24,53%	68	32,08%	47	22,17%	5	2,36%	1	0,47%	19	8,96%	212	
B.7.2.7 Divulgação das políticas de segurança e utilização dos equipamentos.	10	4,72%	31	14,62%	68	32,08%	32	15,09%	38	17,92%	14	6,60%	19	8,96%	212	
B.7.3.1 Adequação do sistema de pesquisa da biblioteca.	27	12,74%	72	33,96%	66	31,13%	27	12,74%	1	0,47%	0	0,00%	19	8,96%	212	
B.7.3.2 Adequação do espaço da biblioteca.	9	4,25%	41	19,34%	65	30,66%	78	36,79%	0	0,00%	0	0,00%	19	8,96%	212	
B.7.3.3 Adequação de mobiliário da biblioteca.	11	5,19%	39	18,40%	72	33,96%	69	32,55%	1	0,47%	1	0,47%	19	8,96%	212	
B.7.3.4 Adequação da política de aquisição de livros, periódicos e multimeios às necessidades dos projetos pedagógicos dos cursos.	16	7,55%	31	14,62%	53	25,00%	77	36,32%	14	6,60%	2	0,94%	19	8,96%	212	
B.7.3.5 Divulgação das políticas de segurança e utilização da biblioteca.	16	7,55%	45	21,23%	91	42,92%	28	13,21%	12	5,66%	1	0,47%	19	8,96%	212	
B.7.4.1 Adequação do espaço físico das atividades de ensino: Laboratórios.	8	3,77%	8	3,77%	42	19,81%	75	35,38%	23	10,85%	37	17,45%	19	8,96%	212	
B.7.4.2 Adequação do espaço físico das atividades de pesquisa: Laboratórios.	5	2,36%	7	3,30%	33	15,57%	69	32,55%	43	20,28%	36	16,98%	19	8,96%	212	
B.7.4.3 Adequação do espaço físico das atividades de extensão: Laboratórios.	4	1,89%	8	3,77%	36	16,98%	59	27,83%	48	22,64%	38	17,92%	19	8,96%	212	
B.7.5.1 Adequação dos espaços físicos específicos para pessoas com deficiência: Rampas, banheiros, elevadores, estacionamento, etc.	13	6,13%	22	10,38%	53	25,00%	78	36,79%	8	3,77%	19	8,96%	19	8,96%	212	
B.7.5.2 Adequação de equipamentos e mobiliários específicos para pessoas com deficiência.	8	3,77%	17	8,02%	33	15,57%	67	31,60%	41	19,34%	27	12,74%	19	8,96%	212	

O quadro acima demonstra que a maioria das questões da dimensão 07 aplicadas aos discentes foram avaliadas dentro das escalas estabelecidas como suficiente e insuficiente, demonstrando deficiências significativas quanto a infraestrutura física. Em algumas questões apresenta um percentual importante nas escalas do não conheço e não existe.

De outro modo, denota-se que há uma satisfação significativa em algumas questões, podendo ser destacadas as questões sobre instalações sanitárias, segurança, equipamentos para atividades de

ensino, equipamentos de informática para os docentes e discentes, bem como, a estrutura das bibliotecas.

Os dados integrantes do próximo quadro correspondem aos resultados da pesquisa realizada pela CPA junto aos técnicos administrativos da UFFS.

Quadro 41 - Resultado da Pesquisa junto aos Técnicos Administrativos da Dimensão: Infraestrutura Física

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
C.7.1.1 Adequação do espaço físico das atividades de ensino (salas de aula e salas de estudo).	9	6,08%	24	16,22%	49	33,11%	55	37,16%	10	6,76%	1	0,68%	0	0,00%
C.7.1.2 Adequação do espaço físico das atividades de extensão.	7	4,73%	8	5,41%	29	19,59%	47	31,76%	51	34,46%	6	4,05%	0	0,00%
C.7.1.3 Adequação do espaço físico das atividades de pesquisa.	6	4,05%	9	6,08%	24	16,22%	54	36,49%	47	31,76%	8	5,41%	0	0,00%
C.7.1.4 Adequação do espaço físico de circulação.	12	8,11%	25	16,89%	70	47,30%	38	25,68%	2	1,35%	1	0,68%	0	0,00%
C.7.1.5 Adequação do espaço físico das áreas de vivência.	5	3,38%	16	10,81%	43	29,05%	64	43,24%	7	4,73%	13	8,78%	0	0,00%
C.7.1.6 Adequação, conservação e manutenção das instalações sanitárias.	11	7,43%	32	21,62%	70	47,30%	33	22,30%	2	1,35%	0	0,00%	0	0,00%
C.7.1.7 Divulgação das políticas de segurança e utilização dos espaços físicos.	2	1,35%	15	10,14%	48	32,43%	40	27,03%	30	20,27%	13	8,78%	0	0,00%
C.7.2.1 Adequação de equipamentos para atividades de ensino (em salas de aula e salas de estudo).	13	8,78%	32	21,62%	51	34,46%	23	15,54%	28	18,92%	1	0,68%	0	0,00%
C.7.2.2 Adequação de equipamentos para atividades de extensão.	5	3,38%	13	8,78%	31	20,95%	20	13,51%	75	50,68%	4	2,70%	0	0,00%
C.7.2.3 Adequação de equipamentos para atividades de pesquisa.	3	2,03%	13	8,78%	29	19,59%	33	22,30%	67	45,27%	3	2,03%	0	0,00%
C.7.2.4 Adequação de equipamentos das áreas de vivência.	3	2,03%	16	10,81%	43	29,05%	44	29,73%	27	18,24%	15	10,14%	0	0,00%
C.7.2.5 Adequação de equipamentos e recursos de informática para docentes.	11	7,43%	29	19,59%	43	29,05%	11	7,43%	54	36,49%	0	0,00%	0	0,00%
C.7.2.6 Adequação de equipamentos e recursos de informática para discentes.	15	10,14%	30	20,27%	46	31,08%	18	12,16%	39	26,35%	0	0,00%	0	0,00%
C.7.2.7 Divulgação das políticas de segurança e utilização dos equipamentos.	2	1,35%	14	9,46%	53	35,81%	30	20,27%	42	28,38%	7	4,73%	0	0,00%
C.7.3.1 Adequação do sistema de pesquisa da biblioteca.	16	10,81%	56	37,84%	46	31,08%	15	10,14%	15	10,14%	0	0,00%	0	0,00%
C.7.3.2 Adequação do espaço da biblioteca.	5	3,38%	31	20,95%	51	34,46%	54	36,49%	7	4,73%	0	0,00%	0	0,00%
C.7.3.3 Adequação de mobiliário da biblioteca.	8	5,41%	29	19,59%	61	41,22%	41	27,70%	9	6,08%	0	0,00%	0	0,00%
C.7.3.4 Adequação da política de aquisição de livros, periódicos e multimeios às necessidades dos projetos pedagógicos dos cursos.	4	2,70%	21	14,19%	42	28,38%	22	14,86%	57	38,51%	2	1,35%	0	0,00%
C.7.3.5 Divulgação das políticas de segurança e utilização da biblioteca	5	3,38%	18	12,16%	57	38,51%	19	12,84%	46	31,08%	3	2,03%	0	0,00%
C.7.4.1 Adequação do espaço físico das atividades de ensino: Laboratórios.	5	3,38%	10	6,76%	29	19,59%	45	30,41%	50	33,78%	9	6,08%	0	0,00%
C.7.4.2 Adequação do espaço físico das atividades de pesquisa: Laboratórios.	4	2,70%	8	5,41%	24	16,22%	46	31,08%	56	37,84%	10	6,76%	0	0,00%
C.7.4.3 Adequação do espaço físico das atividades de extensão: Laboratórios.	4	2,70%	9	6,08%	22	14,86%	40	27,03%	62	41,89%	11	7,43%	0	0,00%
C.7.5.1 Adequação dos espaços físicos específicos para pessoas com deficiência: Rampas, elevadores, banheiros, estacionamento, etc.	5	3,38%	10	6,76%	49	33,11%	62	41,89%	8	5,41%	14	9,46%	0	0,00%
C.7.5.2 Adequação de equipamentos e mobiliários específicos para pessoas com deficiência.	1	0,68%	5	3,38%	33	22,30%	58	39,19%	34	22,97%	17	11,49%	0	0,00%

O quadro anterior demonstra que da mesma forma como a avaliação feita pelos docentes e discentes, na maioria das questões da dimensão 07 aplicadas aos técnicos administrativos foram avaliadas dentro das escalas estabelecidas como suficiente, insuficiente e não conheço, demonstrando deficiências significativas quanto a infraestrutura física.

Por outro lado, denota-se que há uma satisfação significativa em algumas questões, podendo ser destacadas as sobre instalações sanitárias, segurança, equipamentos para atividades de ensino, equipamentos de informática para os docentes e discentes, bem como, a estrutura das bibliotecas.

Diante disso, percebe-se uma avaliação limitada por parte da comunidade interna sobre a estrutura física predial, o que pode ser um indicativo de que as instalações locadas ou provisórias são insuficientes ou exigem adaptações. Por outro lado, a maioria desses pontos negativos nessa dimensão poderão ser eliminados com mudança no ano de 2013 para os primeiros Blocos das unidades definitivas da UFFS.

4.8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

A competência institucional da UFFS corresponde às principais responsabilidades ou atribuições a serem executadas para atender às demandas dos seus beneficiários diretos e indiretos. Essas estão contempladas pela Lei de Criação da instituição e ainda pelo seu Estatuto.

As principais responsabilidades da UFFS aparecem, em essência, no âmbito de suas atividades fins, a saber, **o ensino**, cujo foco é a formação de excelência acadêmica e profissional, inicial e continuada, nos diferentes campos do saber, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, **a pesquisa** e atividades criadoras em todos os campos do saber, de modo especial em temas ligados à problemática científico-tecnológica, social, econômica, ética, estética, cultural e ambiental, empreendendo ações que busquem alternativas e soluções e **a extensão** universitária, visando ao aperfeiçoamento da organização social e o desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência, da tecnologia, da economia e da política.

4.8.1. PLANEJAMENTO

Para gerenciamento e atendimento dessas grandes responsabilidades, estas são traduzidas em linhas de atuação que, nas políticas de gestão e planejamento da UFFS, sintetizam-se nos Desafios apresentados no Plano Plurianual (PPA) da instituição. Os desafios representam as ações para concretização das políticas públicas elaboradas em âmbito ministerial, cabendo à UFFS, em período de implantação, o trabalho em termos de gerenciamento e execução.

O PPA da UFFS é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma unificada, as diretrizes, objetivos e metas da: Administração Pública Federal; do PNE 2011-2020; I COEPE. Os desdobramentos do PPA apresentam a estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais (Desafios da UFFS), pactuadas com a comunidade universitária e equipe diretiva da UFFS, para viabilizar a missão e o conceito de universidade proposto para esta instituição (pública, gratuita e de qualidade), além de ser um elemento fortalecedor do desenvolvimento regional da fronteira sul. Além disso, o referido plano organiza as ações institucionais na busca de um melhor desempenho da administração da instituição no alcance dos objetivos e metas. O PPA 2012–2015 da UFFS está estruturado conforme demonstrado a seguir.

Figura 4 - Estrutura do Plano Plurianual da UFFS 2012-2015



Sendo que:

- Dimensão Estratégica: é a orientação estratégica que tem como base os macro desafios e a visão de longo prazo do Governo Federal, através do PPA 2012-2015 do Governo; metas e prioridades do MEC definidas no PNE e as diretrizes, objetivos e ações definidas pela comunidade universitária e pela sociedade da fronteira sul na I COEPE.
- Desafios: representam a Dimensão Estratégica do plano. Fazem a ligação com Orçamento do Governo Federal, organizam as grandes linhas de atuação da UFFS e sintetizam as responsabilidades institucionais.
- Objetivos: materialização dos Desafios. Expressam o que deve ser alcançado e as situações a serem alteradas. Contemplam metas e prioridades do MEC definidas no PNE e as diretrizes, objetivos e ações definidas pela comunidade universitária e pela sociedade da fronteira sul na I COEPE.
- Iniciativas: definem os caminhos exequíveis para o alcance dos Objetivos e das transformações definidas na Dimensão Estratégica. A Iniciativa declara as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de Ações orçamentárias e não orçamentárias.
- Ações: é a prática, aquilo que de fato será desenvolvido ao longo de um ano. Relaciona-se com o desempenho das atividades institucionais no nível da eficiência. Busca-se com as Ações a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.

A gestão do Plano Plurianual - PPA consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução de Objetivos, Iniciativas, Ações e Metas da Universidade declarados no plano, assegurando o desenvolvimento institucional e o acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas de educação superior.

A gestão do PPA busca o aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do Planejamento Institucional da UFFS e da gestão administrativa e pedagógica, observando os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade

A Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN mantém sistema de informações sobre a implementação e o acompanhamento do PPA para apoio à gestão, que são atualizadas permanentemente, além de disponibilizá-las de forma estruturada e organizada no sítio da UFFS. O monitoramento do PPA é atividade estruturada a partir da implementação de cada Desafio Temático, e orientada para o alcance das metas da UFFS. A avaliação consiste na análise dos Desafios Temáticos com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação. A PROPLAN promove a adoção de mecanismos de estímulo à cooperação entre setores e *campi* da UFFS com vistas à produção, ao intercâmbio e à disseminação de informações para subsidiar a gestão do Plano Plurianual.

A administração central da UFFS promove a participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e avaliação do Planejamento Institucional, através das audiências públicas do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS e nas Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão, envolvendo a participação de todos os segmentos da Comunidade Universitária.

No âmbito da gestão, os objetivos e as metas da UFFS, durante a vigência do PDI, estão organizados a partir das principais linhas de atuação da universidade desde a sua Lei de Criação. Como descrevem, abaixo o quadro (objetivos da UFFS), tais linhas representam a dimensão estratégica da UFFS, sintetizando as suas responsabilidades institucionais e fazendo ligação com o Orçamento do Governo Federal. Deste modo, as grandes linhas de atuação da universidade compreendem: (i) a manutenção e o funcionamento da UFFS, (ii) a implantação de sua estrutura física, (iii) a assistência ao estudante do ensino superior, (iv) o fomento às ações de ensino,

pesquisa, extensão e pós-graduação, (v) os auxílios e assistências aos serviços, (vi) a capacitação de servidores e (vii) a capacitação de professores, gestores e profissionais da educação básica.

Quadro 42 – Desafios e objetivos da UFFS no âmbito da gestão

DESAFIOS	OBJETIVOS
<p>1 - Funcionamento da Universidade Federal da Fronteira Sul</p> <p>Descrição: Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFFS, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observando os limites da legislação vigente, aquisição de material bibliográfico e promover subsídios para estudos, análise, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como as demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.</p>	<p>Desenvolver ações para assegurar a manutenção, adequação física e funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação da UFFS a fim de formar profissionais de alta qualificação técnica com compromisso social para atuar nos diferentes setores da sociedade, contribuindo para o processo de desenvolvimento regional e nacional do país.</p>
	<p>Manter, atualizar e ampliar o acervo bibliográfico destinado à Instituição, contribuindo para os estudos, pesquisas e publicações científicas.</p> <p>Consolidar os cursos de graduação (reconhecimento dos cursos, acrescentar as palavras início da discussão da política de graduação).</p>
	<p>Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior.</p>

<p>2 - Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul</p> <p>Descrição: Garantia da implantação física da UFFS, propiciando a construção da infraestrutura e das edificações, projetos de arquitetura e engenharia, licitações para contratações de obras, compras de equipamentos e mobiliários, bem como para o desenvolvimento das demais ações pertinentes e necessárias à efetiva implantação da universidade.</p>	<p>Implantar a estrutura física da UFFS consolidando as instalações para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas da instituição.</p> <p>Implantar serviços de infraestrutura de Tecnologia da Informação necessária para o funcionamento das atividades meio e fim da UFFS (comunicação, segurança, infraestrutura, recursos tecnológicos, armazenamento).</p> <p>Criação da comissão de sustentabilidade no ano de 2012, e desenvolvimento de uma metodologia de acompanhamento e avaliação de suas atividades nos anos subsequentes.</p>
<p>3 - Assistência ao Estudante do Ensino Superior</p> <p>Descrição: apoio a projetos educacionais que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de populações específicas, tais como, do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento ou</p>	<p>Promover a Políticas de acesso de estudantes de baixa renda na UFFS.</p> <p>Promover a permanência do estudante no ensino de graduação, evitando a evasão e a retenção na universidade.</p>

<p>auxílio a alimentação, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas da assistência ao estudante e que contribua para o bom desempenho do aluno no ensino superior.</p>	
<p>Condição de Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação</p> <p>Descrição: Desenvolvimento de programas e projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão universitária e de atendimentos às comunidades como: implementação de ações educativas e culturais, manutenção da infraestrutura da extensão universitária para garantir seu funcionamento, e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão; formação de grupos tutoriais, compostos por alunos dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrados ou doutorandos sob a orientação de docentes que possua título de doutor; realização de cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos; realização de projetos, eventos e demais atividades voltados à promoção e incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais, além de outras atividades necessárias ao desenvolvimento dos projetos em questão.</p>	<p>Fomentar o desenvolvimento de projetos pedagógicos de cursos de graduação, Programas de Pós-Graduação e Projetos de Extensão na UFFS, articulando-os com as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional da Educação.</p> <p>Elaborar Políticas de Graduação, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação que promovam ações educativas e culturais junto a comunidade acadêmica e a sociedade civil tendo como referência as diretrizes da Primeira Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão – COEPE.</p> <p>Criar um sistema unificado (através do setor de gestão da informação) de avaliação institucional para padronizar e qualificar os processos de apresentação e seleção de projetos de pesquisa e extensão.</p>

	<p>Promover o aperfeiçoamento operacional e gerencial do sistema de controle acadêmico.</p> <p>Elaborar a política de acompanhamento aos egressos em 2014.</p> <p>Institucionalizar programas de cooperação com diversos países, com ênfase para Portugal e países do Mercosul.</p>
<p>5 - Auxílios e Assistências aos Servidores</p> <p>Descrição: Concessão de Auxílios e benefícios como: assistência médio-hospitalar e odontológica, auxílio-transporte, assistência pré-escolar, auxílio-alimentação e exames médicos periódicos aos servidores, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. Além de Pagamento de Proventos oriundos de direito previdenciário, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.</p>	<p>Proporcionar aos servidores, seus dependentes e pensionistas, condições para a qualidade da saúde física, intelectual e profissional.</p> <p>Implantar programa de exames periódicos aos servidores.</p>
<p>6 - Capacitação de Servidores Públicos Federais da UFFS em Processo de Qualificação e Requalificação</p> <p>Descrição: Realização de ações diversas voltadas à formação e treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos,</p>	<p>Promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas a finalidade da melhoria continuada dos processos de trabalho dos índices de satisfação pelos serviços prestados a sociedade e do crescimento</p>

<p>pagamentos de passagens e diárias, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</p>	<p>profissional.</p> <p>Analisar alternativas para realização de cursos no formato MINTER e DINTER, voltados aos servidores da instituição.</p> <p>Aprovar e implantar política de afastamento para qualificação de servidores docentes e técnico-administrativos.</p>
<p>7 - Capacitação e Treinamento de Profissionais, Professores, Gestores para a Educação Básica</p> <p>Descrição: incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.</p>	<p>Criação de programa integrado das licenciaturas para divulgar e esclarecer aos alunos da Educação Básica sobre as possibilidades da carreira docente.</p>

4.8.2. AVALIAÇÃO

A questão da avaliação institucional na UFFS tem como referência os princípios e diretrizes fixadas pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior no Brasil, SINAES. Esse sistema tem como principal característica a articulação entre os processos de regulação com os de avaliação, considerando este último base ou referência para o desenvolvimento do primeiro.

Na UFFS, as ações concernentes à avaliação institucional são realizadas por meio de quatro entes legalmente constituídos, a saber: (i) por meio da Divisão de Avaliação e Estatística; (ii) da Diretoria de Planejamento (iii) da Pró-Reitoria de Planejamento, e; (iv) por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição.

A Divisão de Avaliação e Estatística tem como principal atribuição a organização e disseminação de informações necessárias para subsidiar os atos e decisões administrativos, bem como orientar os processos avaliativos e regulatórios junto ao Ministério da Educação.

As ações dessa Divisão estão em fase inicial de implantação e, por isso, são direcionadas para a busca, consolidação e disponibilização de subsídios informacionais à comunidade acadêmica e, em especial, à Administração Central da UFFS, auxiliando na criação e operacionalização dos processos de avaliação interna e externa e nos processos de reconhecimento de cursos. Nesse quadro, algumas ações estão em fase inicial de execução, como a criação e manutenção da ferramenta UFFS Gerencial, que proverá à comunidade interna e externa, à Administração Central da Universidade, informações sobre o resultado (parcial e final) das atividades desenvolvidas. Outro aspecto da atuação da Divisão de Avaliação e Estatística diz respeito à promoção da interface com outros setores responsáveis pela aplicação das ações de avaliação e regulação, instituídas pelo Governo Federal, como a Pesquisa Institucional e a Pró-Reitoria de Graduação.

4.8.2.1 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA está implantada e em funcionamento na UFFS, desde 2011. Conforme estabelecido em seu Regimento¹⁹, compete à Comissão Própria de

19

Homologado pelo Conselho Universitário - CONSUNI, por meio da Resolução nº 006/2012.

Avaliação – CPA, a coordenação, condução e articulação do processo de avaliação institucional da UFFS, bem como a sistematização e prestação de informações para subsidiar as avaliações do INEP/MEC e as políticas da UFFS.

Na gestão: 2013-2015, a CPA é formada por 34 membros, 21 titulares e 13 suplentes²⁰. Enquanto tal está inserida numa realidade institucional *multicampi* e compreende, *a priori*, a importância estratégica no uso de ferramentas para autoavaliação que levem em consideração, como cenário vivencial e, portanto, dinâmico, as expectativas da sociedade e as relações que se estabelecem entre estas e os objetivos propostos pela Instituição.

Para dar materialidade a essa prerrogativa, atrelada às funções que a UFFS desempenha e seu compromisso com a inserção ativa na Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno na construção do devir, a CPA encontra amparo na Lei nº 10.861 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, em abril de 2004²¹. Nesse contexto, a Comissão apresentou em 2013 à Comunidade Universitária a proposição do “*Programa de Autoavaliação Institucional – PROAVALIAÇÃO*”, por meio de consulta pública.

Em termos de sua matriz conceitual, o Programa traduz os esforços que vem sendo efetivados na UFFS, no sentido de criar e consolidar uma cultura de autoavaliação com viés emancipatório, a partir da análise detalhada das condições do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, tendo em vista subsidiar os processos de planejamento interno e avaliações externas, assim como contribuir para a tomada de decisão coletiva mais qualificada sobre a Instituição.

Há, pois, o reconhecimento tácito da necessidade de um sistemático e contínuo movimento de conscientização de pessoas e grupos, de modo que se possa garantir, por um lado, a sistematização de dados e informações, a análise coletiva das realizações institucionais e suas formas de administração, e, por outro, identificar e definir as melhores alternativas para superar as dificuldades existentes. Tem-se como objetivo geral do PROAVALIAÇÃO:

Criar e consolidar uma cultura de autoavaliação na UFFS com viés emancipatório, a partir da análise detalhada das condições do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, tendo em vista subsidiar os processos de planejamento interno e avaliações

²⁰UFFS. **Portaria nº 941/GR/UFFS/2011**. Chapecó/SC: UFFS, 15/07/2013.

²¹BRASIL/MEC. **Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 09 ago. 2013.

externas, assim como contribuir para a tomada de decisão coletiva mais qualificada sobre a Instituição.

Em termos específicos, o Programa pretende:

- a) Implantar um programa de autoavaliação institucional, orientado para a produção de conhecimentos sobre a Universidade, oportunizando, por um lado, a revisão e o aperfeiçoamento de suas políticas e seus programas e projetos e, por outro, o crescimento das iniciativas de inclusão, autonomia e participação;
- b) Promover espaços institucionais de diálogo e conexão que garantam o acesso e a presença de atores da Comunidade Universitária, envolvidos diretamente com o objeto de avaliação de maneira sistemática, contínua e progressiva;
- c) Estimular, orientar e apoiar à Comunidade Universitária da UFFS, na construção do sentimento de pertencimento, autoria e participação qualificada ao Programa de Autoavaliação Institucional – PROAVALIAÇÃO, em parceria com Equipes Multi e Intersetoriais: CPA, PROPLAN/DAES e PROGRAD;
- d) Acompanhar de modo permanente o programa de autoavaliação, apresentando propostas para melhoria de qualidade, a partir das potencialidades existentes e colaborando, de maneira conjunta, para a transparência das ações institucionais como um todo, em seus diversos níveis;
- e) Promover atividades para a sensibilização da Comunidade Universitária, quanto ao significado e a relevância da avaliação institucional, destacando seu caráter formativo;
- f) Realizar audiência das opiniões advindas da Comunidade Universitária sobre o PROAVALIAÇÃO;
- g) Sistematizar e disponibilizar informações advindas do PROAVALIAÇÃO para fortalecer a integração da Universidade com a Comunidade Externa em seu compromisso social e, ao mesmo tempo, retroalimentar os trabalhos avaliativos das Comissões designadas pelo MEC/INEP/CA-PES;
- h) Monitorar os processos de tomada de decisão e resultados deles decorrentes, como forma de proporcionar flexibilização, adequação e pertinência dos mesmos às diretrizes, aos princípios, critérios e padrões definidos pela Universidade no exercício de sua autonomia, assim como, aos indicadores do SINAES.

Desse ponto e vista, o PROAVALIAÇÃO assume a responsabilidade de trabalhar a ideia de autoavaliação como uma estratégica de governo e, como tal, um importante instrumento de democratização institucional, na perspectiva de se fortalecer, a partir dele, um canal privilegiado de interlocução com a sociedade para a difusão pública de informações cada vez mais qualificadas (com linguagem compreensível e acessível) sobre a UFFS, assegurando a transparência das ações realizadas.

Ressalta-se, igualmente, o papel da CPA nas tentativas engendradas em favor da implantação do PROAVALIAÇÃO, na consolidação de relatórios, nas mudanças a serem viabilizadas e na integração dos resultados aos planejamentos institucionais, enfim, na sistematização de práticas institucionais que consolidem, de fato, a propositura de uma sólida cultura avaliativa.

Em sua dinâmica processual o Programa possui uma estrutura matricial baseada no SINAES. Portanto, ainda está em vigência, pelo SINAES, a organização dos processos de avaliação em dimensões. São elas:

1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. A comunicação com a sociedade;
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora,

e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
9. Políticas de atendimento aos estudantes e egressos;
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Para gerir o Programa, de acordo com aquilo que está previsto no Art. 5º, de seu Regimento Interno, a CPA da UFFS deverá exercer um conjunto de seis atribuições básicas. São elas:

- I. Promover a construção de uma política de avaliação institucional na UFFS;
- II. Elaborar e executar o projeto de autoavaliação da Universidade;
- III. Conduzir o processo de autoavaliação da Instituição, elaborar pareceres e encaminhar recomendações aos demais órgãos da Universidade;
- IV. Implementar ações visando a sensibilização da comunidade universitária para o processo de avaliação na Universidade;
- V. Elaborar o relatório de avaliação institucional e proceder seu encaminhamento aos órgãos competentes;
- VI. Coletar e sistematizar as informações referentes ao processo de autoavaliação da Universidade.

A partir delas e considerando, conjuntamente, o atendimento das dez dimensões já mencionadas, o Programa possui uma organização fundada em três etapas: planejamento, execução e divulgação dos resultados.

Nas etapas de planejamento e execução são evidenciados os movimentos de participação e legitimação no processo avaliativo. Nelas estão contidas, também, as fases de elaboração dos instrumentos para coleta de dados diversificados, a saber: questionários, roteiros e grupos focais. Em sua formulação estão contempladas:

- a) as fontes, destacando onde serão buscados os dados e informações referentes aos indicadores, assim como quem os fornecerá.
- b) as questões geradoras, focadas em cada uma das dimensões do SINAES e norteadoras de sua avaliação;
- c) os indicadores e descritores, especificando as evidências concretas, sejam qualitativas e/ou quantitativas, relativas à realidade institucional a ser retratada ou que está sendo objeto da avaliação, propriamente dita;

Na etapa de divulgação dos resultados, merecem destaque as iniciativas de tomada de decisão.

Merece destaque, também, o esforço coletivo na constituição de dois tipos de Equipes, responsáveis pela Cogestão do Programa. São elas:

- a) Equipes Intersetoriais: CPA, PROGRAD e de ambas com as Coordenações Acadêmicas e/ou Coordenações de Cursos, para fins de orientação sobre as visitas das Comissões de Avaliação Externa, MEC/INEP;
- b) Equipes Multisetoriais: i) CPA, PROPLAN/DAES e TI na definição das estratégias metodológicas e o gerenciamento dos procedimentos de coleta e análise dos dados documental, assim como, a elaboração e aplicação de instrumentos destinados à pesquisa de satisfação; ii) CPA, PROGRAD e TI na definição das diretrizes, metas e demais procedimentos para a realização de processos de avaliação interna dos Cursos;

Para coordenar todas as ações do PROAVALIAÇÃO, a CPA possui espaço físico reservado para suas atividades e espaço no sítio da UFFS onde estão divulgadas suas principais informações. Para facilitar a comunicação há, no ambiente *moodle*, uma sala dedicada aos membros da CPA, possibilitando a troca de informações e algumas reuniões são realizadas por vídeo conferência. Outro contato disponível para comunicação com a comunidade é o e-mail cpa.uffs@uffs.edu.br

Vale lembrar, também, que [a CPA irá organizar o relatório final de autoavaliação de acordo com as orientações e recomendações do SINAES. O relatório de autoavaliação será utilizado para:](#) a) Reconhecimento dos cursos de graduação; b) Reconhecimento da Universidade; c) Realizar um balanço crítico das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, para subsidiar as tomadas de decisões. d) [Encaminhar o relatório ao MEC](#) .

O Relatório de Autoavaliação 2013 é disponibilizado [na página da CPA no site da Universidade](#) para acesso de toda a comunidade, interna e externa, a todos os órgãos colegiados e constituíram um banco de dados para subsidiar a Universidade na melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Instituição.

É importante destacar, ainda, que durante o processo de autoavaliação a Comissão Própria de Avaliação organiza um Seminário de Autoavaliação Institucional com a comunidade externa. Para os encontros são convidadas lideranças e representantes de entidades e instituições públicas e da comunidade civil envolvidas de alguma forma com as atividades da UFFS nas regiões de abrangência, bem como pessoas da comunidade que desejassem participar.

Figura 5 - Cartaz de divulgação do seminário com a comunidade externa

UFFS

CPA - Comissão Própria de Avaliação

Seminário de Autoavaliação Institucional com a Comunidade Externa

Público-alvo
Líderanças e representantes das entidades da região de abrangência da UFFS - Campus Chapecó/SC, Erechim e Cerro Largo/RS, Laranjeiras do Sul e Realeza/PR

Metodologia
Apresentação das dez dimensões institucionais de autoavaliação;
Abertura para discussão e avaliação de cada dimensão;
Organização de relatório com os principais pontos discutidos

Objetivo
Realizar a autoavaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão e gestão da UFFS por meio da participação da comunidade externa

Contato: cpa.uffs@uffs.edu.br

Locais
Campus Cerro Largo – 20/02/13 – 13h30
Auditório Principal
Campus Erechim – 21/02/13 – 19h00
Auditório do Campus
Campus Realeza – 21/02/13 – 19h00
Auditório do Campus
Campus Chapecó – 22/02/13 – 14h00
Auditório da Unidade Seminário
Campus Laranjeiras do Sul – 02/03/13 – 14h00
Auditório do Campus

Os eventos são organizados pela CPA da UFFS, a qual definiu como metodologia de trabalho a apresentação das dez dimensões institucionais de autoavaliação constantes no SINAES, abertura para discussão e avaliação de cada uma das dimensões e a organização de um documento final do evento com as sugestões e encaminhamentos surgidos durante as discussões. As questões orientadoras do debate/avaliação em cada uma das dimensões institucionais de autoavaliação são as seguintes:

Dimensão I:

Percepção da comunidade externa quanto aos objetivos e finalidades da universidade.

Dimensão II:

Os cursos de graduação ofertados atendem as expectativas da comunidade externa da região de abrangência da UFFS.

Os projetos de pesquisa e extensão atendem as expectativas da comunidade externa da região de abrangência da UFFS.

Os cursos de pós-graduação ofertados atendem às demandas da região.

Dimensão III:

Como a UFFS vem desenvolvendo suas ações no que se refere à inclusão social, acesso e permanência na universidade.

Como a UFFS vem desenvolvendo suas ações no que se refere ao desenvolvimento econômico e social da comunidade regional.

Como a UFFS vem desenvolvendo suas ações no que se refere à defesa do meio ambiente, da memória cultural, produção artística e do patrimônio cultural.

Dimensão IV:

O conhecimento das atividades desenvolvidas pela universidade.

A forma de acesso às informações da universidade.

Dimensão V:

Condições de trabalho e qualificação dos servidores da universidade.

Dimensão VI:

A representação da comunidade externa nos processos de tomadas de decisões da universidade.

Dimensão VII:

A adequação do espaço físico e equipamentos para as atividades de ensino, pesquisa, extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação na UFFS.

Dimensão VIII:

A adequação dos processos de planejamento e avaliação institucional.

Dimensão IX:

A adequação das políticas de atendimento aos estudantes para garantir a permanência e êxito de estudantes de classes historicamente excluídas do meio universitário.

Dimensão X:

A adequação dos recursos financeiros na melhoria e ampliação dos espaços físicos e no atendimento às demandas do ensino, da pesquisa e da extensão.

No conjunto dessas etapas e ações citadas anteriormente, faz-se presente uma série de funções e atividades, listadas, a seguir.

Quadro 43 – Etapas do trabalho do PROAVALIAÇÃO

ETAPAS DE TRABALHO DO PROAVALIAÇÃO	
PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO	
ATRIBUIÇÕES	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a construção de uma política de avaliação institucional na UFFS; 2. Elaborar e executar o projeto de autoavaliação da Universidade; 3. Conduzir o processo de autoavaliação da Instituição, elaborar pareceres e encaminhar recomendações aos demais órgãos da Universidade; 4. Coletar e sistematizar as informações referentes ao processo de autoavaliação da Universidade. 	
FUNÇÕES	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação de um programa de autoavaliação institucional, orientado para a produção de conhecimentos sobre a Universidade, oportunizando, por um lado, a revisão e o aperfeiçoamento de suas políticas e seus programas e projetos e, por outro, o crescimento das iniciativas de inclusão, autonomia e participação; 2. Promoção de espaços institucionais de diálogo e conexão que garantam o acesso e a presença de atores da Comunidade Universitária, envolvidos diretamente com o objeto de avaliação de maneira sistemática, contínua e progressiva; 3. Estímulo, orientação e apoio à Comunidade Universitária da UFFS, na construção do sentimento de pertencimento, autoria e participação qualificada ao Programa de Autoavaliação Institucional – PROAVALIAÇÃO, em parceria com Equipes Multi e Intersetoriais: CPA, PROPLAN/DAES e PROGRAD; 4. Acompanhamento permanente ao programa de autoavaliação, apresentando propostas para melhoria de qualidade, a partir das potencialidades existentes e colaborando, de maneira conjunta, para a transparência das ações institucionais como um todo, em seus diversos níveis. 	

ATIVIDADES

1. Elaboração do PROAVALIAÇÃO para o período compreendido entre os anos de 2013-2015;
2. Definição de um calendário semestral de ações para o PROAVALIAÇÃO;
3. Coordenação geral do PROAVALIAÇÃO nos vários *Campi* e setores da Universidade, encaminhando providências e ações que assegurem, por um lado, a agilidade, eficiência e eficácia dos trabalhos e, por outro, permitam a constituição de um banco de dado consistente para a manutenção da memória institucional;
4. Elaboração de instrumentos para coleta de dados diversificados - questionários, roteiros e grupos focais - sobre os indicadores de satisfação da Comunidade Universitária com a prestação dos serviços na UFFS;
5. Realização de ações acadêmicas de natureza técnica e procedimental, direcionadas para validação de instrumentos de coleta – questionários;
6. Acompanhamento sistemático do conjunto de ações definidas como encaminhamentos pelo processo de autoavaliação;
7. Realização de reuniões: a) gerais da CPA e/ou nos *Campi* para planejamento dos trabalhos, nos modos presenciais e por videoconferência; b) com Equipes Intersetoriais com a PROGRAD e de ambas com as Direções de Campus, Coordenações Acadêmicas e/ou Coordenações de Cursos, para fins de orientação sobre as visitas das Comissões de Avaliação Externa, MEC/INEP;
8. Formação de parcerias internas na UFFS, por meio da constituição de Equipes Multisetoriais na cogestão do processo de autoavaliação, constituída: a) pela CPA, PROPLAN/DAES e TI: na definição das estratégias metodológicas e o gerenciamento dos procedimentos de coleta e análise dos dados documental, assim como, a elaboração e aplicação de instrumentos destinados à pesquisa de satisfação; b) pela CPA, PROGRAD

e TI: na definição das diretrizes, metas e demais procedimentos para a realização de processos de avaliação interna dos Cursos;

9. Mobilização da Comunidade Universitária, interna e externa, para inserção no PROVALIAÇÃO, ampliando sua capacidade atuação acadêmica e participação social;
10. Atendimentos de demandas e sistematização de ideias e sugestões oriundas dos diversos Segmentos e Setores da UFFS sobre o processo de autoavaliação institucional;
11. Atendimento à Comunidade Universitária para identificação de públicos e demandas existentes;
12. Organização de material informativo e vinculado ao escopo de atuação da CPA, em agendas de trabalho com as Comissões de Avaliação Externas do MEC/INEP/CAPES;
13. Consulta Pública à Comunidade Universitária sobre assuntos pertinentes ao PROAVALIAÇÃO, por meio da constituição de espaços interativos de comunicação e articulação;
14. Participação de membros da CPA em atividades de formação e treinamento realizadas pelo MEC/INEP;
15. Processamento das informações, análise e interpretação dos dados para fins de elaboração de relatórios parciais e finais;
16. Revisão do Regimento Interno da CPA e encaminhamento do mesmo ao CONSUNI para apreciação.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

ATRIBUIÇÕES

5. Implementar ações visando a sensibilização da comunidade universitária para o processo de avaliação na Universidade.
6. Elaborar o relatório de avaliação institucional e proceder seu encaminhamento aos órgãos competentes.

FUNÇÕES

1. Promoção de atividades para a sensibilização da Comunidade Universitária, quanto ao significado e a relevância da avaliação institucional, destacando seu caráter formativo;
2. Audiência das opiniões advindas da Comunidade Universitária sobre o PRO-AVALIAÇÃO;
3. Sistematização e disponibilização das informações advindas do PRO-AVALIAÇÃO para fortalecer a integração da Universidade com a Comunidade Externa em seu compromisso social e, ao mesmo tempo, retroalimentar os trabalhos avaliativos das Comissões designadas pelo MEC/INEP/CAPES.
4. Monitoramento dos processos de tomada de decisão e resultados deles decorrentes, como forma de proporcionar a flexibilização, adequação e pertinência dos mesmos às diretrizes, aos princípios, critérios e padrões definidos pela Universidade no exercício de sua autonomia, assim como, aos indicadores do SINAES.

ATIVIDADES

1. Acompanhamento das ações institucionais decorrentes do processo de autoavaliação desencadeado pelo PRO-AVALIAÇÃO e que necessitam ser aprimoradas e revistas periodicamente;
2. Elaboração de relatórios parciais e finais, sobre o processo de autoavaliação da UFFS, em diferentes versões, tendo em vista a divulgação dos resultados;
3. Organização de ciclos de estudos - debates, seminários temáticos e encontros, no âmbito do Campus, para a socialização dos resultados do PRO-AVALIAÇÃO, em fóruns de interlocução ampliados com as Comunidades

Interna e Externa;

4. Visita aos *Campi* para reuniões com a Reitoria, Pró-Reitorias, Direção de Campus, Colegiados de Cursos e/ou demais Setores/Segmentos para debater, coletivamente, assuntos de competência da CPA visando, em última análise, a disseminação de uma cultura de autoavaliação, aliada a proposição de ações, parcerias e encaminhamentos de planejamento e (re)planejamento, no curto, médio e longo prazos;
5. Participação da CPA ou representação dela, nos Conselhos Superiores da Universidade, quando solicitada;
6. Participação da CPA ou representação dela, em audiências públicas para tratar de questões de interesse da UFFS.
7. Solicitação de matéria/artigo nos meios de comunicação, por meio dos Setores Responsáveis na UFFS pelas tratativas, com o intuito de socialização dos resultados do PROAVALIAÇÃO;
8. Manutenção do *site* e também do ambiente *moodle* da CPA, atualizados.
9. Remessa para fins de postagem no Sistema E-MEC, pela Pesquisadora Institucional - PI, do Relatório Anual da AutoAvaliação Institucional da UFFS.

4.9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

As políticas de atendimento aos discentes da UFFS têm como objetivos principais: reduzir as taxas de retenção e evasão; assegurar condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal; e, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior. Nesse contexto, o aprimoramento e a criação de ações no que concerne à política de atendimento aos discentes serão constantes e as atividades serão reguladas por editais específicos.

Para gerenciar essas políticas, a UFFS possui a Secretaria Especial de Assuntos Estudantis – SEAE, que tem por objetivo auxiliar o estudante em sua permanência e conclusão do curso na universidade. A prática de assistência estudantil é orientada pela Portaria nº 39 de 12 de dezembro de 2007 e o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Também há respaldo na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, que enfocam a igualdade de condições para acesso e permanência de estudantes na instituição de ensino. Desenvolve ações nas diversas áreas de assistência estudantil e vivência universitária, atendendo a população discente em diversas facetas de sua formação com o objetivo de estimular a integração acadêmica e social dos estudantes, buscando auxiliar na permanência e formação do universitário.

Das dez áreas que devem ser contempladas na assistência estudantil, conforme o Decreto Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010 - moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação – a UFFS ainda não desenvolve ações no que se refere à inclusão digital, creche e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Na sequência será exposto o que vem acontecendo na UFFS. A seguir evidenciam-se os Programas existentes.

4.9.1 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

A UFFS disponibiliza, para apoiar pedagogicamente e financeiramente os acadêmicos, um conjunto de bolsas e auxílios, a partir de diversos programas de apoio, conforme descrição a

seguir.

Bolsa Permanência: modalidade de auxílio socioeconômico que consiste no repasse de dinheiro aos estudantes com carência comprovada e pode-se somar a outros auxílios e outras bolsas como pesquisa, extensão, etc. Esta modalidade de bolsa visa disponibilizar as condições de permanência dos estudantes com carência comprovada no ensino superior para reduzir os índices de evasão e garantir tranquilidade aos estudantes para que possam se focar nos seus estudos e melhorar sua formação acadêmica. Sua concessão ocorre mediante análise socioeconômica e análise documental. A duração pode ser até 10 meses, contemplando o período em que é concedida até o final do ano letivo.

Bolsa Esporte: modalidade de bolsa concedida ao acadêmico dentro de determinadas modalidades para facilitar a realização de esportes na UFFS como prevê o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Tem como objetivos: fomentar a prática de esportes entre os acadêmicos; preparar para os jogos universitários; fortalecer o movimento estudantil. Sua concessão sucede mediante edital de seleção que afere aptidões do estudante na modalidade que pretende a bolsa, sendo sua duração de 10 meses.

Auxílio alimentação: a manutenção e pagamento deste auxílio estão diretamente ligados a concretização do Restaurante Universitário. Discentes com vulnerabilidade socioeconômica comprovada terão isenção ou redução dos valores pagos no RU.

Auxílio moradia: concedido aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica não contemplados pelas vagas da moradia estudantil.

Auxílio transporte: tendo em vista a distância dos campi em relação aos centros urbanos faz-se necessário garantir o pagamento desse auxílio.

Auxílio creche: benefício concedido aos acadêmicos com vulnerabilidade socioeconômica com o intuito de estimular sua permanência na universidade. Este auxílio será concedido aos estudantes não contemplados com vagas nas creches públicas.

Auxílio material didático: auxílio financeiro que tem o objetivo de custear parte das despesas dos alunos com material didático para a participação dos mesmos nas atividades acadêmicas, especialmente para aqueles cursos que demandam maiores gastos.

Viagens de estudo, apresentação de trabalhos e participação em eventos: o estudante receberá o auxílio financeiro para custear suas despesas mediante comprovação de vinculação direta da atividade com a área de formação do curso.

BOLSA PERMANÊNCIA: Esta modalidade de bolsa visa disponibilizar condições financeiras para a permanência dos acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior a fim de reduzir os índices de evasão, possibilitando condições mais igualitárias para que o estudante possa responder às demandas de uma formação universitária de qualidade. Sua concessão depende da análise socioeconômica, conforme resolução própria, bem como de editais específicos. Além da bolsa permanência, o estudante pode receber um auxílio (moradia, transporte e alimentação) mais outra bolsa acadêmica. A duração da bolsa será definida em edital específico. (no texto está 10 meses)

4.9.2 ESTRUTURA FÍSICA

Restaurante Universitário: O Restaurante Universitário contribui como um estímulo à permanência dos discentes na UFFS a medida que possibilita à comunidade universitária refeições básicas e necessárias, por um valor acessível, de qualidade para que possa permanecer em tempo integral na Universidade e desempenhar suas atividades acadêmicas de modo satisfatório. O julgamento do processo de isenção é independente do processo de seleção de acesso à moradia estudantil, contudo, interligados.

Moradia Estudantil: A oferta de Moradia Estudantil tem como objetivo atender discentes oriundos do Sistema Público de Ensino e/ou em estado de comprovada carência financeira que o impeça de custear despesas com moradia. É necessário, como condição de acesso ao auxílio que os discentes pertençam a outras regiões ou cidades em que o deslocamento o impeça de atender aos compromissos acadêmicos. Os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica não contemplados pelas vagas da moradia estudantil terão direito ao auxílio moradia.

Ginásio poliesportivo: construção ou locação de espaços que permitam a realização de atividades esportivas. Tais atividades estão previstas no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

4.9.3. APOIO PSICOPEDAGÓGICO

Acontece por meio do acompanhamento/nivelamento pedagógico que tem como objetivo atender à comunidade discente em suas dificuldades psicopedagógicas. Para tanto, serão implementadas as seguintes ações: levantamento estatístico dos dados dos históricos dos discentes; diagnóstico para mapeamento dos aspectos cognitivos e sociais; identificação dos estudantes com maiores dificuldades e necessidades especiais e acompanhamento psicopedagógico do discente com vistas à solução dessas dificuldades. A auto-avaliação estudantil será implementada com o objetivo de sensibilizar o discente com relação a sua responsabilidade para com sua formação e identificar demandas psicopedagógicas e sociais. Realizando atendimento aos estudantes através de uma equipe multidisciplinar composta por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, técnico em assuntos educacionais e nutricionista. Atividades estas integradas aos Laboratórios de Ensino Aprendizagem Paulo Freire.

4.9.4 NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE

O estímulo à permanência ocorre também com o Núcleo de Acessibilidade, sendo o atendimento aos discentes portadores de necessidades especiais um dos compromissos Institucionais da UFFS. Nesse sentido, serão implementadas políticas que visam ações de entrada e permanência desses discentes. Com o mesmo objetivo serão apoiadas ações que visem a conscientização da comunidade acadêmica através do apoio e incentivo à realização de eventos pedagógicos e culturais com tal fim. Nesse sentido, a construção de políticas de apoio e inclusão acadêmica procurará oferecer todas as condições para que os portadores de necessidades especiais obtenham autonomia e participem de todos os espaços de convivência e estudos que a UFFS oferecerá. O núcleo de Acessibilidade terá os seguintes objetivos:

- a) Propor e implementar políticas de flexibilização do processo ensino-aprendizagem de modo a atender às diferenças individuais;
- b) Apoiar políticas de adoção de currículos abertos e de propostas curriculares diversificadas para atender a todos e propiciar o progresso de cada um em função das possibilidades e diferenças individuais;
- c) Propor adequação de espaços físicos sempre que houver demanda para tal.

UFFS tem como diretriz pautar o seu desenvolvimento em consonância com a Política Nacional de Acessibilidade, principalmente no que se refere a Lei da Acessibilidade nº10098/94, entre outras . As ações visam facilitar o acesso das pessoas com necessidades ao ambiente acadêmico, para o desenvolvimento de suas atividades em condições adequadas, com o suporte de tecnologias assistidas que favoreçam a autonomia pessoal. Com isso, objetiva-se contribuir para o exercício pleno da cidadania e para uma vida digna, produtiva e independente.

Em menos de três anos de existência, a UFFS conta em seu quadro discente com PNEs surdos, baixa visão, cegos, deficientes físicos e altas habilidades.

O Núcleo de Acessibilidade está sendo implantado de forma a oferecer aos alunos com deficiência, TGDs e/ou altas habilidades/superdotação, atendimento educacional especializado e atendimento humanizado. Além disso, está em construção a Política Interna de Acessibilidade e as Políticas de Ações Afirmativas, que direcionam o olhar acadêmico para as comunidades indígenas, quilombolas e afrodescendentes, de forma a garantir o acesso dos diversos sujeitos à Universidade Pública e assegurar a sua permanência.

4.9.5. ESTÁGIOS E MONITORIAS

São oferecidos estágios obrigatório e não-obrigatório. O estágio obrigatório constitui-se num componente integrante da matriz curricular dos projetos dos cursos, com carga horária própria, cujo cumprimento é requisito para aprovação e obtenção do diploma. O estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional complementar, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Ambos têm como objetivo a formação acadêmico-profissional do aluno. Conforme legislação um aluno pode estagiar por no máximo dois anos em uma mesma entidade, exceção é feita aos alunos portadores de necessidades especiais.

A UFFS compreende a importância dos estágios na formação de todas as áreas de conhecimento e procura contribuir nesse processo colocando-se a disposição, mediante análise, para receber alunos de outras instituições de ensino para a realização de estágios obrigatórios.

Eventualmente, conforme necessidade, são disponibilizadas vagas nos setores da UFFS para a realização de estágios não obrigatórios. Essas vagas de estágio não obrigatório são disponibilizadas mediante processo de seleção regido por edital específico. Os alunos selecionados são contratados como estagiários pela UFFS recebendo bolsa e auxílio transporte conforme a legislação vigente.

O Programa de Monitorias é caracterizado como uma modalidade de ensino e aprendizagem que contribui com a formação do acadêmico e integra as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação. Tem por finalidade despertar e sensibilizar nos acadêmicos o interesse pelo fazer docente, bem como contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de graduação. O programa abrange duas modalidades: Monitoria remunerada e Monitoria não remunerada.

Desenvolve-se por meio da elaboração e execução de projeto de monitoria de um ou mais componentes(s) curricular(es), dos cursos. Cada projeto de monitoria poderá ter um ou mais professores orientadores, limitando a orientação de cada professor orientador a no máximo 04 (quatro) monitores. Entretanto, somente um professor será responsável pelo projeto de monitoria, respondendo institucionalmente pelo seu andamento.

O monitor desempenha suas atividades, durante o período estipulado no projeto de monitoria, cumprindo 12 horas semanais sendo acompanhado pelo docente responsável pelo projeto e pelo colegiado do curso ao qual está vinculado o projeto. As atividades de monitorias são realizadas mediante edital institucional que organiza e regulamenta as atividades dos monitores juntos aos cursos de graduação.

BOLSA ESPORTE: é concedida ao acadêmico dentro de determinadas modalidades esportivas, tendo como objetivos fomentar a prática de esportes entre os acadêmicos e incentivar a participação nos jogos universitários, contribuindo para o fortalecimento do movimento estudantil e buscando o desenvolvimento integral do estudante, conforme prevê o Plano Nacional De Assistência estudantil (PNAES). A seleção dos bolsistas é regida por edital específico, bem como a sua duração. (no texto está 10 meses)

4.9.6 PROGRAMA DE INTERCÂMBIO E MOBILIDADE ESTUDANTIL

O Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil é outro fator que contribui como um estímulo a permanência dos discentes na instituição, pois objetiva apoiar e oportunizar aos discentes a realização de atividades de pesquisa e extensão e de cursar disciplinas da graduação e pós-graduação em instituições conveniadas dentro e fora do País. Essas políticas dependerão da existência de convênios previamente firmados e reconhecidos como legítimos por Instituições e Estados, da compatibilidade/aproveitamento das disciplinas dos programas, do reconhecimento

pelo MEC do Curso/disciplina, da realização de seguro de vida pelo discente através da UFFS e autorização de saída do discente dos setores responsáveis da UFFS.

4.9.7 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

A UFFS apoiará a organização estudantil dentro das formas legais do Estado de Direito e Democrático. A sua forma de organização e manutenção deverá ser estipulada em Estatuto Próprio e de tal modo a não ferir o PDI da UFFS, o PPC do Curso que representa e qualquer outra resolução legal da UFFS, inclusive no âmbito dos Cursos. Será assegurada a representatividade nos colegiados a presença de um representante discente com o intuito de contribuir ao bom andamento das atividades do curso e representar os anseios de seus pares.

4.9.8 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A UFFS é uma instituição nova e em fase de implantação. Nesse contexto, as políticas definidas para estabelecer processos e procedimentos para o acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão estão em construção.

Todavia, a universidade reconhece a necessidade da construção de políticas, instrumentos e procedimentos para traçar o perfil do egresso em comparação com os objetivos e propósitos dos cursos ofertados para integralizar a sua formação ética e profissional.

Nesse sentido, a instituição pretende elaborar um cadastro para acompanhamento dos concluintes, destacando aspectos referentes aos cursos oferecidos pela UFFS, a partir das expectativas sociais e mercadológicas e contribuindo para o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos.

4.9.9 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA

Para estimular a permanência dos acadêmicos na UFFS a meta é desenvolver um programa de acompanhamento pedagógico, visando melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes e reduzir os índices de repetências e evasão. Para tanto, serão implementadas em cada campus as seguintes ações: levantamento estatístico dos dados dos históricos dos discentes;

diagnóstico psicológico (através de entrevistas e preenchimento de questionários com esse fim) para mapeamento dos aspectos cognitivos e sociais; identificação dos estudantes com maiores dificuldades e necessidades especiais e acompanhamento psicopedagógico do discente com vistas à solução dessas dificuldades. A autoavaliação estudantil será implementada com o objetivo de sensibilizar o discente com relação a sua responsabilidade para com sua formação e identificar demandas psicopedagógicas.

Corroborando, ainda, com o estímulo a permanência na UFFS, a oferta de Moradia Estudantil, que tem como objetivo atender discentes oriundos do Sistema Público de Ensino e/ou em estado de *comprovada* carência financeira que o impeça de custear despesas com moradia. É necessário, como condição de acesso ao auxílio que os discentes pertençam a outras regiões ou cidades em que o deslocamento o impeça de atender aos compromissos acadêmicos. Em época de vestibular poderão ser disponibilizados a todos aqueles que atendam as condições acima estipuladas moradia temporária, no período de realização da seleção unicamente e sob demanda.

O Restaurante Universitário contribui como um estímulo à permanência dos discentes na UFFS a medida que possibilita à comunidade universitária refeições básicas e necessárias, por um valor módico, de qualidade para que possa permanecer em tempo integral na Universidade e desempenhar suas atividades acadêmicas de modo satisfatório. A isenção ou redução de valores poderá ser requisitada mediante a *comprovada* carência financeira para custear sua alimentação. O julgamento do processo de isenção é independente do processo de seleção de acesso à moradia estudantil, contudo, interligados. Discentes com bolsas e auxílios não terão o direito de requer isenção no RU.

O Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil é outro fator que contribui como um estímulo a permanência dos discentes na instituição, pois objetiva apoiar e oportunizar aos discentes a realização de atividades de pesquisa e extensão e de cursar disciplinas da graduação e pós-graduação em instituições conveniadas dentro e fora do País. Essas políticas dependerão da existência de convênios previamente firmados e reconhecidos como legítimos por Instituições e Estados, da compatibilidade/aproveitamento das disciplinas dos programas, do reconhecimento pelo MEC do Curso/disciplina, da realização de seguro de vida pelo discente através da UFFS e autorização de saída do discente dos setores responsáveis da UFFS.

Em síntese pode-se observar, que a Assistência ao Estudante de Ensino Superior – ação 4002, no caso das instituições federais, é realizada com base no apoio financeiro a projetos educacionais apresentados e que contribuam para a democratização do próprio ensino, por meio

de ações que possibilitem o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Insere-se nesse contexto, o fornecimento ou auxílio à alimentação, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas da assistência ao estudante e que contribua para o bom desempenho do aluno no ensino superior. E, ainda, a concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção dos estudantes carentes, inclusive estrangeiros, matriculados em cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior. Sem deixar de considerar, atividades visando promover a permanência do estudante em nível de graduação, evitando a evasão e a retenção nas universidades, por meio de ações que contemplem os estudantes do ensino superior, inclusive estrangeiros, e o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições de ensino superior.

Quadro 44 – Acompanhamento Físico da Ação 4002

Acompanhamento Físico da Ação 4002	
Produto	Aluno Assistido
Unidade	Unidade
Físico inicial	1500
Físico executado em 2013	2130
Físico reprogramado	-----

Os auxílios concedidos foram:

- a) Auxílio Permanência;
- b) Auxílio Moradia;
- c) Auxílio Transporte;
- d) Auxílio Alimentação;
- e) Bolsa Esporte;
- f) Bolsa Cultura; e
- g) Auxílio Trabalho de Campo

A quantidade de estudantes de graduação atendidos variou durante os meses por conta da restrição de recursos nos primeiros meses de pagamento dos auxílios e pelo fluxo normal de alunos que ingressam e se desligam do programa durante os meses da ação.

Ao final do ano, com o final da restrição de recursos, estavam sendo atendidos por auxílios socioeconômicos 1.350 alunos/mês. Durante o ano 1610 estudantes de graduação que possuem vulnerabilidade socioeconômica acessaram algum tipo de auxílio socioeconômico.

No que tange ao Auxílio Trabalho de Campo durante 2013, 1582 alunos acessaram auxílios via Prograd. Neste caso, nem todos os alunos possuem vulnerabilidade socioeconômica.

Estima-se que 1/3 dos 1582 alunos não acessaram os auxílios socioeconômicos. Assim, o número total de alunos atendidos pela assistência estudantil é de aproximadamente 2.130 estudantes.

4.9.10 PESQUISA JUNTO A COMUNIDADE INTERNA DA UFFS

Quadro 45 - Resultado da Pesquisa junto aos discentes da Dimensão: Políticas de Atendimento aos Estudantes

Descrição	Excelente		Muito bom		Suficiente		Insuficiente		Não conheço		Não existe		Não resposta		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
O número de estudantes contemplados com Auxílios.	16	7,55%	31	14,62%	57	26,89%	64	30,19%	24	11,32%	0	0,00%	20	9,43%	212
Os procedimentos administrativos utilizados pelo Setor de Assuntos Estudantis para o gerenciamento dos auxílios e bolsas.	14	6,60%	41	19,34%	59	27,83%	45	21,23%	31	14,62%	2	0,94%	20	9,43%	212
O número de estudantes contemplados com Bolsas.	10	4,72%	38	17,92%	54	25,47%	70	33,02%	20	9,43%	0	0,00%	20	9,43%	212
O número de estudantes contemplados com Monitoria Acadêmica.	7	3,30%	20	9,43%	35	16,51%	79	37,26%	49	23,11%	2	0,94%	20	9,43%	212
Os critérios utilizados para a concessão de Auxílios.	21	9,91%	36	16,98%	54	25,47%	62	29,25%	17	8,02%	2	0,94%	20	9,43%	212
Os critérios utilizados para a manutenção/continuidade dos Auxílios.	19	8,96%	39	18,40%	52	24,53%	56	26,42%	24	11,32%	2	0,94%	20	9,43%	212
Os critérios utilizados para a concessão das Bolsas.	19	8,96%	41	19,34%	65	30,66%	51	24,06%	15	7,08%	1	0,47%	20	9,43%	212
Os critérios utilizados para a manutenção/continuidade das Bolsas.	17	8,02%	41	19,34%	63	29,72%	48	22,64%	20	9,43%	3	1,42%	20	9,43%	212
O valor dos Auxílios.	5	2,36%	22	10,38%	56	26,42%	96	45,28%	13	6,13%	0	0,00%	20	9,43%	212
O valor das Bolsas.	6	2,83%	30	14,15%	51	24,06%	93	43,87%	12	5,66%	0	0,00%	20	9,43%	212

As ações de assistência à saúde dos estudantes na UFFS.	2	0,94%	20	9,43%	30	14,15%	39	18,40%	72	33,96%	29	13,68%	20	9,43%	212
As atividades de acompanhamento pedagógico ofertadas pela UFFS aos estudantes.	2	0,94%	29	13,68%	44	20,75%	44	20,75%	65	30,66%	8	3,77%	20	9,43%	212
As atividades de intercâmbio estudantil.	9	4,25%	21	9,91%	27	12,74%	48	22,64%	62	29,25%	25	11,79%	20	9,43%	212
Os espaços de convivência no campus.	7	3,30%	28	13,21%	57	26,89%	78	36,79%	8	3,77%	14	6,60%	20	9,43%	212
Os prazos/regularidade dos pagamentos dos auxílios e bolsas.	10	4,72%	26	12,26%	38	17,92%	76	35,85%	35	16,51%	7	3,30%	20	9,43%	212
As relações interpessoais entre os estudantes da UFFS.	22	10,38%	77	36,32%	66	31,13%	22	10,38%	4	1,89%	1	0,47%	20	9,43%	212
As relações interpessoais entre os estudantes e professores da UFFS.	25	11,79%	75	35,38%	74	34,91%	16	7,55%	2	0,94%	0	0,00%	20	9,43%	212
As relações interpessoais entre os estudantes e Servidores Técnico Administrativos da UFFS.	17	8,02%	65	30,66%	74	34,91%	25	11,79%	6	2,83%	5	2,36%	20	9,43%	212

Alguns aspectos chamam a atenção, como a avaliação positiva que os estudantes fazem das relações interpessoais na UFFS. Quanto ao número de estudantes contemplados com auxílios e bolsas, 30,19% e 33,02% respectivamente consideram insuficiente. Quando se trata de monitoria acadêmica 37,26 optaram por insuficiente e 23,11% desconhecem esta modalidade de bolsa. Com referência aos valores dos auxílios e bolsas a insatisfação é maior: 45,28% consideram o valor dos auxílios insuficientes e 43,87% o valor das bolsas.

Os prazos/regularidade dos pagamentos dos auxílios e bolsas foram classificados como insuficientes por 35,85% dos estudantes incluídos na autoavaliação da UFFS. As ações de assistência à saúde do estudante não são conhecidas por 33,96% dos respondentes e 13,68% afirmaram a inexistência dessas ações.

O mesmo ocorre quando se trata das atividades de acompanhamento pedagógico ofertadas pela UFFS aos estudantes – 30,66% dos participantes as desconhecem. Os espaços de convivência na UFFS são considerados insuficientes por 36,79% dos discentes participantes da pesquisa.

4.10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Orçamento é instrumento legal em que são previstas as receitas e fixadas as despesas de um determinado ente público, com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesas relevantes.

De acordo com a Lei 4.320/64 e a Constituição Federal/1988, ao estabelecerem os fundamentos da transparência orçamentária, explicitam os princípios básicos do orçamento público: princípio da unidade, o orçamento deve ser uno, evitando múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política; princípio da universalidade, cada ente deve conter todas as receitas e despesas mantidas pelo poder público; princípio da anualidade, o orçamento deve compreender o período de um exercício, que corresponde ao ano fiscal; princípio do equilíbrio, as receitas e despesas de um período devem ser iguais; princípio da publicidade, princípio básico da administração pública e do regime democrático, visa divulgar para a comunidade as informações sobre as receitas e a execução da despesa; princípio do orçamento bruto, registro de receitas e despesas pelo valor total bruto.

No que tange, especificamente, aos aspectos orçamentários e financeiros, a UFFS, como instituição nova e em fase de implantação, não participa diferentemente das universidades federais existentes no país, da matriz de distribuição orçamentária proposto pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Seu orçamento e recursos são, respectivamente, frutos de um processo pactuado até 2014 com a Secretaria de Educação Superior (SESU) e Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (DIFES) do MEC e estavam atrelados até o ano de 2010 ao orçamento de sua tutora, a UFSC.

Somente a partir de 2011 foi criado uma Unidade Orçamentária (UO 26440) para toda a UFFS. Desde então, a UFFS vem executando o seu próprio orçamento, mediante o empenho, liquidação e pagamento das despesas relacionadas à implantação física e despesas ligadas ao seu funcionamento para garantir o pleno desenvolvimento dos cursos de graduação, projetos e atividades de extensão, pesquisa e pós-graduação *lato-sensu*.

No contexto interno da instituição, tais recursos, repassados pelo MEC, são alocados conforme descentralização temática, isto é, por meio de ações orçamentárias destinadas para o conjunto da UO 26440 – UFFS e não para os setores específicos: Implantação da UFFS,

Funcionamento das Universidades Federais, Fomentos às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, Capacitação de Servidores em Processo de Qualificação e Requalificação, Assistências aos Estudantes, Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, Auxílios e Assistências aos Servidores Públicos e Pagamento de Pessoal.

Portanto, a Projeção das despesas leva em consideração o cronograma de expansão pactuado com o MEC para o período de 2010 a 2015. A estimativa do orçamento, com a discriminação em grandes grupos de ações para os exercícios de 2011 a 2014 são:

Quadro 46 – Dados do Orçamento da UFFS

DESPESAS	2011	2012	2013	2014
Pessoal	50.528,4	76.460,7	79.287,1	82.938.590,00
Benefícios	3.675,6	5.717,6	6.524,3	6.322.688,00
Custeio	29.643,5	21.952,6	21.952,6	29.131.815,00
Capital	70.000,0	50.000,0	54.569,2	66.785.386,00
Total	153.847,5	154.130,9	162.333,2	185.178.479,0 0

O grupo Pessoal é composto com as despesas com o corpo docente e técnico administrativo. Em Benefícios estão as ações para o pagamento de auxílio-transporte, alimentação e saúde, exames periódicos e pensões. O grupo das ações Custeio é composto por ações relacionadas ao Ensino (Graduação e Pós-Graduação), pesquisa, extensão e assistência ao estudante de graduação. Em Capital são os recursos para aquisição de acervo bibliográfico, material permanente e as obras de instalações dos campi da universidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresenta a síntese dos trabalhos de autoavaliação da UFFS, coordenados pela CPA, realizados ao longo do ano de 2013 e os itens contemplados neste relatório foram baseados no roteiro da autoavaliação das instituições, integrando em sua análise as dez dimensões do SINAES. Desta forma, a CPA cumpre seu papel de articulação dos diversos movimentos de avaliação que emergem dos atores sociais vinculados à instituição, movimento típico da avaliação, sem descuidar dos aspectos estabelecidos pelos órgãos de regulação.

Ressalta-se que os dados foram coletados por meio de múltiplos instrumentos, constituindo-se como dados primários e secundários, os quais foram utilizados pela CPA em suas análises. Os dados são decorrentes de análises documentais e da pesquisa de satisfação. No âmbito das dimensões, destacam-se os seguintes aspectos:

- a) A missão e o plano de desenvolvimento institucional – PDI: A missão da UFFS enfatiza três pontos essenciais, que são o acesso à Educação Superior como fator decisivo para o desenvolvimento regional; as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão para promover a interação e integração entre as cidades; e a promoção do desenvolvimento regional integrado. O processo de elaboração do PDI tem sido coordenado pela PROPLAN, a qual, atenta aos procedimentos democráticos e de transparência essenciais aos agentes públicos, tem envolvido os diversos segmentos da universidade e da sociedade civil organizada nesse desafio.
- b) A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização: o presente relatório demonstra as políticas institucionais, ainda recentes e em construção, como a universidade. Apesar disso, destaca-se, no âmbito do Ensino, a proposta curricular em domínios (Comum, Conexo, Específico), bem como os cursos em andamento e discentes atendidos; As políticas de pesquisa e pós-graduação também são detalhadas. Idem, para as políticas de extensão, com seus programas e projetos, aderentes à I COEPE;
- c) A responsabilidade social da instituição: a responsabilidade social da UFFS se manifesta a partir de seu envolvimento com a sociedade e cumprimento do seu papel. Considerando que a universidade foi criada a partir dos anseios da comunidade, os seus princípios norteadores expressam o compromisso com a educação popular, inclusão, formação de professores, desenvolvimento sustentável e da própria superação da matriz produtiva atualmente em vigor, aspecto que contribui com o desenvolvimento econômico e social.
- d) A comunicação com a sociedade: trata-se de uma dimensão que carece atenção especial, pois ainda apresenta carência em sua efetivação. Novos canais precisam ser constituídos, que

permitam fluxo contínuo de informação entre a sociedade (e seus diversos atores) e a universidade. Como destaque, sugere-se a criação de ouvidoria, e ampliação da utilização de canais de comunicação, informando à comunidade sobre a oferta local de ensino público, gratuito e de qualidade.

- e) As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho: Esta dimensão é essencialmente gerida por políticas que extrapolam a própria universidade, dado o seu caráter público federal. Portanto, a maior parte das políticas de pessoal e carreira depende diretamente de investimento do MEC. No caso das definições no âmbito da autonomia universitária, ainda carecem de formulação e esclarecimentos, uma vez que muitas das políticas de pessoal previstas em legislação específica estão em processo de construção, precisando tramitar pelos conselhos superiores da UFFS. Ressalte-se ainda que ampla maioria do quadro de pessoal da universidade é recém-chegada, e ainda está em estágio probatório.
- f) Organização e gestão da instituição: A estrutura da UFFS apresenta órgãos superiores de deliberação (Conselho Universitário e conselhos de *campus*), órgãos da Administração Central (Reitoria e direção de *campus*), e os órgãos de controle, fiscalização e supervisão (Conselho Curador e Auditoria Interna). Além disso, como diferencial da UFFS, existem os conselhos consultivos (Conselho Estratégico Social e Conselho Comunitário). A estrutura e atribuição dos colegiados são estabelecidas pelo estatuto da UFFS ou legislação federal.
- g) Infra-estrutura física: Atualmente, a UFFS tem a maioria de suas atividades desenvolvidas em espaços provisórios, em infraestruturas físicas locadas ou com cessão de uso por comodato. Ao mesmo tempo, avança-se na construção das instalações definitivas. Justifica-se essa condição provisória em virtude da decisão de instituir a Universidade sem existir sua estrutura física, para atender o que se considerou essencial na ocasião, a urgência das demandas sociais de toda uma mesorregião.
- h) Planejamento e avaliação: As atividades de planejamento da UFFS são coordenadas pela PROPLAN, e as ações concernentes à avaliação institucional são realizadas por meio dos entes legalmente constituídos, a saber: da Divisão de Avaliação Institucional, da Diretoria de Planejamento, da Pró-Reitoria de Planejamento e da própria CPA.
- i) Políticas de atendimento aos estudantes: Dimensão sob responsabilidade da Secretaria Especial de Assuntos Estudantis – SEAE, que tem por objetivo auxiliar o estudante em sua permanência e conclusão do curso na universidade e desenvolve ações nas diversas áreas de assistência estudantil e vivência universitária, atendendo a população discente em diversas facetas de sua

formação com o objetivo de estimular a integração acadêmica e social dos estudantes, buscando auxiliar na permanência e formação do universitário.

- j) Sustentabilidade financeira: Dimensão tem como finalidade demonstrar dados descritivos da sustentabilidade financeira da UFFS. É importante salientar que nesse período pró-tempore o orçamento da UFFS está em regime de pactuação com o MEC.

Por fim, é importante resgatar a ideia explicitada na apresentação deste relatório, e que continuará fomentando a cultura de autoavaliação da universidade: a UFFS reconhece a relevância e a premência dos processos avaliativos, como sendo possibilidades de promover e desencadear progressivamente uma ampla cartografia da instituição. Este ambiente *sine qua non* para a promoção de iniciativas, com tal abrangência é, pois, resultado do valor e do entendimento que se está construindo institucionalmente, ou seja, de que deve-se garantir um espaço privilegiado para o crescimento de cultura de avaliação, de natureza eminentemente dialógica, formativa e participativa, alicerçada na dialética da ação-reflexão-ação.

Antes de encerrar, destacamos ainda que, por mais que a CPA apresente alguns indicativos ao longo do texto, o presente relatório não tem caráter conclusivo. Os dados são apresentados a partir de múltiplos olhares, e permitem ao leitor realizar suas inferências pessoais, e ampliar seu envolvimento na construção da cultura de avaliação, para consolidar este processo na Universidade. Encerra-se este relatório com a certeza de que a autoavaliação e o desenvolvimento desta cultura na UFFS foram iniciados, porém não estão, e jamais deverão estar concluídos.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão**. Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu-MEC, 2000.

BRASIL. MEC/UFS/CPA. **Programa de Autoavaliação Institucional - PROAVALIAÇÃO**: 2013-2015. Chapecó, UFS, 2013.

____. MEC/UFS. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Versão Preliminar. Disponível em: http://www.ufs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2630&Itemid=1502&site=proplan . Acesso em 24 de janeiro de 2014.

____. MEC/UFS. **Plano de Gestão de Logística Sustentável 2013**. Disponível em: <http://www.ufs.edu.br/sustentabilidade/PlanodeGestaoSustentavel.pdf>. Acesso em 24 de janeiro de 2014.

____. **Projeto Pedagógico Institucional**. Disponível em: http://www.ufs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=825 . Acesso em 24 de janeiro de 2014.

____. **Construindo agendas e definindo rumos**: I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFS. (orgs) Joviles Vitorio Trevisol; Maria Helena Cordeiro; Monica Hass. Chapecó: UFS, 2011.

____. **Estatuto da UFS**. Disponível em: www.ufs.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&Itemid=&gid=1837 . Acesso em 24 de janeiro de 2014.

____. **Site institucional**. Disponível em: <http://www.ufs.edu.br>. Acesso em 24 de janeiro de 2014.